



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANDRÉIA JAYME BATISTA

**POLÍTICAS DE EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DO AMAPÁ:
HISTÓRIA, DISCURSO E PRÁTICA EXTENSIONISTA**

MACAPÁ
2018

ANDREIA JAYME BATISTA

**POLÍTICAS DE EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DO AMAPÁ:
HISTÓRIA, DISCURSO E PRÁTICA EXTENSIONISTA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sergio Monteiro Filocreão.

MACAPÁ
2018

ANDREIA JAYME BATISTA

**POLÍTICAS DE EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DO AMAPÁ:
HISTÓRIA, DISCURSO E PRÁTICA EXTENSIONISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação / Mestrado em Desenvolvimento
Regional da Universidade Federal do Amapá –
UNIFAP.

Data da Defesa: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Sergio Monteiro Filocreão – Orientador
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP / PPGMDR

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba – Titular Interno
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP / PPGMDR

Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina de Paula Maués Soares – Titular Externo
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

MACAPÁ
2018

AGRADECIMENTOS

Aos colegas da Turma do MDR – 2016 sempre prontos a colaborar e compartilhar suas conquistas.

Aos professores do MDR disponíveis no compartilhamento do conhecimento, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Sergio Monteiro Filocreão, compreensivo e sempre muito atencioso, sempre disposto a orientar e compartilhar suas experiências.

À todos os entrevistados que atuam ou já atuaram na extensão rural, em especial ao Eulalio Lucien e Paulo Timbó pelo tempo cedido à pesquisa e pela grande ajuda que me deram.

Aos meus amigos, que compreenderam meu distanciamento e mesmo assim não me abandonaram nas horas difíceis, em especial minhas grandes amigas Giselly Thalez e Daguinete Brito.

Aos meus familiares, orgulhosos de minha conquista em especial minha mãe Nadia Jayme Vale e meu pai Raimundo Simão Batista que ensinou aos filhos o valor da educação.

Ao meu marido Robson Medeiros Bentes, por sempre me incentivar e apoiar em minhas decisões.

À minha filha Hanah Jayme Bentes, compreensiva e colaborativa, mas acima de tudo solidária nesta caminhada.

Minha gratidão!

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível” (Charles Chaplin)

RESUMO

A missão atual da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é promover processos educativos capazes de contribuir para a construção e a execução de estratégias de desenvolvimento rural, centrado na expansão e no fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações. Deste modo, o objetivo deste estudo, foi analisar a extensão rural no Estado do Amapá, enquanto política de disseminação de conhecimentos para o desenvolvimento rural. O principal interesse do trabalho foi verificar se há distância entre o discurso e a prática extensionista. A metodologia adotada consistiu no levantamento de informações e coleta de dados nas instituições responsáveis pelos serviços de assistência técnica e extensão rural do Estado do Amapá, na revisão bibliográfica sobre o tema e nas entrevistas realizadas com extensionistas que atuavam ou ainda atuam em atividades que interagem com a extensão rural. Com este intuito, o estudo apresenta a historicidade da ATER e a situação atual no país, os limites à prática dos extensionistas rurais e a discussão sobre as atividades de ATER desenvolvidas no Amapá no período de Território Federal e na conjuntura de Estado até os dias atuais, como opção de acesso aos agricultores familiares. O estudo evidenciou a diversidade no pensamento dos extensionistas, o que contribuiu para a heterogeneidade encontrada em suas práticas, determinadas pelas mudanças institucionais ocorridas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Assistência Técnica. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The current mission of Rural Extension and Technical Assistance (RETA) is to promote education processes which can contribute in the construction and execution of rural development strategies, centered in the expansion and reinforcement of family farm and its organization. In this way, the aim of this study was analyzing the rural extension in the Amapá State as politics of dissemination of knowledge for the rural development. The primary interest of the work was verifying the gap between discourse and practice in rural issues. The adopted methodology consisted in the information survey and data collection made in the institutions responsible for Rural Extension and Technical Assistance services available to the family farmers in the Amapá State, in the bibliographic review about the theme and in the interviews with extension workers who worked with extension or still develop activities related to rural extension. With this aim, the study presents the historicity of RETA and the current situation of it in the country, as well the boundaries to the practice of rural extension workers and the discussion about the activities of RETA developed in the Amapá at the time of Federal Territory and in the present-day scenario in the State, as option of access to the family farmers. The study highlighted the diversity of extension worker's thoughts that contributed with the heterogeneity founded in their practices, determined by institutional changes.

Keywords: Rural Development. Technical Assistance. Public Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1	O serviço da extensão rural no ano de 2012	27
Organograma 2	Dinâmica da ação extensionista no ano de 2012	29
Mapa 1	Entidades estaduais de extensão rural no ano de 2012	37
Gráfico 1	Origem dos orçamentos da ater no Brasil no período de 2012	39
Diagrama 1	Diagrama do papel da ater no conjunto de políticas públicas no ano de 2012	41
Organograma 3	Organograma da ACAR-AMAPÁ	47
Quadro 1	Comunidades atendidas pela ACAR-AMAPÁ em 1975	49
Quadro 2	Comunidades atendidas pela ACAR-AMAPÁ em 1976 e 1977	49
Gráfico 2	Distribuição do tempo no período da ACAR-AP em 1974	52
Quadro 3	Projetos para o desenvolvimento do setor agrário no Amapá em 1974	55
Quadro 4	Projetos agropecuários desenvolvidos no Amapá no ano de 1974 ..	56
Quadro 5	Projetos de bem estar social desenvolvidos no Amapá no ano de 1974	57
Quadro 6	Crédito educativo rural no período de 1974	58
Organograma 4	Organograma da ASTER-AMAPÁ no ano de 1978	66
Organograma 5	Organograma estrutural da ASTER-AMAPÁ no ano de 1978	70
Mapa 2	Comunidades atendidas pela ASTER-AP em 1981	71
Quadro 7	Comunidades atendidas pela ASTER-AMAPÁ em 1981	72
Mapa 3	Escritório central e locais nos municípios a partir de 1985	73
Quadro 8	Comunidades atendidas pela ASTER-AMAPÁ em 1985	73
Quadro 9	Comunidades atendidas pela ASTER-AMAPÁ em 1989	74
Diagrama 2	Programa de desenvolvimento sustentável do Amapá (PDSA) no ano de 2000	89
Organograma 6	Organograma do RURAP de 1991	92
Mapa 4	Sedes locais por regiões no ano de 2015	94
Quadro 10	Comunidades assistidas por sede local no estado do Amapá no ano de 2015	94
Gráfico 3	Projetos aprovados no estado do Amapá no período de 1995 à 2000	100
Gráfico 4	Valores contratados no estado do Amapá no período de 1995 à 2000	100
Gráfico 5	Capacitação de produtores no Amapá entre 1995 à 2000	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de profissionais envolvidos nas atividades de 1974 à 1977	51
Tabela 2	Recursos financeiros de 1974 à 1977	52
Tabela 3	Metodologias utilizadas e atendimento aos programas do Amapá em 1974	58
Tabela 4	Número de profissionais envolvidos nas atividades no período de 1981 à 1989	75
Tabela 5	Público atendido pelos serviços de ater no Amapá no período de 1981 à 1989	77
Tabela 6	Atividades agropecuárias no período de 1981 à 1989	78
Tabela 7	Atividades sociais no estado do Amapá no período de 1981 à 1988	82
Tabela 8	Funcionários capacitados no estado do Amapá entre os anos de 1981 à 1985	83
Tabela 9	Fontes de recursos financeiros no Amapá entre os anos de 1981 à 1985 ..	84
Tabela 10	Fontes dos recursos financeiros no Amapá no período de 1981 À 1985 ..	85
Tabela 11	Público beneficiário das atividades no estado do Amapá no período de 1991 à 2017	96
Tabela 12	Formas associativas de 1995 à 2000 de 1995 à 2000	98
Tabela 13	Culturas alimentares do Amapá entre 1996 a 2005	102
Tabela 14	Culturas alimentares no Amapá entre 2009 a 2017	103
Tabela 16	Produção frutífera no Amapá entre 1995 a 2005	103
Tabela 16	Produção frutífera no Amapá entre 2008 a 2017	104
Tabela 17	Mudas frutíferas e florestais no Estado do Amapá entre os anos de 1995 e 2000	105

LISTA DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABEAS	Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACAR-MG	Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
AIA	American International Association for economic and social development
ARER	Assistente Regional de Extensão Rural
ARS	Assistente Regional de Supervisão
ASAE	Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER-RS
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATE	Assistente Técnico Estadual
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATR	Assistente Técnico Regional
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CEDRS	Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CETREISUL	Centro de Treinamento da Região Sul
CNATER	Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTACAP	Programa Conta Cooperativa de Capacitação
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER	Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER-PR	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Paraná
EMATER-RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA	Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos
FASER	Federação das Associações dos Servidores do Sistema

EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
GTFA	Governo do Território Federal do Amapá
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MA	Ministério da Agricultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINTER	Ministério do Interior
NAE	Núcleo de Apoio aos Escritórios Locais
NAG	Núcleo de Apoio Gerencial aos Projetos
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDBR	Política de Desenvolvimento do Brasil Rural
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEAC	Secretaria de economia, agricultura e colonização
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SSR	Serviço Social Rural
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OS PRIMÓRDIOS DA EXTENSÃO RURAL E AS ORIGENS DA PRÁTICA EXTENSIONISTA	19
2.1	A IMPLANTAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	22
2.2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSISTÊNCIA RURAL	26
2.3	AS ASSOCIAÇÕES DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ACAR-ABCAR) E A EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER)	30
2.4	AS MUDANÇAS DA ATER NA DÉCADA DE 1990 AOS DIAS ATUAIS ..	35
3	A POLÍTICA DE ATER NO PERÍODO DA ACAR-AMAPÁ	43
3.1	HISTÓRICO	45
3.2	A ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA	47
3.3	A PRÁTICA EXTENSIONISTA	49
3.4	A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO	53
3.5	AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESSE PERÍODO	55
4	A POLÍTICA DE ATER NO PERÍODO DA ASTER\AP	60
4.1	HISTÓRICO	61
4.2	A ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA	65
4.3	A PRÁTICA EXTENSIONISTA	75
4.4	A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO	83
4.5	AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESSE PERÍODO	85
5	O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ-RURAP	87
5.1	HISTÓRICO	88
5.2	A ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA	92
5.3	A PRÁTICA EXTENSIONISTA	96
5.3.1	Público Beneficiário	96
5.3.2	Associativismo	97
5.4	A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO	101
5.5	AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESSE PERÍODO	102
5.5.1	Fruticultura	103

5.5.2	Produção de Mudas	105
6	O DISCURSO E A PRÁTICA EXTENSIONISTA NO ESTADO DO AMAPÁ	107
6.1	AS POLÍTICAS DE ATER: ACAR, ASTER, EMATER, FATER E RURAP..	107
6.2	A METODOLOGIA UTILIZADA NOS SERVIÇOS DA ATER	113
6.3	A ATER E O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL NO AMAPÁ	119
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM OS DIRIGENTES DA EXTENSÃO RURAL E DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	134
	APÊNDICE B – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM OS EXTENSIONISTAS	135
	APÊNDICE C – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS AGROPECUÁRIAS, ASSOCIAÇÕES, PRESIDENTE DE COOPERATIVA E SINDICATOS	136
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	137

1 INTRODUÇÃO

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são fundamentais nos processos de difusões das novas tecnologias geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos voltados para a atividade rural. Tais serviços constituem políticas necessárias para a construção de estratégias essenciais de desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao progresso de uma educação não formal para o meio rural, responsável pela promoção da gestão, produção, beneficiamento e comercialização dos produtos e dos serviços oriundos das atividades extrativistas, florestais, pesqueiras, artesanais e da agropecuária.

As atividades da extensão rural estão intrínsecas à assistência técnica rural, porém, se diferenciam desta, haja vista, que a primeira trata da educação não formal com caráter continuado para o meio rural, ou seja, um trabalho de orientação visando à resolução de problemas não só relacionados com a produção, mas com o desenvolvimento das famílias rurais; e a segunda tem como objetivo a resolução de problemas pontuais da produção (PEIXOTO, 2008).

Neste sentido, os serviços de ATER tem como finalidade não só a difusão ou a transferência de conhecimentos, mas principalmente fazer com que os produtores rurais entendam essas tecnologias, adequando as suas necessidades e em outras atividades que vierem a desenvolver, pois as inovações dependem, também, da decisão do produtor de querer e poder adota-las; da valorização do saber do produtor, observando as questões culturais, sociais ou ambientais.

Historicamente, os acontecimentos da extensão rural no Brasil, se agrupam em três fases bem distintas. Inicia-se com a criação dos serviços de extensão e de sua expansão a todo o território nacional através das Associações de Crédito e Assistência Rural estaduais (as ACAR), que foram organizadas como sociedades civis sem fins lucrativos e contavam com um esquema de controle social via diferentes conselhos de beneficiários e patrocinadores. Era coordenada nacionalmente pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade que possuía as mesmas características básicas de suas filiadas.

A fase seguinte deu-se no decorrer da reforma administrativa dos governos militares, que resultou na centralização de serviços públicos e na criação de Empresas Estatais, além da redução nas linhas de crédito. A ABCAR foi substituída pela EMBRATER em 1974, na forma de Empresa Pública Federal subordinada diretamente ao Ministério da Agricultura.

A terceira fase, inicia-se a partir da extinção da EMBRATER, representando um período de transição, dificuldades e de desgastes para a extensão rural, causado essencialmente pelas descontinuidades originárias da sucessiva transferência das responsabilidades federais de coordenação e pela progressiva diminuição da participação financeira do Governo Federal em sua manutenção.

No Estado do Amapá, a criação e institucionalização do serviço de assistência técnica e extensão rural ocorreu também em 1974, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá (ACAR-AP), vinculada à ABCAR. As ações foram movidas pela ideia de que os incrementos de técnicas modernas de produção causariam melhorias nas condições de vida das pessoas envolvidas.

Em um rápido período, as organizações de assistência técnica e extensão rural no Território Federal e atual Estado do Amapá, foram sendo submetidas por transformações gerenciais, trocando de nome à medida que eram feitas modificações na gestão e metodologia dos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Assim sendo, as empresas constituídas foram: Associação de Crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural (ACAR-AP) (1974); Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASTER-AP) (1978); Empresa de Assistência Técnica Rural (EMATER-AP) (1990); Fundação de Assistência Técnica e Extensão Rural (FATER-AP) (1991), pelo decreto nº 097; Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) (1991).

A história dessas instituições de ATER, se configurou através de encontros, interações e conflitos entre histórias de vida, visões de mundo, idiosincrasias entre os extensionistas, as políticas de ATER e os produtores.

No princípio a ATER objetivava a modernização social e tecnológica do produtor familiar, ou seja, daquele que residia na zona rural e que detinha a posse de gleba rural, a qual era explorada mediante o trabalho pessoal e da família, através da utilização do crédito rural, supervisionado com a promoção agrícola, organização da economia doméstica e a disseminação de técnicas modernas de produção e administração.

Neste contexto, o serviço de ATER foi formatado com atributos institucionais públicos e com a expansão de novas tecnologias, consubstanciadas, inicialmente, no ajuste da produção primária, porém o foco de atendimento foi desviado e o mesmo se concentrou no atendimento

as necessidades da agroindústria, haja vista, às possibilidades de demanda dada pela economia capitalista do agronegócio¹ brasileiro.

Esses serviços foram inseridos na política de industrialização do país, a qual necessitava de modernização para o aumento da produtividade agrícola, bem como para substituir importações, gerar matéria-prima e liberar mão de obra para a indústria.

O processo foi pautado na valorização extrema do conhecimento técnico-científico e na desvalorização do saber dos produtores, o que levou à produção e divulgação de tecnologias agrícolas como “padrão tecnológico moderno”, difundido nos países centrais nas décadas de 1920 a 1930, e nos países periféricos a partir de 1960, através do que se convencionou chamar de “Revolução Verde”.

A tecnificação do espaço rural estabeleceu uma aproximação da economia, tendo a agropecuária como grande mercado consumidor dos produtos advindos da indústria de maquinários e implementos agrícolas, pois os programas oferecidos em detrimento da diminuição das desigualdades eram portadores de racionalidades centradas e regidas pelas relações do capital, priorizando a produção e não os valores de convívio e de sustentabilidade.

A repercussão dessa ATER se constituiu em baixa amplitude de ação, pois os serviços públicos assumiram caráter comercial e privado. O favorecimento do setor privado, conexo à crise fiscal do Estado e consecutiva redução de gastos públicos teve um contexto amplo de política econômica neoliberal.

Ressalta-se que essa desigualdade distributiva dos recursos advindos dos programas, inferiu que os maiores beneficiários de alguns programas foram efetivamente os agricultores mais capitalizados e capazes de oferecer garantias para a concessão dos créditos rurais, destacam-se como dificuldades: os elevados obstáculos burocráticos, pressões de empresas agroindustriais, desarticulação e baixa inserção social dos pequenos agricultores (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Nesses termos, considerando que os serviços de ATER conjugam habilidades e diversidades socioeconômicas, culturais e fundiárias da agricultura familiar (visão axiológica), com o aparato institucional vigente (visão da governança), pois o aprendizado permite potencializar a consecução dos objetivos pretendidos (planos e programas) e o uso

¹ Fusão da agropecuária e da indústria de forma que a interdependência está presente desde a aquisição de insumos para a plantação, passando pela estrutura de irrigação, utilização de máquinas, embalagem dos produtos e transporte. A produção, orientada para conseguir a máxima produtividade, envolve uma extensa e diversa quantidade de empresas e tecnologias. Também são os negócios da indústria e comércio de insumos (fertilizantes, máquinas, agrotóxicos, etc.) e a comercialização da produção (aquisição, industrialização ou/e beneficiamento e venda aos consumidores finais) (MST, 2015).

dos recursos (humanos, orçamentários e financeiros), bem como, a busca de alternativas (econômicas ou não) para superar os entraves e limites da produção familiar, principalmente os da economia de subsistência (GUZMÁN Y, 2005).

Em fase dessa discussão, e apropriando-se do discurso de Marx (1986, p.13) onde o qual enfatiza que “o presente só é inteligível à luz do passado”, haja vista que, sem história não há identidade, pois os acontecimentos e as experiências são decorrentes das relações humanas, sejam elas conflituosas, ou por “encontros”.

Neste cenário, observa-se que há diversos estudos no Brasil e no exterior enfocando aspectos históricos, modelos e sistemas, metodologia de ação, formas de organização e casos diversos da ATER no Brasil. Entretanto, aparentemente há uma carência de estudos sobre os aspectos da ATER no Estado do Amapá.

Desta maneira, o estudo se justifica por ser tratar de uma construção fundamentada por teóricos e documentos que relatam a metodologia utilizada por cada uma das empresas constituídas e principalmente por pessoas que acompanharam ou acompanham o desenvolvimento da extensão rural no Estado do Amapá.

Vale destacar que estes últimos possuem as especificidades de orientar, problematizar e instigar o debate e a prática extensionista e seu fortalecimento, haja vista ter experiência do dia a dia, das dificuldades enfrentadas, das atividades positivas e das malsucedidas desenvolvidas para uma ATER diferenciada, dada as características da Região Amazônica. A análise fruto de seus conhecimentos, são pressupostos em busca de ampliar esta base e consolidar a compreensão e a prática dos serviços de ATER.

Deste modo, torna-se necessário contextualizar os serviços de ATER no Amapá desde os primórdios até os dias atuais, buscando destacar a urgência da melhoria e ampliação desta responsabilidade, que ocorre justamente com o imperativo socioambiental. Assim, surgiu a indagação: Como a política de ATER se configurou no atual Estado do Amapá e quais suas principais contribuições para o desenvolvimento rural?

Em consequência disso, a hipótese apresentada parte do pressuposto de que os entraves nas mudanças da prática da extensão encontram-se dentro e não fora da trajetória histórica da Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amapá e que sua atuação se deu de forma descontínua, a medida que foram constituindo várias organizações, como é o caso da ACAR, ASTER e do RURAP, enquanto instrumento para o desenvolvimento rural, e que suas principais contribuições foram em síntese, o aumento da produção e a produtividade da agropecuária amapaense.

O objetivo geral é investigar o discurso e a prática da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Estado do Amapá, enquanto política de disseminação de conhecimento para o desenvolvimento rural, abordando sua trajetória, as contribuições, seus limites e desafios perante as políticas nacionais e estaduais. Para dar conta de se atender este objetivo, propõem-se como objetivos específicos: Compreender o processo histórico do surgimento da extensão rural no Brasil; Analisar a criação da política de ATER a partir do período de surgimento e atuação da ACAR- AP e suas principais contribuições para o desenvolvimento rural amapaense; analisar a política de ATER no seu processo de consolidação através da ASTER- AP e suas principais contribuições para a agropecuária amapaense; avaliar a política de ATER no Estado do Amapá a partir da extinção da EMBRATER e SIBRATER e a criação do Instituto de desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP).

Para a realização do projeto foi executada pesquisa qualitativa e quantitativa. Do ponto de vista de seu objeto a investigação foi elucidativa, com levantamento de dados secundários. Para a execução da pesquisa foi usada como técnica a observação indireta, com consulta bibliográfica e documental. A pesquisa contou com as seguintes fases: a) Identificação do estudo, levantamento bibliográfico e documental, fundamentada nos teóricos especialistas da área e arquivos encontrados na RURAP; b) Entrevistas realizadas com profissionais da área de ATER no Amapá, que atuaram ou ainda atuam, foram entrevistados 14 pessoas no total, das tais foram divididas em três grupos que são: (04) dirigentes da extensão rural e da Secretaria de Agricultura, (08) Extensionistas e (02) Lideranças Agropecuárias; c) Análise e fichamento do material coletado e posterior elaboração da base textual da dissertação, além da confecção de quadros e mapas; d) Formatação final da dissertação, com base na análise dos dados coletados e sistematizados.

Além da introdução e das considerações finais, a dissertação está distribuída da seguinte maneira: a 1ª seção do trabalho acadêmico é a Introdução e explora uma revisão de estudiosos da área, entre os quais destacam-se Abramovay (2007), Caporal (2004), Favareto (2007), Filocreão (2014), Guzmán y (2005) e Romaniello (2012), que discutem os primórdios da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no mundo e a sua implantação no Brasil;

A segunda seção aborda o panorama da extensão rural no Estado do Amapá, no espaço entre 1971 à 1974, anos correspondentes a atuação da Associação de Crédito e Assistência Rural no Amapá (ACAR-AP), suas influências e os problemas para com a ATER no Amapá;

A seção terceira, apresenta a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá (ASTER-AP), compreendendo os anos de 1977 à 1991, relatando o funcionamento, metodologias e planos de trabalho, entre outras observações;

A quarta seção, aborda as atividades de ATER do Instituto de Desenvolvimento Rural (RURAP-AP), no período de 1991 aos dias atuais.

A seção de número cinco, traz a discussão acerca do papel do Estado no contexto de implementação e consolidação da ATER, analisando as consequências, avanços e desafios da ATER no Estado do Amapá, evidenciando a diversidade no pensamento dos especialistas, o que contribui para a heterogeneidade encontrada nas práticas.

Por fim, apresenta as principais considerações sobre o estudo, bem como indica possíveis pesquisas futuras relacionadas à temática. Posteriormente são apresentadas as bibliografias utilizadas durante a pesquisa e referenciadas no corpo do texto.

2 OS PRIMÓRDIOS DA EXTENSÃO RURAL E AS ORIGENS DA PRÁTICA EXTENSIONISTA

Na história da ATER, há controvérsias sobre onde e como à mesma surgiu, o caso se deve ao fato de estar em vários momentos históricos da formação da humanidade. Citando como exemplo, as afirmações e divergências dos pesquisadores do extensionismo, cujo os quais afirmam que se deu na História Antiga, em torno de 4.000 a.c, onde surgiram e desenvolveram as primeiras civilizações e a escrita.

Porém para outros, as primeiras atividades desenvolvidas por agricultores foram o manejo e as técnicas para plantar trigo irrigado nas margens do Nilo. Mas há ainda, os que consideram as primeiras escolas gregas, com aulas abertas ao público.

Vale ressaltar, o fato importante que se encontra na pesquisa de Vieira (1988), que aponta as primeiras instituições de apoio à agricultura tenham surgido no século XVIII, destacando a American Philosophical Society (1743), nos Estados Unidos da América, que ofertava aos agricultores informações técnicas, fazendo uso de metodologias como palestras, feiras agrícolas, revistas, entre outras.

Mas o acontecimento muito citado pelos pesquisadores está relacionado à “crise das batatas”² de 1845 à 1850, quando houve grande fome da população irlandesa, o Conde de Clarendon escreveu ao Duque de Leinster sugerindo um programa de treinamento prático para os pequenos agricultores atingidos pela fome (CAPORAL, 2004).

Para muitos, essa carta remete aos primórdios dos projetos de extensão rural, pois teria resultado na contratação de instrutores práticos itinerantes, para atuar junto aos agricultores nas zonas mais afetadas pela crise. Porém, a prática extensionista maciça originou-se no início do século XX, na mudança do mercantilismo para o capitalismo, com o serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturada com a participação das universidades americanas, conhecidas como land-grant colleges (FONSECA, 1985).

A prática desenvolvida buscava educar os agricultores na adoção de tecnologias que promovesse a qualificação das práticas agrícolas, sendo chamada, de “modelo clássico”, e

² An Gorta Mór ou A Grande Fome (em irlandês) foi um período de fome, doenças e emigração em massa, em que a população da Irlanda se reduziu entre 20 e 25 por cento. A fome provocou a morte a cerca de um milhão de pessoas e forçou mais de um milhão a emigrar da ilha. A causa mais próxima da fome foi uma doença provocada pelo oomiceto *Phytophthora infestans*, que contaminou em larguíssima escala as batatas, um terço da população dependia unicamente de batatas para sobreviver, e o problema foi exacerbado por vários fatores ligados à situação política, social e econômica que ainda são matéria de debate na comunidade acadêmica.

serviu de base para a expansão desses serviços aos países ditos subdesenvolvidos, entre os quais o Brasil.

Segundo Fonseca (1985), essas atividades foram influenciadas pela Guerra de Sucessão e a Revolução Francesa, sendo a primeira decorrente da segunda, ou seja, a passagem da agricultura com estrutura escravista à estrutura mercantil e capitalista, decorrentes da Revolução Industrial, que transformou vários setores da economia.

Neste preâmbulo, as atividades agrícolas constituíam historicamente um segmento de grande importância para a economia, durante séculos, foram realizadas de forma rudimentar, com quase nenhuma inovação tecnológica, era um sistema de produção intensivo em mão de obra de baixo custo.

Os pequenos fazendeiros não sustentaram a concorrência das empresas capitalistas emergentes, haja vista a transformação geral nas finanças, na produção, nos transportes, que obrigou o abandono de todas as formas de produção para o próprio consumo, passando para a produção exclusiva de mercado (ROMANIELLO, 2015).

Essa expansão da agricultura baixou os preços dos produtos agrícolas, os fazendeiros se organizaram em associações agrícolas com a finalidade de discutirem seus problemas de comercialização e aumento de produtividade. Foram desenvolvidas palestras, feiras, concursos, conferências, com o intuito de diversificar e se especializar.

Contextualizando esta realidade, Favaretto (2007) expõe que a ideia de desenvolvimento rural envolveu um domínio específico, ou seja, compreendê-lo sobre uma perspectiva não normativa, nem como desejo ou utopia, mas como configurações sociais, analisando a interdependência entre o meio ambiente, as instituições, as estruturas sociais e o espaço rural.

Nesta perspectiva, é importante ressaltar que as dinâmicas das regiões rurais dos países que mais se desenvolveram foram determinadas por atividades produtivas do setor primário, dependente da exportação para mercados essencialmente localizados nas cidades. Porém o estatuto fundante da distinção deslocou-se para um grau de artificialização destes espaços e seus impactos no modo de vida, exigindo assim uma abordagem capaz de combinar critérios ecológicos com outros de caráter social e econômico.

Neste cenário, o rural demonstrou-se como categoria não mais passível de ser apreendida em termos setoriais, mas sim territoriais. Assim sendo, Abramovay (2003), definiu como dimensões definidoras da ruralidade: a proximidade com a natureza, a ligação com as cidades, e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho reduzido de suas populações.

Desta forma, o setor agrícola sofreu pressão para se modernizar, pois era convencional, viviam de uma indústria caseira artesanal. O maior interesse dos Estados Unidos na extensão rural, de acordo com Olinger (1996), era o de habilitar o agricultor e a sua família para obtenção de maiores produções, porém na ótica capitalista, os agricultores tinham dificuldades de adotarem inovações tecnológicas em suas propriedades.

Em relação à proximidade com a natureza, os recursos naturais, antes voltados para a produção de bens primários, foram usados como objetos de novas formas de uso social. Com relação às cidades, os espaços rurais deixaram de serem meros exportadores de bens primários, para dar lugar a uma maior diversificação e integração intersetorial de suas economias, invertendo o sentido demográfico e de transferência de rendas.

Os *Farms Institutes* criados em 1839, nos Estados Unidos se destacaram, pois eram responsáveis pela busca dos conhecimentos e pela busca de soluções para os problemas que afetavam as populações rurais durante a crise agrícola.

Após três décadas, surge nos Estados da Califórnia e *Connecticut*, em 1875, os primeiros Centros de Experimentação, esses espaços eram instrumentos de ensino e educação informal, os extensionistas trabalhavam como professores fora das universidades, para que os agricultores tivessem a oportunidade de aprender, sem prejudicar as lides rurais ou domésticas (OLINGER, 1996).

Posteriormente, os Institutos foram substituídos pela ATER de caráter público ligado ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, sigla em inglês de *United States Department of Agriculture*), criado em 1914 (DAROS, 2012).

De acordo com Seaman A. Knap, professor de agronomia, considerado o pai da Extensão Rural, no início do século XX, instalou em Louisiana uma unidade de observação, com um método educativo, visando difundir novas técnicas de cultivo e controle do gorgulho do algodão, com base em recomendações dos especialistas da agricultura.

As teorias do americano privilegiaram as inovações relacionadas à administração do lar e da propriedade, através de recursos audiovisuais (flanelógrafos, cartazes, folhetos, programas de rádio, artigos em jornais, projeção de filmes, álbum seriado e fotografias), que na época foram considerados inovadores (RUAS, 2006).

A partir da década de 40 e mais intensamente na década seguinte, todos os países adotantes da extensão rural, sofreram influência norte americana, em muitos países o apoio não era restrito à orientação técnica, mas também aos recursos financeiros e materiais. A maioria dos países latino-americanos adotou a extensão para o desenvolvimento rural (OLINGER, 1996).

Os programas de extensão rural na América Latina surgiram após a Segunda Guerra Mundial, com o “modelo clássico” e a posteriori o “modelo de adoção - difusionista”, que visavam o desenvolvimento econômico-social. A extensão executada defendia técnicas adequadas para a promoção de informações, práticas úteis e aperfeiçoamento de aptidões do homem do campo, o que conduziram ao alcance dos objetivos econômicos das empresas capitalistas.

Esses programas exigiram um manejo específico, devido o estado de pobreza e atraso tecnológico, transpassando a ideologia modernizadora, mas o que almejavam era a mudança na sociedade rural. A prática extensionista desenvolvida nos Estados Unidos, não foi considerada satisfatória na América Latina, tendo em vista que o projeto de desenvolvimento proposto exigia a modernização da agricultura de forma rápida.

A utilização desses recursos não resultou em efeitos promissores quanto desejável, pois as comunidades rurais não responderam, adequadamente, às novas tecnologias, concluiu-se que havia necessidade de novo planejamento, retomando a educação como instrumento central e o crédito como ferramenta para implementação das técnicas recomendadas, ocorrendo, nesse mesmo ano, à extensão como instrumento de educação (FONSECA, 1985).

Era preciso mudar a estratégia de trabalho, para que se conseguisse uma mudança de mentalidade do produtor rural, para que fosse mais fácil à adoção das instruções dos técnicos.

2.1 IMPLANTAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

Ao longo do seu processo histórico, a extensão rural no Brasil apresentou diversas fases em termos de sua abordagem, organização, atuação e concepção filosófica. Os serviços públicos de Extensão Rural estiveram presentes ao longo das transformações do rural brasileiro, iniciado ainda no império.

Os Institutos Imperiais de Agricultura foram criados em 1859 e 1860, eles desempenharam papéis relevantes no desenvolvimento rural, em função dos governos e suas políticas e o processo de evolução da sociedade e do país.

Esses serviços passaram a ter importância como instrumento de política pública no período do pós-guerra. A extensão rural no Brasil esteve historicamente associada as intenções governamentais de promoção de mudanças nos sistemas produtivos agropecuários (DIAS, 2007).

Essas mudanças foram quase sempre definidas em obediência a opções econômicas que projetavam na agricultura uma função importante no processo de desenvolvimento econômico desencadeado a partir do segundo pós-guerra.

Desta forma, modernizar os sistemas produtivos agropecuários significava gerar divisas com exportação de produtos primários, liberar mão de obra para o desenvolvimento das cidades e estender ao campo um mercado de consumo de bens agropecuários – insumos agrícolas e máquinas (SILVA, 1981).

Aos serviços públicos de extensão rural foi projetada a tarefa de levar conhecimentos e inovações tecnológicas aos agricultores, convencendo-os a aderir a padrões produtivos modernos. A Ater foi implantada como um serviço privado ou paraestatal, com o apoio de entidades públicas e privadas.

Nas palavras de Olinger (1996), as atividades extensionistas no Brasil iniciaram na Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), hoje Universidade Federal de Viçosa (UFV), pelo norte-americano Peter Henry Rolfs, na década de 1920.

Na década de 40, o governo recebeu ajuda americana e da ONU, em 1945, criou-se a Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), apoiada pela UNESCO, que tinha o atraso das zonas rurais como consequência da escassez de métodos e técnicas, o que seria corrigido com a educação comunitária a ser implantada com o modelo americano de extensão rural.

A primeira ação institucionalizada de extensão rural no Brasil, mas comumente citada, é a “Semana do Fazendeiro”, realizada pela primeira vez em 1929, na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, com diversos cursos de extensão e palestras. Todavia, embora o evento ainda seja realizado atualmente e receba visitantes de todo o país, tem periodicidade anual e maior impacto local.

Outra experiência extensionista de campo válida ocorreu em Santa Rita do Passa Quatro, no estado de São Paulo, a partir de 1948, o professor John B. Greefing possibilitou que a educação informal fosse viabilizada por meio da implantação e da institucionalização dos serviços de extensão rural, surgiu nesse mesmo ano em MG, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Instituição financiada pelo governo mineiro e a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA), da família Rockefeller, que visava instituir um sistema de crédito para aumento de produção agropecuária e outros benefícios à comunidade rural.

No mesmo período, também foram organizadas as Semanas Ruralistas, agrônomos e veterinários se deslocavam para o interior, proferindo palestras e demonstrações sobre

vacinação do gado, combate ao carrapato e ao berne, preparo de sementeira e outras práticas simples (OLINGER, 2006).

Ainda foram criados mais de 200 Postos Agropecuários, que pretendiam ser pequenas fazendas demonstrativas de tecnologias agropecuárias. Os postos deveriam ter pelo menos um agrônomo e um veterinário. Porém, só atendiam a poucos privilegiados, de acordo com a influência na política local. Entretanto, foram mal administrados, estimulando a corrupção e concessão de privilégios a uns poucos, por essas razões tiveram durações efêmera. Essas fazendas, em 1960, foram doadas a prefeituras, cooperativas e até para empresas particulares (OLINGER, 2006).

Nestes termos, Rodrigues (1997) caracteriza o processo evolutivo da extensão rural no Brasil em três períodos, ou movimentos: Humanismo Assistencialista (1948-1962); Difusionismo Produtivista (1963-1984) e Humanismo Crítico (1985-1989). Os dois primeiros se situam no paradigma sujeito-objeto que mantém a submissão do agricultor aos saberes do extensionista, o terceiro estabelece a relação sujeito-sujeito e promove o diálogo dos saberes de ambos e leva à emancipação.

O primeiro movimento, do Humanismo Assistencialista tem início no final da década de 1940, tendo como princípio conceitual a promoção do desenvolvimento agrícola, a “extensão para o desenvolvimento” difundido no pós-guerra, voltado para a promoção integral do homem.

Nas palavras de Rodrigues (1997): “A sua clientela preferencial era o pequeno agricultor e sua família, expostos a intervenções cujo objetivo era a mudança e a formação de hábitos, condutas e habilidades que viabilizassem o seu progresso social e econômico”.

Como princípio metodológico a extensão rural tinha a transferência de tecnologias pelos extensionistas aos agricultores para promover o desenvolvimento rural, segundo a ótica do Estado interventor e regulador.

O movimento difusionista surge no contexto dos planos governamentais da década de 1960, momento em que ganha ênfase e legitimidade a chamada “Revolução Verde”, que objetivava a promoção do desenvolvimento agrícola com objetivos sociais, por meio da expansão das fronteiras agrícolas; direcionamento da produção; mudanças na base técnica de produção; inserção das famílias pobres na atividade rural; desenvolvimento de regiões deprimidas e correção de desigualdades regionais.

Segundo Rodrigues (1997), o movimento difusionista conferiu dinamismo à política agropecuária, com o Estado assumindo o controle das ações, por meio da criação da Empresa

Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em substituição à ABCAR, empresa privada sem fins lucrativos.

A difusão era baseada em um modelo “tecnicista”, isto é, com estratégias de desenvolvimento e intervenção que levava em conta apenas os aspectos técnicos da produção, sem observar as questões culturais, sociais ou ambientais (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

As raízes “difusionistas” dizem respeito à divulgação, imposição ou extensão de um conceito, sem levar em conta as experiências e os objetivos das pessoas atendidas (LISITA, 2005).

Sob regime autoritário, os extensionistas foram os principais agentes responsáveis por colocar em prática uma concepção limitada sobre o desenvolvimento rural, aquela que o restringe à modernização dos processos produtivos por meio da difusão de inovações tecnológicas, desconhecendo ou desconsiderando especificidades ambientais e culturais.

A missão extensionista era o aumento da produção agropecuária e da renda do produtor por meio da difusão e adoção de tecnologias modernas, geralmente dispendiosas para o agricultor, porém subsidiadas por meio de crédito agrícola barato e poluidoras do meio ambiente (BRANDENBURG, 1998).

Nas reflexões de Altieri e Maserà (1997), o processo de desenvolvimento baseado nesta concepção trouxe graves consequências, como o aumento da pobreza no campo, a concentração da propriedade da terra, o êxodo rural não planejado, aumento populacional das periferias urbanas e problemas ambientais.

Desta forma, quando se tornaram conhecidos os efeitos perversos do processo de modernização parcial dos espaços agrícolas brasileiros, teve início uma ampla diversificação dos serviços de extensão rural.

A partir do processo de democratização política nos anos de 1980, surge o Movimento do Humanismo Crítico, que perdurou apenas na segunda metade da década de 1980, porém, constituiu um marco de mudança de paradigma.

Seus defensores afirmavam que as metodologias de intervenção rural deveriam pautar-se por princípios participativos, que levasse em conta os aspectos culturais do público alvo. A grande diferença de orientação entre as metodologias de extensão na era do “difusionismo produtivista” e da era do “humanismo crítico” é a questão da participação ativa dos agricultores.

De acordo com Paulo Freire (1988), trabalhar métodos e técnicas com perspectiva participativa e crítica, nada mais é do que uma ação educadora. É necessário criar e estimular

relações dialógicas e problematizadoras, estimulando a reflexão sobre a realidade, a conscientização sobre as causas radicais de seus problemas e capacitá-las à ação transformadora.

Neste contexto, Rodrigues (1997) explica que o período de 1985 à 1989, refletiu as mudanças geradas pelo fim do regime militar, pela expressão pública das organizações de agricultores e pela percepção generalizada das consequências da modernização.

Nesse sentido, muitos extensionistas acreditavam que as ideias do educador Paulo Freire, principalmente as divulgadas em seu livro “Extensão ou Comunicação?” de 1988, exerceram forte influência no questionamento do ethos³ das instituições de extensão.

Freire (1996) ao criticar o extensionismo agrícola antidialógico e mecanicista, destaca como uma invasão cultural que manipula, submete e doméstica. Assim, ao fazer extensão é necessário compreender o outro como sujeito histórico, cultural, respeitando seus valores e cultura.

Nessa conjectura, as organizações não governamentais, organizações de movimentos sociais, acadêmicos e militantes políticos impulsionaram diversos questionamentos sobre o papel do extensionista como agente de promoção do desenvolvimento (GARCIA, 1999; MARTINS, 1991).

Havia um enorme contingente de agricultores e trabalhadores rurais que à margem dos benefícios do processo de modernização, permaneciam na pobreza. O diagnóstico elaborado por esses atores era que os serviços públicos de extensão rural já não podiam mais, se limitar à concepção seletiva e conservadora de desenvolvimento.

2.2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSISTÊNCIA RURAL

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), atualmente é um serviço essencial ao produtor rural, tem um papel fundamental no diálogo entre os centros de pesquisa agropecuários, contribuindo efetivamente no desenvolvimento do campo, principalmente no que se refere à inserção e viabilização de novas tecnologias para o aumento da produção e produtividade estrutural.

Nessa conjectura, os resultados das pesquisas realizadas nos Centros de Experimentação e nos Colégios Agrícolas divulgavam e apresentavam métodos pedagógicos

³ Conjunto de costumes e hábitos fundamentais no âmbito do comportamento (instituições, afazeres, etc.) e da cultura (valores, ideias, crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região.

próprios, caracterizados principalmente pelas demonstrações e o envolvimento com os produtores rurais.

Os resultados das pesquisas eram aplicados diretamente nas propriedades, geralmente no terreno de um líder comunitário, sob o princípio pedagógico do “ensinar a fazer, fazendo”. Ou seja, o técnico realizava a prática (ou a demonstração) na frente dos produtores e logo após esta atividade era repetida, comentada e avaliada pelos presentes.

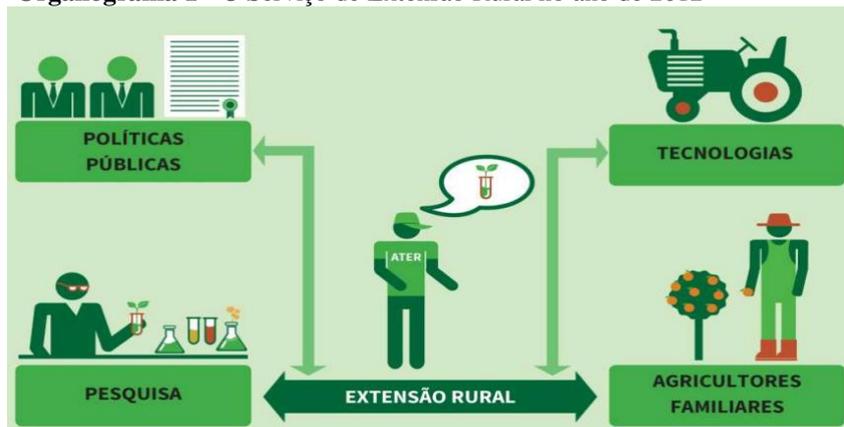
Com este cenário, a extensão rural fundamentou-se em princípios educacionais, tendo como objetivo a transmissão conhecimentos e habilidades sobre práticas agropecuárias, florestais e domésticas, reconhecidas como importantes e necessárias para à melhoria da qualidade de vida dos produtores, visando modificar hábitos e atitudes das famílias rurais, nos aspectos técnico, econômico e social.

Atualmente, a Ater tem como objetivo fomentar o setor, que possui peculiaridades e diversidades que fogem a qualquer tentativa de padronizar esse tipo de serviço. Para entender o contexto em que se encontra a ATER, bem como a sua missão, as pesquisas de Abramovay (1998), menciona o seguinte:

[...] No que se refere a sua missão, mais do que simplesmente levar assistência técnica para ampliar a produção, um escritório de extensão deve caracterizar-se como uma agência de desenvolvimento capaz de contribuir para despertar o conjunto das energias capazes de fazer do meio rural um espaço propício na luta contra a exclusão social. (ABRAMOVAY, 1998, p.140).

Nessa circunstância, o conceito de “Extensão Rural” representa múltiplos sentidos e objetivos, abrange as mais variadas atividades rurais, envolve diferentes tipos de organizações, para atingir diversos públicos, com diversas mensagens, cada uma com significados distintos, para diferentes pessoas. O Organograma 1 ilustra essas interações:

Organograma 1 - O Serviço de Extensão Rural no ano de 2012



Fonte: Asbraer (2012)

Como se observa, a ATER é uma política importante para a construção de estratégias de desenvolvimento e de educação não formal, a qual é um componente básico do que hoje se convencionou chamar de “sistemas de conhecimento” para o desenvolvimento rural sustentável e a pesquisa agropecuária.

Por ser um elo entre centros de estudos e geração de conhecimentos entre seus usuários imediatos, é um instrumento essencial para a transformação dos investimentos feitos nestas áreas em utilidades concretas para os indivíduos e para a sociedade. O principal objetivo dessa política é:

[...] direcionar os serviços de ATER para que os mesmos possam contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno⁴, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 14).

Para melhor desempenho e a ascensão dos serviços essenciais da Ater junto a sociedade, as atividades são desenvolvidas por eixos de afinidades, deste modo, temos: o eixo social que são políticas para as mulheres, jovens, idosos e Reforma Agrária; o eixo produtivo que são a Garantia Safra; o Seguro Agrícola; a Inclusão Produtiva; o Crédito Rural; o Programa de Aquisição de Alimentos; o Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Pesquisa e Extensão Rural; no eixo educação temos a Extensão Rural; as Escolas Família Agrícola; a Pedagogia Rural e recentemente a expansão da Rede dos Institutos Federais; no eixo energia são desenvolvidos combustíveis como: o Biodiesel e o Etanol; no eixo ambiental se tem a agroecologia; a Integração da Lavoura, Pecuária, Florestas e a Regularização Ambiental (ASBRAER, 2012).

Esses eixos se fundamentam no paradigma sujeito-sujeito, na autonomia, estabelecendo relações democráticas, de cooperação, de parceria, no permear de saberes próprios, construindo conjuntamente a mudança da realidade, na perspectiva de trazer benefícios aos envolvidos a partir da ótica da sociedade. Entre essas dinâmicas da ação extensionista, faz-se necessário ressaltar, como mostra o Organograma 2:

⁴ É o desenvolvimento feito com recursos oriundos da própria região. Inculcando o espírito empreendedor nos cidadãos, viabilizando as incubadoras de empresas; articulando os arranjos sócio-produtivos mais adequados.

Organograma 2 - Dinâmica da Ação Extensionista no ano de 2012

Fonte: Asbraer (2012).

Neste contexto, constata-se que a Ater tem importância fundamental no processo de comunicação das novas tecnologias geradas pela pesquisa e dos saberes diversos, que abrangem as atividades tanto na questão produtiva, por meio da introdução de novos conhecimentos, modernas tecnologias e técnicas ou do aperfeiçoamento das já existentes, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades: agropecuárias, florestais e pesqueiras, quanto também nas questões educacionais, ambientais e sociais, por meio da prestação dos serviços sociais.

Deste modo, além de disseminar informações sobre tecnologia agropecuária, a Ater envolve-se também com os aspectos que afetam a qualidade de vida das famílias e das comunidades, como administração rural, ação comunitária, associativismo, comercialização, agroindustrialização, artesanato, nutrição, saúde e outros.

A difusão das inovações fica a cargo do especialista em assistência técnica e extensão rural, o extensionista, formado em instituições de ensino técnico de nível médio e superior de engenharia agrônoma, zootecnia, economia doméstica e engenharia florestal. O extensionista tem o papel fundamental na operacionalização das políticas voltadas para as atividades agrárias, constituindo-se como um facilitador capaz de integrar pesquisadores, técnicos e agricultores, em torno das problemáticas vivenciadas no mundo rural.

Neste sentido Abramovay (2007) analisa a importância da educação para o desenvolvimento do campo, ele enfatiza que o desenvolvimento territorial consiste em mudanças do ambiente educacional, no qual, a tradição histórica brasileira (própria de sociedades de passado escravista) presente no meio rural dissocializa o trabalho do conhecimento. Assim sendo, ela é entendida como requisito imprescindível para a aquisição de conhecimentos técnicos, culturais, políticos e econômicos.

Em defesa do direito à educação, a Constituição Federal de 1988, art. 62 das Disposições Transitórias, sugeriu a criação de um Serviço Nacional de Aprendizagem Rural nos moldes da legislação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo as atribuições dos órgãos públicos que atuam na área. Para tanto, foi criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), para ser a instituição responsável pela Formação Profissional Rural e Promoção Social de homens e mulheres do campo e suas famílias.

Para endossar, em janeiro de 2010, foi sancionada a Lei 12.188/2010, conhecida como Lei Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ela é um marco de evolução na ATER pública no Brasil, pois institui a Política Nacional de Ater, reconhecimento formal e legal dos serviços de ATER à agricultura familiar, trabalhando com princípios e diretrizes voltados para o desenvolvimento sustentável, a participação social, a produção de base agroecológica e a qualificação das políticas públicas, entre outras.

2.3 AS ASSOCIAÇÕES DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ACAR–ABCAR) E A EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER)

Com a ACAR nascia o embrião do que viria a ser o segundo maior serviço de extensão rural no mundo, basicamente atribuía à extensão rural a missão de oferecer assistência técnica e financeira aos produtores rurais para que adotassem as inovações desenvolvidas em institutos de pesquisa agrícola. Em outras palavras, a função dos institutos de extensão rural era servir de interlocutor entre os agricultores e as instituições geradoras de inovação para a agropecuária.

Esse modelo de extensão rural era orientado pelo paradigma desenvolvimentista, difundindo as relações capitalistas de produção no meio rural brasileiro. Essas relações se materializariam na forma da vinculação dos agricultores aos mercados de financiamento, de insumos e de comercialização.

A ACAR difundia práticas de agricultura, pecuária e economia doméstica financiada pela Caixa Econômica. As atividades da ACAR iniciaram em primeiro de janeiro de 1949, onde os serviços de ajuda técnica financeira começaram com o treinamento de técnicos brasileiros por especialistas americanos (OLINGER, 1996).

O sistema de crédito promovido pela ACAR teve o objetivo de aumentar a produção agropecuária e fornecer benefícios (tecnificação da produção, reformas habitacionais, aquisição de máquinas equipamentos de uso doméstico, obras de saneamento, fossa seca, alimentação, hortas e pomares domésticos e vestuário) produtos recomendados como modernizantes, que se traduziam como necessidades do lar e da empresa rural (RUAS, 2006).

Os produtores com financiamento e a assistência, tiveram a ilusão que era possível melhorar os processos produtivos e alavancar a agricultura, entretanto, tal ação, trouxe a incorporação de produtos e insumos produzidos por empresas capitalistas.

Assim sendo, os estudos de Fonseca (1985) e Santos (1993), apontam que a partir de 1952, a extensão foi proposta como uma atividade educativa. Em 1954, foi criado o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), visando à execução de projetos que contribuíssem para o desenvolvimento da agropecuária nacional, tendo como base de ação a assistência técnica e crédito rural.

O ETA representou um grande estímulo para a extensão rural, e foi também responsável pela criação dos serviços de extensão rural no Sul do Brasil, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR).

No ano de 1956, nascia a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, constituída como sociedade civil de direito privado, tinha como objetivo de unificar, coordenar, e angariar recursos financeiros no Brasil e no exterior para as atividades de extensão rural no país, realizando avaliações de resultados e buscando novos caminhos para aumentar a eficácia dos serviços, mantendo o sistema já existente e zelando pela doutrina de formar recursos humanos e difundir a ideia pelo Brasil. Seus membros fundadores foram o ETA, o Ministério da Agricultura, a AIA, a ACAR-MG, a ANCAR, a ASCAR, a Confederação Rural Brasileira e, logo depois, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste Brasileiro (PORTILHO, 1998).

Entre os anos de 1961 a 1965, o Plano Quinquenal de Extensão Rural, abriu caminho para a institucionalização do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (ABCAR), conhecido primeiramente por SIBER e depois SIBRATER, esse foi o melhor período da extensão rural no Brasil, pois expandiu-se a qualidade dos serviços prestados (PEIXOTO, 2008).

Em 19 de maio de 1961, o decreto nº 50.632, no governo de Jânio Quadros, a ABCAR foi reconhecida como órgão de cooperação e de utilidade pública, onde o Plano Quinquenal é aprovado, devendo a união contribuir com 60% (sessenta por cento) do orçamento.

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), era entidade de caráter privado que congregou todas as ACARs segundo um modelo centralizado e vertical de orientação (CAPORAL, 1991).

Nas palavras de Portilho (1998), as diretrizes e ideologias governistas que norteavam o trabalho da ABCAR, era uma reprodução da estruturação social do sistema capitalista, ou seja, as atividades de assistência técnica, bem-estar social e crédito rural, faziam parte de um universo ideológico de controle da vida do pequeno produtor rural.

No ano de 1964, sob a ótica do governo militar, a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, criou o Estatuto da Terra, que por consequência criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), ambos foram extintos, dando origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal da administração pública brasileira criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, tinha como finalidade realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. A partir dessa data, a ABCAR foi responsável pela coordenação da Extensão Rural no Brasil.

Com o crescimento dessas instituições, o Estado brasileiro gradativamente foi trazendo para sua esfera de influência e controle, oferecendo apoio financeiro, exigindo em troca apoio ao seu projeto de desenvolvimento rural, culminando em 1975 com a extinção da ABCAR e a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

Neste processo, a ACAR nos estados foram gradativamente sendo transformadas em EMATER, apesar da centralização e a vinculação com as Secretarias Estaduais da Agricultura, elas expandiram a cobertura geográfica e mantiveram a eficiência operacional dos serviços, mas dentro de outro modelo de desenvolvimento.

Neste período, seus objetivos foram sendo progressivamente reorientados para o aumento da produção e da produtividade agrícola, com maior ênfase na difusão de “pacotes tecnológicos”, na assistência ao crédito e relativa retração nos esforços dedicados às atividades “sociais” da extensão rural.

A EMBRATER foi o órgão de caráter normativo e coordenador, ligado ao Ministério da Agricultura, tinha como função a difusão de tecnologia agropecuária e gerencial, atendendo tanto aos produtores de alta, como aos de média e baixa renda, determinando desta forma a criação das EMATER’S que são executadas pelas empresas estaduais de ATER.

De acordo com Lisita (2005) e Romaniello (2015) as atividades de Ater, tinham como tarefas iniciais, desativar as antigas Associações de Crédito e Assistência Rural e

institucionalizar as Empresas Estaduais de Ater, eles expõem que EMBRATER, buscava a manutenção do modelo de acumulação, por meio da minimização das contradições sociopolíticas e econômicas e da manutenção da ordem política vigente”, com a participação popular controlada e dirigida pela ação estatal, visando o aumento da produtividade e à mudança da mentalidade dos produtores, do “tradicional” para o “moderno”.

Obviamente, a prática educativa da extensão rural não era neutra, proferia um discurso ideológico que estava subjacente a todo processos de construção/transmissão do conhecimento, concebida como socialmente necessário, a ser difundida para respaldar uma realidade que necessitava ser preservada.

Nos estudos de Ruas (2006), percebe-se que a prática educativa da extensão rural privilegiou a assistência técnica vinculada a programas de modernização da agricultura, pela difusão de tecnologia.

O profissional de extensão passa a ser especialista responsável pela difusão de “pacotes tecnológicos” gerados pela pesquisa e implementação de programas especiais como irrigação (PROVÁRZEAS), pecuária de corte (CONDEPE), pecuária de leite (PDLP) e a expansão de fronteiras agrícolas (POLOCENTRO).

Sendo assim, no final da década de 1970, nas áreas rurais, a população se organizou, debateu e sugeriu ações para problemas da reforma agrária e da crise socioambiental da agricultura. Os movimentos sociais e as organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) ganharam força e expressão.

No ano de 1979, a EMBRATER muda o discurso e traça uma nova política agrícola, avaliando os erros dos anos anteriores. O público alvo passa a ser os pequenos produtores e suas famílias.

Assim, no transcurso dos anos 1970 e 1980, à extensão rural trabalhou em sintonia com a política nacional de modernização agrícola, era importante à ideia de informar e persuadir os agricultores a adotarem melhores práticas agrícolas para se conseguir um aumento significativo na produção de fibras e alimentos.

Em meados da década de 1980, particularmente quando do advento da “Nova República”, iniciou-se um grande esforço de renovação da extensão rural brasileira, sob a liderança da EMBRATER, já incorporando elementos fundamentais de um novo modelo de desenvolvimento, mais justo e equitativo, que tomava forma nas discussões preliminares da Constituição Federal de 1988.

A EMBRATER optou por apoiar um modelo de desenvolvimento ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, e por estimular ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais, além de novas metodologias de formação para os extensionistas. As atividades consistiam, em angariar recursos para o agricultor, por meio de crédito bancário e orientá-lo por padrões tecnológicos científicos.

Dentre as inovações adotadas estavam o retorno da prioridade ao atendimento dos pequenos e médios produtores rurais, atenção especial às famílias e comunidades como um todo, foco na solução de problemas concretos identificados no local, incorporação das questões de geração de emprego e sustentabilidade ambiental nas atividades desenvolvidas, planejamento participativo das ações, maior descentralização das decisões no contexto do programa de “Municipalização da Agricultura” e outras.

A redemocratização obrigou a União a manter o serviço de assistência técnica e extensão rural pública e gratuita destinada aos pequenos produtores e assentados da reforma agrária. O trabalho da EMBRATER passou a ser de caráter participativo entre os poderes constituídos, os produtores e suas organizações e as comunidades rurais, sem deixar de lado, a mudança tecnológica.

Segundo Masseli (1998), nesse período de democratização a fração mais humanista do corpo técnico da empresa passou a se confrontar com o direcionamento produtivista dominante na empresa, resultando em seminários que buscavam resgatar o papel social que a Extensão Rural poderia desempenhar.

No entanto, o país adentra em uma crise econômica que se intensifica na segunda metade dos anos 1980, em decorrência da dívida externa que levou a um afastamento de investimentos estrangeiros no país.

Segundo Lisita (2005), em decorrência principalmente do término do crédito agrícola subsidiado, iniciou-se, no país, uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas.

O planejamento participativo era um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, com bases na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire (1996). Essa fase foi chamada de humanismo crítico.

Nas reflexões de Dias (2007), esse período marca uma fase de tentativa de aproximação entre os serviços públicos de extensão rural e as organizações de movimentos sociais.

A EMBRATER propõe uma reorientação da ação extensionista, buscando aproximar os pequenos produtores, hoje chamados de agricultores familiares, para apoiá-los em seus

cultivos, pouco pesquisados para os mercados internos, com práticas extensionistas orientadas pela pedagogia de Paulo Freire.

2.4 AS MUDANÇAS DA ATER NA DÉCADA DE 1990 AOS DIAS ATUAIS

Em 1991, o governo Collor de Mello extinguiu a EMBRATER, desativando a SIBRATER, passando a coordenação para a Embrapa e, posteriormente, para o Ministério da Agricultura (EMATER, à mercê das políticas de ajuste estrutural e interesses dominantes).

Com a extinção da EMBRATER, houve a cessão de repasses de recursos para os Estados, trazendo graves consequências para as organizações nos estados mais pobres, além da quase que inexistência de renovação dos profissionais da EMATER, que a partir daquele momento passou a depender dos governos estaduais e das prefeituras. A antiga coesão sistêmica, motivo de orgulho da corporação extensionista, esfacelou-se.

Segundo Scaramelo et al (2015), no meio extensionista essa década foi chamada de década perdida, pois, para muitos profissionais, perderam-se esperanças, dignidade, valor e o reconhecimento da importância social para os processos de mudança no campo brasileiro. Era tempo do Estado mínimo, do Consenso de Washington⁵, das privatizações e da proposta neoliberal de FHC.

De acordo com Ribeiro (2000), muitos extensionistas tiveram que enviar suas famílias para casa de pais e parentes, desativar suas residências, morar precariamente. Aqueles mais capacitados começaram a sair da empresa para empregos que remuneravam melhor.

Sem coordenação nacional, a EMATER, nos vários Estados, passou a ser orientada, pelas políticas dos governos dos Estados federados. Deste modo, ocorreram mudanças institucionais, muito mais de formato do que de objetivos e metodologias do serviço de ATER.

Contudo, os movimentos sociais no campo adquiriram maior visibilidade. Por meio de manifestações públicas, ocupações de latifúndios e movimentos de reivindicação de direitos, dentre eles, o de uma extensão rural coerente com suas expectativas de inclusão social e reforma agrária.

Em 1992 aconteceu a ECO 92, no Rio de Janeiro, o que colocou nas agendas governamentais a necessidade de pautar questões sobre os limites ambientais para as

⁵ Conjugação de grandes medidas, que se compõe de dez regras básicas, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, com o objetivo de promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento.

propostas de desenvolvimento. Esses acontecimentos vieram de encontro aos anseios dos insipientes movimentos por uma “agricultura alternativa” aos pacotes tecnológicos com suas implicações políticas e socioambientais (SCARAMELO et al., 2015).

Em 2003, com o início do governo Lula, vários projetos políticos foram colocados em prática pelo Estado. Para o desenvolvimento rural, o governo implantou o projeto “Vida digna no campo”, com forte ênfase na agricultura familiar, na necessidade da reforma agrária, no combate à fome e à pobreza.

Para a extensão rural, foram delineados novos horizontes. A primeira ação em junho de 2003 foi à transferência da competência da ATER pública para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde estava sob guarda da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Com o fim da EMBRATER, as competências foram para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Social (MDA).

De acordo com Ruas (2006) ainda no ano de 2003, o MDA, sistematizou as reivindicações da agricultura familiar e dos profissionais da extensão rural pública, apresentadas em seminários estaduais e nacionais, elaborando a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), resultado do repensar da extensão rural, realizada ao longo das décadas de 1980 e 1990, num processo dialético de avanços e retrocessos.

Com a implementação da referida política o Governo Federal buscou mudar radicalmente o extensionismo com a finalidade de promover o desenvolvimento rural sustentável, com enfoque nos sujeitos sociais excluídos pela modernização conservadora do século XX notadamente os agricultores familiares, quilombolas, indígenas, assentados e outros.

Essa política definiu a missão dos serviços da ATER pública, o público beneficiário, a metodologia para ação extensionista junto aos agricultores familiares e um novo paradigma tecnológico de produção assentado nos princípios científicos da Agroecologia (RUAS, 2006).

A nível Federal, além do Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atua também a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), uma sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos, cuja influência no aperfeiçoamento institucional e operacional da extensão rural assume progressiva relevância.

É uma organização independente, apartidária e sem fins lucrativos, fundada em 8 de junho de 1990. Sua missão é representar e fortalecer suas Associadas e influenciar na Política

Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural para a promoção do Desenvolvimento Sustentável da família no campo.

As entidades estaduais de extensão rural atualmente possuem diferentes personalidades jurídicas, mesmo com as dificuldades decorrentes da ausência de recursos federais, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural permanece ativo em todas as Unidades da Federação. Conforme pode ser observada no Mapa 1:

Mapa 1 - Entidades Estaduais de Extensão Rural no ano de 2012



Fonte: Asbraer (2012)

Das 27 entidades existentes, 9 permanecem como empresas públicas de direito privado a EMATER cujos estados são: Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, 3 foram fundidas com outras originando empresas públicas de desenvolvimento como Pernambuco, Sergipe e Bahia, 5 foram transformadas em Institutos como Amazonas, Amapá, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Tocantins, 3 foram fundidas com a pesquisa e outros serviços como Mato Grosso, Santa Catarina e Espírito Santo, originando também empresas públicas, 1 foi transformada em Agência de Desenvolvimento no Estado de Goiás e 5 passaram para a administração direta nos Estados do Acre, Maranhão, Roraima, Alagoas e São Paulo. A EMATER-Rondônia é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública.

A Região Norte, possui a menor abrangência, contam com 317 escritórios locais e 32 regionais, para atender a 449 municípios. O Estado do Amapá possui 04 regiões norte, sul, leste e oeste e 20 escritórios nos 16 municípios.

Atualmente há 27 escritórios centrais, 277 regionais e 4.240 escritórios locais. Possui uma força de trabalho de 23.700 empregados e um contingente técnico de 16.000 profissionais, 88% dos quais atuando diretamente no campo, junto aos produtores, famílias e comunidades rurais. Atende atualmente a 5.359 municípios (92% do total), cerca de 40 mil comunidades e de 2,3 milhões de famílias rurais (ASBRAER, 2012).

O principal instrumento de implementação da PNATER é o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

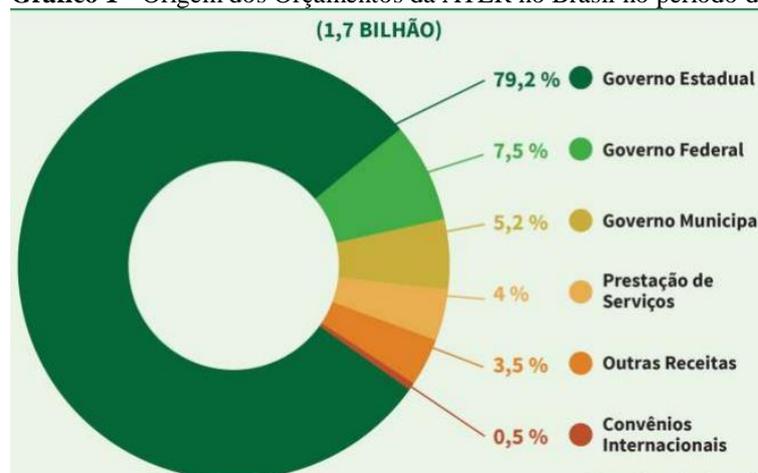
O PRONATER tem como objetivos a organização e a execução dos serviços de ATER ao público beneficiário previsto no art. 5º da Lei 12.188/2010, respeitadas suas disponibilidades orçamentária e financeira.

Em se tratando dos recursos financeiros na esfera federal, o MDA incluiu no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento Geral da União (OGU) o volume de recursos necessários para viabilizar as ações de ATER requeridas pela Agricultura Familiar, indispensáveis à implementação e continuidade da oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Os Estados e os Municípios também participaram com aportes financeiros e de infraestrutura, assumindo parcela da responsabilidade pela oferta de serviços da ATER, dentro de uma ação de articulação dos entes federados.

Parte dos recursos orçamentários do MDA para ações da ATER foi alocada nos Programas Estaduais, para o financiamento de instituições ou organizações da ATER credenciadas, que tinham trabalho permanente e continuado no âmbito dos estados e/ou municípios.

Os recursos foram canalizados para um Fundo Nacional de Apoio aos Serviços da ATER, e administrado pelo DATER/SAF/MDA, o acesso foi mediante a seleção e avaliação de projetos, entidades credenciadas que atendiam às exigências da PNATER, correspondentes às condições mínimas de infraestrutura, equipes multidisciplinares, capacitação técnica, condições de abrangência e garantia de continuidade dos serviços aos grupos/comunidades participantes de diferentes projetos de desenvolvimento rural sustentável, respeitando as diferenças regionais e parecer dos Conselhos Estaduais. O Gráfico 1, demonstra a proporcionalidade entre os envolvidos:

Gráfico 1 - Origem dos Orçamentos da ATER no Brasil no período de 2012

Fonte: Asbraer (2012).

Entre os instrumentos de implementação da PNATER, são utilizados convênios de recursos financeiros e de seguridade social, com entidades da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo.

O contrato de repasse é um instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União.

Há também o termo de parceria, por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da administração pública federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente.

É importante ressaltar, que nesse contexto de Estado mínimo, de pressão dos movimentos sociais e de ampliação das consciências ambientalistas, os cidadãos do campo e os extensionistas exigiram um novo significado para a extensão rural, com novos princípios, base conceitual e científica.

Dessa forma, em razão da pressão de setores organizados da sociedade, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), dentre outras formas de organização popular, houve uma retomada desses serviços estatais como estratégia de políticas públicas distributivas de direitos (SCARAMELO et al., 2015).

Das mobilizações e pressões dos agricultores familiares surgiram conquistas importantes, merecendo destaque: a formulação de uma política pública voltada para o atendimento das necessidades da agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento

da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996; a criação do DATER/MDSA – Decreto nº 4.739 de 13 de junho de 2003; a Publicação da Política Nacional de ATER (PNATER) 2004; a Lei da Agricultura Familiar – Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006; a Lei Geral de ATER – Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010; a instalação da Frente Parlamentar de ATER – 23 de março de 2011 e a regulamentação do Decreto de instituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) Decreto nº 8.252 de 26 de maio 2014.

A ANATER é um serviço social autônomo denominado pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, conforme disposto no art. 1º da Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013. Conforme o Decreto nº 8.252, seu principal papel é promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à inovação tecnológica e à apropriação de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica, ambiental e social.

Em se tratando dos recursos oriundos do Pronaf, para prestação de assistência técnica, foram fundamentais para muitas empresas estaduais, aproximando, definitivamente, a extensão rural pública da agricultura familiar (RUAS, 2006).

Segundo Miná Dias (2007), essa concessão do crédito dependia da elaboração de um projeto técnico e a empresa estadual de ATER dependia dos recursos para a assistência técnica.

Para Ruas (2006), o PRONAF representou o resultado de esforço efetivo de construção de uma política de inclusão social da agricultura familiar, contemplando as categorias dos agricultores familiares, trabalhadores e trabalhadoras rurais, posseiros, parceiros, arrendatários e assentados da reforma agrária.

A sanção da chamada “Lei da ATER”, Lei nº 12.188/2010, a qual instituiu as diretrizes gerais da Política Nacional de assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), bem como o Programa de assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na reforma Agrária (PRONATER-MDA, 2010).

Nas palavras de Callou (2006) embora pareça que a Lei tenha dado enfoque com exclusividade as questões ligadas a agroecologia, o novo rural surge como tema fundamental para o desenvolvimento.

Com a Lei 12.188/2010 o Governo Federal retoma a gestão dos serviços de ATER, através do Departamento de assistência Técnica e Extensão Rural (Decreto nº 5033/2004), cujo papel é o de indutor e financiador dos serviços de ATER, através da chamada políticas públicas de ATER. O papel da ATER pode ser observada na Diagrama 1:

Diagrama 1 - O Papel da Ater no Conjunto de Políticas Públicas no ano de 2012

Fonte: Asbraer (2012)

A dinâmica dos serviços de assistência técnica extensão rural (ATER) do MDSA se caracteriza por manter o caráter público, sendo executada na forma de terceirizada⁶, via licitação através da modalidade “Chamada Pública” e, subsequente celebração de contrato com instituições tanto de caráter público, entidades estaduais ou municipais, como privado e Organizações Não Governamentais (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIP), Cooperativas e Empresas.

A ATER é responsável das outras políticas públicas do MDSA para agricultura familiar. Tem um papel de destaque na construção e expansão de políticas públicas para a produção familiar, dialogando com outros eixos estratégicos da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF-MDSA), da qual está vinculada: gênero; crédito e fomento; sustentabilidade dos sistemas de produção; geração de renda; agregação de valor; combate pobreza rural; e segurança alimentar (SILVA; GREGOLIN, 2009).

A metodologia participativa definida na Política Nacional de ATER privilegia os processos participativos de promoção do desenvolvimento rural apoiados em conceitos como

⁶ Para a realização dos serviços de ATER por terceiros foi promulgada a Lei nº 12188/2010 que instituiu o seguinte: Art. 11. As Entidades Executoras do PRONATER compreendem as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas na forma desta Lei, e que preenchem os requisitos previstos (...). O Decreto nº 7215/2010 que regulamenta esta Lei, confere em seu Artigo 5 a forma de contratação: As Entidades Executoras do PRONATER compreendem as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas na forma desta Lei, e que preenchem os requisitos previstos (...).

desenvolvimento sustentável, agroecologia, equidade social, participação, educação popular, empoderamento, gênero, geração e etnia. Desta forma, são desenvolvidas atividades que promovam: organização, mobilização, associativismo, cooperativismo, ater x pesquisa, capacitação, crédito rural, métodos individuais, grupais e massivos.

Vale salientar, no entanto, que a preocupação com o aperfeiçoamento dos serviços e os esforços neste sentido constituem objetivos ativamente procurados atualmente por todas as entidades.

A diversidade de figuras jurídicas, dificuldades orçamentárias, administrativas e políticas de alguns Estados, incertezas e indefinições sobre uma política agrícola de longo prazo, debilidade e inconstância na liderança e no apoio federal respondem, dentre outras causas, por um desempenho desigual entre as instituições de extensão rural.

Concerne ao Estado criar e garantir as condições sociais e econômicas para que os produtores familiares tenham condições mais favoráveis de lograr e perseguir os objetivos fixados nos Programas Públicos de ATER e que eles tenham meios para isso.

3 A POLÍTICA DE ATER NO PERÍODO DA ACAR-AMAPÁ

A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no Brasil ocorreu ao longo das décadas de 1950 e 1960, a partir da criação nos estados das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.

As ACAR eram entidades civis, que tinham como finalidade desenvolver uma nova modalidade de assistência ao produtor rural, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros.

O método de ação das ACAR foi inspirado no modelo norte-americano de extensão rural, mas os serviços não eram prestados diretamente por universidades, e sim pelas associações. Todavia, o crédito era supervisionado por um serviço de assistência técnica, foi uma inovação no modelo brasileiro que estava sendo implantado, uma vez que nos EUA os produtores rurais já estavam habituados a relacionar-se com os bancos e obter empréstimos (PEIXOTO, 2008).

Em 1974 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e extensão Rural (EMBRATER), tendo como objetivos básicos “a melhoria das condições de vida das populações rurais” e “o aumento substancial da produção de alimentos e matérias primas tanto para o mercado interno quanto para a exportação”. Empenhando-se para acelerar a modernização da agricultura, o Estado assumiu; ele próprio, o papel de empresário, e passou a responder financeiramente pela continuidade do projeto extensionista (BRASIL, 1975, p.180).

No Amapá, os serviços de ATER chegaram através da criação da ACAR Local, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Território Federal do Amapá (ACAR-AMAPÁ), fundada em 05 de fevereiro de 1974, conforme Registro Público nº 0056/74 transcrita no Cartório de Macapá e publicada no Diário Oficial nº 1.796 de 18.02. 1974 (AMAPÁ, 1974).

Sobre esta época o Entrevistado 7⁷ (2017) relembra que:

Entre os anos de 74 à 78 a ABCAR e a ACAR, como práticas de extensão rural foram marcadas por um serviço de desbravamento de entrar no interior e de reconhecer a nossa realidade, ou seja, de prospecção, em 1979 houve o primeiro processo de capacitação dos extensionista. (ENTREVISTADO 7, 2017).

⁷ Entrevista cedida no dia 19 de julho de 2017, o entrevistado exerceu função de extensionista.

O período da ACAR-AMAPÁ foi marcado por propósitos produtivistas, o que refletia em uma extensão preocupada e comprometida com a modernização do setor agrícola. A caracterização do período ganhou maior clareza quando foram observadas, sobretudo a prática do Crédito Rural Orientado, firmando a tendência de “concentrar as ações extensionista em áreas produtoras e em produtos de maiores e mais rápidas respostas aos incentivos fomentistas do Governo Federal” (MASSELLI, 1998, p.31).

Neste contexto, a ACAR-AMAPÁ, foi uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Macapá, capital do Território Federal do Amapá. Tinha como finalidade contribuir para a aceleração e desenvolvimento econômico e social do meio rural, mediante o planejamento e execução das atividades de extensão e crédito rural educativo (AMAPÁ, 1974b).

O acesso ao crédito e à assistência técnica qualificada foi importante para que o agricultor iniciasse uma atividade no campo que agregasse valor à sua propriedade, implantando melhorias na infraestrutura, na produção e em todas as outras etapas até à comercialização dos produtos.

Desta forma, o crédito rural juntamente com outros serviços, como a assistência técnica e a extensão rural, foi de fundamental importância para que houvesse o incremento na produtividade agrícola, o que tendeu ao aumento da produção e a melhora nas condições de vida do conjunto da população.

Possibilitou também, a manutenção e a expansão dos padrões de produtividade alcançados pela agricultura, além de se constituir em uma fonte de estímulo à implantação e ao desenvolvimento no Território Federal do Amapá.

A ACAR Amapá visava promover a melhoria da renda e das condições de vida dos produtores rurais e suas famílias, tinham como objetivos: Incentivar a produção de alimentos para abastecimento regular do mercado interno; Incentivar a ampliação da fronteira agrícola; Aumentar a participação do setor primário na formação da renda interna; Promover a melhoria do nível tecnológico nas explorações agropecuárias; Estimular o ingresso de novos empresários no processo produtivo agropecuário; Incentivar o uso racional do solo segundo suas aptidões e potencialidades, visando sua conservação; Promover a integração do meio rural na mobilização e conjugação de esforços para o aproveitamento do potencial de recursos existentes na área (AMAPÁ, 1975a).

Porém, a dependência financeira ao Sistema Brasileiro de Extensão Rural, obrigou o Território do Amapá a colocar em prática os programas e projetos emanados do SIBRATER, sem as devidas adequações para as peculiaridades regionais amazônicas (Biogás, Provárzeas,

Jovens Rurais, Cooperativismos, Crédito Rural) (FILOCREÃO et. al., 1991). Neste contexto, o meio rural passou a contar com um conjunto de políticas públicas para a agricultura, o que possibilitou mudanças gradativas nas condições socioeconômicas no setor público agrícola.

3.1 HISTÓRICO

Os primeiros créditos rurais concedidos no Amapá foram destinados ao cultivo de seringueira (*Hevea brasiliensis* M. Arg.), por meio do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR), criado em 1972, que destinou recursos para implantação de 120 mil hectares de seringueira nos municípios de Macapá, Santana e Mazagão (LOMBA; SILVA, 2014).

A concessão destes créditos declinou com a inviabilização dos projetos de cultivo de seringueira, decorrente do forte ataque de pragas nos seringais, o que provocou o abandono de milhares de hectares implantados nas décadas de 1970 e 1980 na Amazônia.

Outras atividades também começaram a receber financiamentos no intuito de promoverem melhoras em seu desenvolvimento. Entre estas atividades estão o plantio de pimenta-do-reino, a pecuária bubalina e bovina, bem como as atividades de fruticultura.

Assim sendo, o Governo do Território Federal do Amapá, afim de elevar a produção do setor agropecuário, incumbiu a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR-AMAPÁ) a executar a Política de Extensão Rural, objetivando o cumprimento das Diretrizes do Plano Nacional de desenvolvimento. As atividades foram realizadas em colaboração com as Secretárias de Governo do Território Federal, que prestaram apoio de infraestrutura.

No ano seguinte, exatamente no dia 27 de junho de 1975, foi assinado o Termo de Convênio celebrado entre o Plano de Assistência à Pesca Artesanal, denominado de PESCART e a ACAR-AMAPÁ, objetivando desenvolver atividades de extensão pesqueira artesanal do Território Federal do Amapá, através de um programa de assistência técnica, econômica e social, visando à valorização do setor da pesca artesanal como fator para a elevação socioeconômica do meio e da população envolvida na atividade (AMAPÁ, 1976a).

Até este ano, a pesca artesanal não tinha sido alvo de qualquer ação, a não ser aquelas geradas pelo próprio meio e ao nível de conhecimento do pescador, sem repercussão nos escalões responsáveis por sua ativação. Esse marasmo levou ao desconhecimento da problemática e perspectivas de soerguimento da economia pesqueira no Território.

Porém o início do Plano que era previsto para janeiro de 1975, implicou na sua inexequibilidade dentro dos prazos previstos para o alcance das metas, sendo desenvolvido apenas em 1976.

As atividades de extensão foram articuladas ao crédito orientado, visando à melhoria das técnicas de captura, criação, manuseio, de beneficiamento, de comercialização e de conservação dos produtos de pesca artesanal; melhoria das condições sanitárias, habitacionais e educativas dos pescadores e seus familiares e a mentalização e o desenvolvimento do associativismo no setor pesqueiro artesanal, através da organização e/ou reativação da cooperativa e/ou outras associações.

A meta básica para o segundo semestre foi à busca por informações. Deste modo, foi elaborado um roteiro de observação cobrindo os aspectos básicos que subsidiassem uma ação dentro da realidade. Nesse contexto, foram visitados os municípios de Amapá, Calçoene, Oiapoque e Macapá. A exceção foi o município de Mazagão.

De acordo com o levantamento do Plano de Trabalho Anual (1976) a Vila de Sucuriju, no Município de Amapá, foi identificada como área de concentração essencialmente pesqueira, sem outra atividade econômica a não ser um pequeno comércio. Residem na localidade cerca de 300 pescadores, desenvolvendo um trabalho com índices de produção e organização social significativos, sem nenhuma assistência, mas com aspirações de integração através da habilitação profissional (AMAPÁ, 1976).

Nessas circunstâncias, foi desenvolvida uma campanha de Habilitação de Pescadores Profissionais da qual participaram 11 órgãos e entidades, habilitando 210 pescadores e inscrevendo 36 embarcações.

As atividades assistenciais e extensionistas foram orçadas em Cr\$ 3.892.020,00 (três milhões, oitocentos e noventa e dois mil e vinte cruzeiros), o que representava 28,7% do total de recursos necessários para as atividades a serem desenvolvidas, numa região carente de infraestrutura básica e pelo fato das atividades desenvolvidas no projeto exigirem pessoal técnico altamente qualificado, além de significativo número de auxiliares (AMAPÁ, 1976).

A ACAR-AMAPÁ para o ano de 1977 tinha como objetivos a introdução de novos métodos de captura e conservação de pescados e diversificação da produção; o estudo das condições biofísicas para o desenvolvimento da piscicultura, identificando os principais recursos pesqueiros para administrar; além da orientação na obtenção e concessão ao crédito para incentivo ao crescimento da atividade, criando condições administrativas necessárias ao desenvolvimento do programa de extensão pesqueira, capacitando o pessoal técnico e os

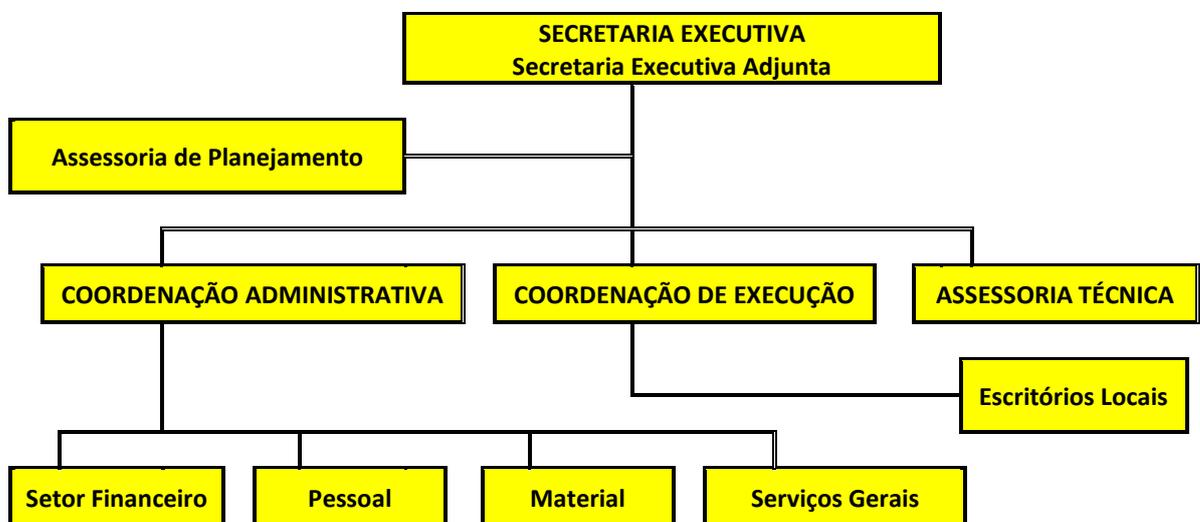
pescadores para desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades profissionais e a reorganização das atividades de pesca (AMAPÁ, 1977).

3.2 A ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA

A ACAR-AMAPÁ era integrante do Sistema Brasileiro de Assistência Rural, o qual era representado, superintendido, coordenado e controlado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Os membros fundadores foram as seguintes entidades: Governo do Território Federal do Amapá, Ministério da Agricultura, Ministério do Interior, Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Banco da Amazônia S.A, Banco do Brasil S.A, Campus Avançado do Amapá da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (U.F.R.R.J), Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização (SEAC), Superintendência das Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA), Banco Brasileiro de Descontos S.A (BRADESCO) e Prelazia de Macapá. As cinco primeiras eram membros natos.

A organização da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá (ACAR-AMAPÁ), obedecia à sistemática adotada pelas filiadas do sistema da ABCAR, como mostra o Organograma 3 abaixo:

Organograma 3 - Organograma da ACAR-AMAPÁ de 1974 à 1978



Fonte: Elaboração: Batista, A.J. (2017)

A junta administrativa tinha como órgão normativo e como competência, fixar no Estatuto da ACAR-AMAPÁ, as diretrizes mais amplas e normas de ordem geral necessárias à consecução de suas finalidades, como órgão deliberativo, tinha principalmente a função de aprovar Programas anuais de trabalho, Planos Diretores e orçamentos anuais e plurianuais respeitadas à compatibilidade dos programas e Planos com a Política Governamental para o Setor Rural, eleger o Secretário Executivo, etc.

O comitê deliberativo era o órgão delegado da Junta Administrativa tinha como competência, fixar no Regimento Geral da ACAR-AMAPÁ, as normas básicas de operação e funcionamento da Entidade, e, como órgão deliberativo, decidir, em instância final, sobre todos os assuntos que não incluíssem na competência exclusiva da Junta, etc.

A Secretaria Executiva era o órgão superior de execução que compreendia em sentido amplo o conjunto de órgãos que planejavam, dirigiam, coordenavam e avaliavam as atividades da ACAR-AP.

O comitê Deliberativo da ACAR-AMAPÁ, é constituído por um Presidente e três Conselheiros, todos membros da Junta Administrativa, era composto das seguintes Entidades: Presidente era o Governo do Território Federal do Amapá e os representantes do Ministério da Agricultura (DEMA-AP), a Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização (SEAC), Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), Banco da Amazônia S.A, Banco do Brasil S.A e o Campus Avançado do Amapá da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Entre os órgãos financiadores destacam-se: Ministério da Agricultura (M.A), Governo do Território Federal do Amapá (GTFA), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Superintendência do desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Secretaria de Mão de obra (MTR), Programa Intensivo de Preparação de Mão de obra (PIPMO – MTR). Como órgãos coordenadores da execução se tinha o Ministério da Agricultura (MA) e a Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização (SEAC)

A ação desenvolvida pelos técnicos no decorrer de 1974, compreendiam as áreas dos Municípios de Macapá e Amapá, abrangendo a assistência técnica, crédito rural educativo, cursos, demonstrações e outros métodos de comunicação utilizados pela extensão rural aos agricultores, pecuaristas e suas famílias nos setores Econômicos e do Bem Estar Social, com especial ênfase neste último nas áreas de alimentação, saúde e educação.

Em 1975, a área de atuação geográfica trabalhada pela ACAR-AMAPÁ foi ampliada, além dos municípios atendidos no decorrer de 1974, foram atendidos os municípios de Calçoene e Mazagão, faltando apenas o Município de Oiapoque⁸.

As atividades foram realizadas através de uma rede de 7 escritórios, sendo 1 central em Macapá, e 6 locais, esses assistiam as seguintes localidades, como mostra o Quadro 1:

Quadro 1 - Comunidades Atendidas pela ACAR-AMAPÁ em 1975

MUNICÍPIOS	ESCRITÓRIO LOCAL	LOCALIDADES ATENDIDAS
MACAPÁ	Macapá	Macapá, Santana, Fazendinha, Curiaú, Pacoval, Lagoa dos Índios, Ilha Redonda, Campina Grande, Pedreira e Maruanum.
	Porto Grande	Porto Grande, Porto Platon, Campo Verde, Matapi, Cupixi, Munguba, Cachorrinho, Pedra Branca, Serra do Navio.
	Itaubal do Pírim	Itaubal do Pírim, Carmo, Macacoari e Bacaba do Pírim
MAZAGÃO	Mazagão	Mazagão Novo, Mazagão Velho, Carvão e Ajudante
AMAPÁ	Amapá	Amapá, Cruzeiro, Piquiá, Tucunaré, Cujubim e Flechal.
CALÇOENE	Calçoene	Calçoene

Fonte: AMAPÁ (1975)

Para os Programas de extensão rural pesqueira desenvolvidos nos anos de 1976 e 1977 as áreas de atuação abrangeram 3 unidades operacionais, como apresenta o quadro 2:

Quadro 2 - Comunidades Atendidas pela ACAR-AMAPÁ em 1976 e 1977

MUNICÍPIOS	ESCRITÓRIO LOCAL	LOCALIDADES ATENDIDAS
MACAPÁ	Macapá	Macapá, capital do Território Federal
AMAPÁ	Amapá	Vila Sucuriju
OIAPOQUE	Oiapoque	Oiapoque, sede do município

Fonte: AMAPÁ (1977)

3.3 A PRÁTICA EXTENSIONISTA

A organização geral da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá ACAR-AMAPÁ, obedece à sistemática adotada pelas filiadas do Sistema ABCAR. A estratégia

⁸ A partir de sua criação como território em 1943, o Amapá teve apenas quatro municipalidades (Macapá, Mazagão, Oiapoque e Amapá), aumentadas para cinco em 1956, com a criação de Calçoene (Amapá, 1977)

global que utilizava para atuar no setor agrário do Território estava intimamente relacionada com as diretrizes do Governo para o desenvolvimento do setor na região que são as seguintes:

Integração à política estabelecida pelos Governos do Território e Federal para o desenvolvimento do meio rural; Integração com outros órgãos que direta ou indiretamente atuam sobre o meio rural; Aceleração de macros mudanças e transformações estruturais nos processos econômicos, sociais, tecnológicos e culturais do meio rural; Valorização do homem considerando-o como agente e beneficiário do processo de desenvolvimento global, mediante ações de motivação, envolvimento, estímulo e mobilização de pessoas e organizações no sentido do desenvolvimento econômico e social do meio rural do Território Federal do Amapá (AMAPÁ, 1974a).

O Relatório de 1975 demonstra que foram desenvolvidos no decorrer do ano 10 (dez) projetos sendo 5 de fitotecnia e 5 de zootecnia, sendo atendidos 15.099 pessoas com repetição e 790 sem repetição (AMAPÁ, 1975c).

O Programa de Agropecuária possibilitou o delineamento dos sistemas de produção para o cultivo de mandioca isolada, consorciada com milho ou arroz, no Território. Foi iniciado assim, um trabalho de determinação dos fluxos de produção e comercialização de produtos agropecuários.

No Programa Bem-Estar Social foram desenvolvidos os projetos de: saúde, alimentação, educação, habitação rural, ação comunitária. O público assistido somou 26.383 pessoas, com repetição e 336 sem repetição. No Programa de Suporte, o Projeto de Crédito Rural Educativo, sendo elaborados 111 (cento e onze) planos de financiamento, totalizando recursos bancários da ordem de CR\$ 5.752.486,00 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis cruzeiros). Dos 111 financiamentos, foram aprovados 74 (setenta e quatro) (AMAPÁ, 1975c).

Em se tratando do Projeto de Cooperativismo, as atividades resumiram-se na prestação de assessoria técnica e administrativa à Cooperativa Mista Agropecuária de Macapá.

Para a execução dos serviços de extensão pesqueira em 1976, foi instalado uma coordenação a nível territorial com atribuições de programação, acompanhamento e avaliação. Com a mesma finalidade foram criadas 3 unidades operacionais, que compuseram as bases físicas onde foram desenvolvidos os projetos.

Cada unidade operacional contava com um técnico residente para o desenvolvimento dos projetos de extensão pesqueira, além de apoio administrativo. Uma assessoria, em nível de coordenação territorial e das unidades operacionais, atuou como unidades volantes para assistência aos projetos.

Relatórios mensais eram realizados segundo modelos PESCART, eram elaborados mensalmente pelos técnicos das unidades operacionais e da assessoria para possibilitar o acompanhamento, avaliação, reprogramação e informações periódicas ao PESCART/Central através da coordenação territorial (AMAPÁ, 1976).

As atividades obedeciam aos princípios gerais do PESCART e do associativismo nas suas várias formas como método de implantação e desenvolvimento do programa.

A assistência prioritária era prestada através das unidades associativa, formais e informais de pescadores, as quais não eliminava a assistência direta ao produtor.

A ACAR-AMAPÁ possuía um quadro único de pessoal que englobava: cargos de carreira, cargos de comissão (caráter temporário e de salário fixo) e funções gratificadas (encargo de chefia, coordenação ou de assessoramento) (AMAPÁ, 1975b).

Além dos servidores do quadro, a ACAR-AMAPÁ contava com o pessoal de outras entidades ou órgãos públicos, o qual coubesse no regime dos funcionários efetivos, ou contratados para serviços e estudos especializados, por tempo determinado, ou ainda pessoal que prestassem serviços remunerados pelos órgãos a que pertencessem.

Desta forma, a cada ano era desenvolvido um Plano de Trabalho da Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá (ACAR-AMAPÁ), suas atividades contavam com uma equipe técnica e outra administrativa, formada por engenheiros agrônomos, médicos, veterinários, economistas, assistentes sociais, licenciados em ciências agrícolas e ciências sociais, técnicos agrícolas, administrativos, contábeis e em economia doméstica, bacharéis em filosofia e em administração, estatísticos, professores, monitores agrícolas, auxiliares administrativos, datilógrafos, desenhistas, motoristas, contínuos, vigilantes e braçais.

Tabela 1 - Número de Profissionais Envolvidos nas Atividades de 1974 à 1977

CATEGORIA PROFISSIONAL	1974	1975	1976	1977
Pessoal Técnico	17	44	56	63
Pessoal Administrativo	17	40	43	32
Braçal	-	16	11	10
Total	34	100	110	105

Fonte: AMAPÁ (1974b, 1975, 1976, 1977).

As normas de recrutamento eram fixadas, pela Secretaria Executiva, a vista das condições essenciais específicas dos cargos, em consonância com o Plano de Classificação de Cargos e Salários, especificamente para os cargos de carreira. A admissão de funcionários no quadro da ACAR-AMAPÁ importava no compromisso de servir a entidade tanto na administração Central, como em qualquer de seus escritórios no interior do Território, de acordo com as condições especiais de trabalho (AMAPÁ, 1975b).

A ACAR-AMAPÁ desenvolveu suas atividades num regime de estreita integração com os demais órgãos atuantes no meio agropecuário local, tendo o seguinte esquema: tinha a responsabilidade de planejar e executar a ação extensionista no Território Federal do Amapá, obedecendo às diretrizes governamentais traçadas. Neste contexto eram mobilizados os recursos necessários.

O sucesso da ação extensionista estava intimamente vinculado ao apoio da Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização em atividades estratégicas de infraestrutura básica.

O Ministério da agricultura e a Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização-SEAC, tinha a responsabilidade de orientar, coordenar e fiscalizar toda ação extensionista (AMAPÁ, 1975c).

Tabela 2 - Recursos Financeiros de 1974 à 1977

(continua)

ANO	USOS	TOTAL (VALORES EM CR\$)
1974 - Ministério da Agricultura (MA) - Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização – SEAC - Ministério da Agricultura –DEMA – AP - Campus avançado do Amapá da Universidade Rural do Rio de Janeiro – URRJ - Cooperativa Mista de Macapá, Banco do Brasil S.A – Agência de Macapá, Banco da Amazônia S.A – Agência de Macapá, Fundação para o Desenvolvimento da Agropecuária – FUNDEPRA -Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, através do IPEAN - Cooperativa do avicultores do Amapá – COOAVIAP - Ministério da Educação – PIPMO	Pessoal	709.900,00
	Material de consumo	125.000,00
	Serviços de terceiros	85.100,00
	Encargos diversos	160.000,00
	Material permanente	80.000,00
	Equipamentos e instalações	190.000,00
	Obras	-
	TOTAL	1.350.000,00
1975 - Ministério da Agricultura - Ministério da Indústria e comércio. - SUDHEA/PROBOR - PLANSEN - DNMO/CNA - SUDEP/PESCART - Governo do Território Federal do Amapá	Pessoal	2.725.590,14
	Material de consumo	1.181.411,86
	Serviços de terceiros	665.804,00
	Encargos diversos	917.099,00
	Material permanente	344.000,00
	Equipamentos e instalações	977.600,00
	Obras	-
	TOTAL	6.811.505,00

conclusão		
ANO	USOS	TOTAL (VALORES EM CR\$)
1976 - EMBRATER - Governo do Território Federal do Amapá - SUDAM - POLAMAZÔNIA	Pessoal	60.000,00
	Material de consumo	100.000,00
	Serviços de terceiros	500.000,00
	Encargos diversos	500.000,00
	Material permanente	62.400,00
	Equipamentos e instalações	703.400, 00
	Obras	-
	TOTAL	3.892.020,00
1977 - PES CART - ACAR-AP	Pessoal	19.228.354,85
	Material de consumo	2.748.639,25
	Serviços de terceiros	4.312.655,68
	Encargos diversos	4.846.595,18
	Material permanente	231.708,13
	Equipamentos e instalações	1.874.826,19
	Obras	-
	TOTAL	34.191.751,78

Fonte: AMAPÁ (1974c, 1975a, 1976, 1977)

3.4 A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

Entre as competências da ACAR-AMAPÁ estavam os seguintes encargos: Recrutar, selecionar e contratar os recursos humanos, bem como adquirir os materiais e atividades objetivados no ato do convênio; Elaborar e executar os planos e programas do trabalho para o desenvolvimento das atividades de assistência e extensão; Elaborar e apresentar relatórios, estudos e levantamentos que se fizerem necessários a execução do convênio; Motivar a integração de outros órgãos e entidades públicas ou privadas, visando resultados efetivos no desenvolvimento deste convênio; Traçar e adotar normas de trabalho em conformidade com as diretrizes dos conveniados, para as atividades técnicas administrativas a serem desenvolvidas no âmbito de sua unidade.

Sobre essas atividades o Entrevistado 14⁹ (2018) relembra que

A prática nesse período começava no início da semana, já na segunda feira era feito o planejamento da semana e no restante do dia você tinha que ir à campo e programar o deslocamento para atender a tantos produtores, a técnica que você vai orientar, tinha todo um controle no plano semanal de trabalho e esse plano tinha que ser cumprido, pois era extremamente cobrado, e depois de fazer esse trabalho de orientar, quando era a tarde você tinha que retornar para o escritório e no outro dia

⁹ Entrevista cedida no dia 16 de fevereiro de 2018. O entrevistado exerceu função de extensionista, hoje atua como Professor Doutor na Universidade Federal do Amapá.

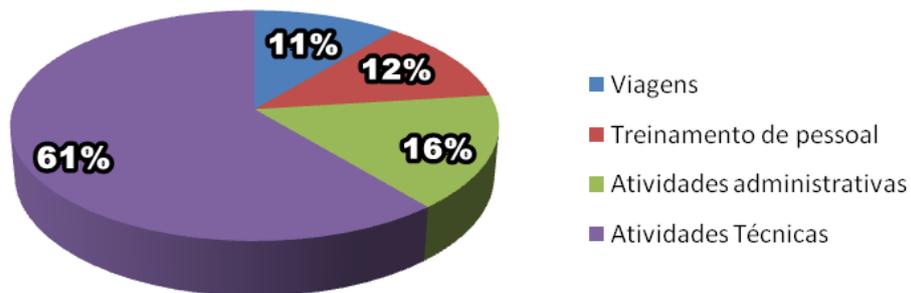
entregar para o supervisor o relatório de atividades (RDA) era uma atividade extremamente organizada, sob o ponto de vista de planejamento (ENTREVISTADO 14, 2018).

A ACAR-AMAPÁ tinha como política capacitar tanto o pessoal técnico para desenvolvimento das atividades dos programas e projetos, como também agricultores, pecuaristas, pescadores para aperfeiçoamento de suas atividades profissionais, o extensionista tinha que ter carteira de motorista para poder chegar ao agricultor, além de passar por um processo de capacitação inicial que o credenciava para ser agente de mudanças, esse curso ocorria em um período de três meses nos centros de treinamento de extensão rural em outros Estados.

Em média as atividades eram distribuídas por percentual de tempo, o Gráfico 2, demonstra essa distribuição:

Gráfico 2 - Distribuição do Tempo no Período da ACAR-AP em 1974

Divisão do tempo de trabalho



Fonte: AMAPÁ (1974).

Os recursos eram utilizados em conformidade com o plano de aplicação devidamente aprovado pelo convênio e deveria ser cumprido pela ACAR-AMAPÁ, durante vigência do convênio. Quanto aos recursos depositados, só poderiam ser movimentados pelo Secretário Executivo da ACAR-AMAPÁ conjuntamente com o responsável pelo setor financeiro da entidade de convênio.

Sobre as prestações de conta da ACAR-AMAPÁ, as mesmas eram acompanhadas de relatório das atividades desenvolvidas nos respectivos períodos, sendo que na última parcela era a prestação de contas.

3.5 AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESSE PERÍODO

Na articulação Pesquisa, experimentos e extensão rural no meio rural do Território a ACAR-AMAPÁ, articulava com a EMBRAPA, através do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (IPEAN) e a Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), transmitindo aos rurícolas as recomendações técnicas das pesquisas e experimentos por esses órgãos.

O acordo especial entre a ACAR-AMAPÁ e o Ministério da Educação e Cultura, através do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), possibilitou cursos profissionalizantes no meio rural, como suporte as atividades a serem desenvolvidas.

Objetivando maior capacitação do pessoal técnico, realizou também, em colaboração com as filiadas do Sistema ABCAR da área da Amazônia e de outras áreas, cursos de pré-serviço, treinamento e reciclagem periódica, possibilitando o aperfeiçoamento técnico e metodológico necessário ao bom desempenho das atividades extensionistas (AMAPÁ, 1974b).

Os projetos considerados prioritários para o Desenvolvimento do Setor Agrário do Território Federal do Amapá foram inicialmente discriminados conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Projetos para o Desenvolvimento do Setor Agrário no Amapá em 1974

PROJETOS	
FITOTÉCNICOS	ZOOTÉCNICOS
Cultura de subsistência	Avicultura
Olericultura	Pecuária de corte
Heveicultura	Pecuária de leite
Pipericultura	

Fonte: AMAPÁ (1974).

O Quadro 4 demonstra os projetos desenvolvidos por área de atuação, público atingido e práticas tecnológicas desenvolvidas:

Quadro 4 - Projetos Agropecuários Desenvolvidos no Amapá no ano de 1974.

PROJETO AGROPECUÁRIO	AREA DE ATUAÇÃO	PRODUTORES ATENDIDOS
PECUÁRIA DE CORTE	Macapá e Amapá	42
PECUÁRIA DE LEITE	Bacia Leiteira de Macapá	35
AVICULTURA	Macapá, Fazendinha, Santana, Porto Grande, Matapi, Campo Grande	131
PIPERICULTURA	Colônia Agrícola do Matapi	36
HEVEICULTURA	Macapá e Amapá	15
OLERICULTURA	Macapá	101
CULTURAS DE SUSBSISTÊNCIA	Matapi, Cachorrinho, Núcleo Colonial de Pedra Branca, Porto Grande, Cupixi	337

Fonte: AMAPÁ (1974^a).

Na bovinocultura de corte a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá (ACAR-AMAPÁ) introduziu tecnologias que ampliaram a eficiência das propriedades em terra firme ou conjugadas com várzeas, visando o rendimento, assim como promovendo a bovinocultura de corte, através do incentivo à implantação de grandes empresas e ampliação das médias, visando a médio e longo prazo, o abastecimento interno. Em se tratando da bovinocultura do leite incentivou a implantação de propriedades produtoras de leite em terra firme, principalmente nas áreas de captação do produto.

No Projeto de avicultura a ACAR-AMAPÁ procurou promover o aumento da produtividade, ampliando propriedade e congregando novos produtores com a melhoria do nível tecnológico, visando o abastecimento de Macapá e a baixa dos preços do produto no mercado local.

O cultivo dos pimentais era de grande interesse na região, recebia assistência técnica integral, porém, dado a não disponibilidade de fertilizantes, corretivos e defensivos, os pimentais não mostravam um desenvolvimento razoável.

Em se tratando do projeto de Heveicultura, foi dada uma atenção especial à infraestrutura, com a intenção de se obter material botânico de primeira qualidade, capaz de dar suporte a implantação de seringais de cultivo. Iniciou-se também o levantamento dos seringais existentes no município de Mazagão, com o objetivo de traçar programas adequados de Assistência Técnica.

Durante o período de atuação, foram atingidas pela ACAR-AMAPÁ 27% das áreas dedicadas as culturas de subsistências do Território. A ação extensionista limitou-se a racionalização dos processos de cultivos, uma vez que a falta de acesso ao crédito rural não permitia a introdução de novas tecnologias, de corretivos, adubos, fertilizantes e defensivos (AMAPÁ, 1974a).

Apesar do destaque nas atividades agropecuárias, a ACAR-AMAPÁ se fez principalmente no campo da saúde pública, educação alimentar, ação comunitária e habitação rural. O apoio advindo do povo e das autoridades fizeram com que os profissionais se desdobrassem para atingir a promoção da família rural amapaense (Quadro 5).

Quadro 5 - Projetos de Bem Estar Social Desenvolvidos no Amapá no ano de 1974.

BEM ESTAR SOCIAL	AREA DE ATUAÇÃO	PRÁTICAS	PÚBLICO ATENDIDO
ALIMENTAÇÃO: EDUCAÇÃO ALIMENTAR	MACAPÁ	- Hortas escolares instaladas	6 escolas
		- Hortas domesticas instaladas	20 famílias
		- Criação de pequenos animais	15 jovens
		- Aumento do consumo de hortaliças	20 famílias
SAÚDE: EDUCAÇÃO SANITÁRIA	MACAPÁ	- Saneamento ambiental (combate a pragas domesticas)	1400 famílias
		- Abastecimento d'água (construção de poços)	1 família
		- Monitores de saúde treinados	20 alunos
		- Limpeza e higiene de ambientes	4 famílias
EDUCAÇÃO	MACAPÁ	- Professores treinados (entrosamento)	30 professoras
AÇÃO COMUNITÁRIA	MACAPÁ	- Organização de clubes de jovens	1 clube
		- Instalação centro Comunitário	1 Centro comunitário
		- Realização de Projetos Populares	2 Comunidades

Fonte: AMAPÁ (1974b).

Assistência técnica, crédito rural educativo, demonstrações e outros métodos de comunicação utilizada pela extensão rural aos agricultores, pecuaristas e suas famílias nos setores econômicos e do bem estar social, tinha uma especial ênfase, neste último nas áreas de alimentação, saúde e educação.

O Crédito Rural Educativo representou importante papel nos trabalhos da ACAR-AMAPÁ, como suporte indispensável, foi beneficiado produtores agropecuários assistidos pelos projetos ou interessados. Apesar de o financiamento ter atingido apenas 6 mutuários o crédito injetado no setor foi significativo, pelo montante que atingiu a cifra de CR\$ 4.279.798,00 (quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito cruzeiros) (Quadro 6).

Quadro 6 - Crédito Educativo Rural no Período de 1974.

SUPORTE	PRÁTICAS	PÚBLICO ATENDIDO
CRÉDITO RURAL EDUCATIVO	Culturas de subsistência	Produtores agropecuários e outros interessados
	Olericultura	
	Pipericultura	
	Heveicultura	
	Avicultura	
	Pecuária de corte	
	Pecuária de leite	

Fonte: AMAPÁ (1974b).

A ACAR Amapá teve suas contribuições nas linhas de desenvolvimento, parte da pecuária com a introdução do búfalo nas linhas de seringueiras, pimenta do reino e o preparo da área mecanizada. Em se tratando das práticas da heveicultura, houveram algumas atrocidades, o entrevistado 06¹⁰ revela:

Do ponto de vista pedagógico, a relação entre produtor e extensionista era o difusionista de Rogers. Na verdade, quando entrei, até na Escola agrícola, quando estudei, o modelo de ensino da escola, preparavam a gente para ser prescritores de agroquímicos, agrotóxicos, então no campo a gente não podia questionar a metodologia, se não era demitido. Eu cheguei a plantar na casa de produtor, seringueira enxertada. Um dia ele me perguntou lá na Feira do agricultor: “- Seu Zé, você mandou plantar aqueles cinco hectares de seringueira e o que faço com aquilo agora”. Tinha esses micos que a gente passava, pela pressão da extensão, que na verdade eram os currículos das Faculdades, da Escola Agrícola que preparava a gente e levávamos para o agricultor e a gente fazia essas atrocidades para garantir o emprego. (ENTREVISTADO 6, 2017).

Como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) fornecia crédito para a extensão rural nesta época, os mesmos eram obrigados a prática ditada, com a intensão de venda dos insumos não se tinha a preocupação com as consequências daqueles pacotes fechados, o que demonstra na Tabela 3:

Tabela 3 - Metodologias Utilizadas e Atendimentos aos Programas no Amapá em 1974 continua

METODOLOGIA	PROGRAMAS				TOTAL
	AGROPECUÁRIA	BEM ESTAR SOCIAL	ORGANIZAÇÃO RURAL	SUPORTE	
Visitas	1.873	374	33	63	2.343
Para Informação	1.733	357	33	63	2.186
Para Demonstração	140	15	-	-	157
Reuniões	113	56	46	-	215
Para Informação	45	27	20	-	92
Para Demonstração	43	18	03	-	64

¹⁰ Entrevista cedida no dia 09 de agosto de 2017, o entrevistado exerceu função de dirigente da extensão rural.

conclusão

METODOLOGIA	PROGRAMAS				TOTAL
	AGROPECUÁRIA	BEM ESTAR SOCIAL	ORGANIZAÇÃO RURAL	SUPORTE	
Para Envolvimento e Motivação	-	8	20	-	28
Com Audiovisuais	02	2	-	-	03
Para Cursos	23	2	03	-	28
Programa de Radio	-	-	01	04	05
Distribuição de Material Informativo	4.450	1.640	320	-	5.410
Outros Materiais	09	5	-	-	14

Fonte: AMAPÁ (1974b).

Na Tabela 3 é demonstrado que as metodologias desenvolvidas beneficiavam não só o agricultor ou o criador de animais, mas toda família. Os extensionistas ofertavam cursos que beneficiavam melhores condições de vida e saúde. Havia também grupos de senhoras e jovens com suas hortas, e a colheita era aproveitada para a produção de doces, compotas, bolos, sucos e etc... e todo esse trabalho coletado pelos grupos eram vendidos nas feiras o que gerava renda extra para sua família.

Havia um sistema de planejamento em todos os níveis de forma a atender o interesse da política nacional da ATER, era um modelo autoritário onde a participação do agricultor era no sentido de legitimar os interesses oriundos dos extensionistas (que vem da revolução verde). O bom extensionista era aquele que conseguia convencer os agricultores a adotarem os pacotes tecnológicos. A avaliação dos planos locais era baseado no número de métodos de extensão programado e executado, não se avaliava os resultados desses métodos. O não cumprimento de algum item no plano seria chamado para prestar satisfação no escritório central.

4 A POLÍTICA DE ATER NO PERÍODO DA ASTER-AMAPÁ

As pesquisas decorrentes da historicidade da Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá demonstram que as necessidades para atender as demandas e exigências das atividades, fizeram com que em um rápido período, as instituições fossem trocando de nome à medida que alguns acréscimos nos serviços de assistência técnica iam sendo implantados.

As pesquisas de Silva, Lomba e Filocreão (2013) indagam uma dessas mudanças, cuja a qual se refere ao ano de 1978, que tinha como objetivo incrementar as ações coordenadas pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Nestes termos, a ACAR-AP foi substituída pela Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá (ASTER-AMAPÁ). Esta mudança justificava-se no fato da expansão das atividades de assistência técnica e extensão rural no Amapá, para a qual a ACAR-AP não apresentava suporte (SILVA; LOMBA; FILOCREÃO, 2013).

A Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal do Amapá (ASTER/AP), é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, integrava o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), nos termos da Lei Federal nº 6.126, de 06 novembro de 1974, mediante os critérios e instruções recebidas da EMBRATER, a qual quando foi criada designou para que todas as ACARs passassem a chamar de EMATER nos Estados e nos territórios de ASTER.

A ASTER/AP, assim como a ACAR/AP, possuía sua base sede física e foro na capital do Território Federal do Amapá, tinha como objetivos: Colaborar com os órgãos e entidades componentes da Secretária de Economia, Agricultura e Colonização e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas da Assistência Técnica e Extensão rural, no Território Federal do Amapá; Planejar, coordenar e executar programas de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando à difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para o aumento da produção e da produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida no meio rural de Território federal do Amapá de acordo com as políticas de ação do Governo do território e do Governo Federal.

Entre os subprogramas de assistência técnica e extensão rural realizados em atendimento ao pequeno e médio produtor destacam-se a pesca artesanal, a produção de seringueira, atividades de bem-estar social, capacitação de mão de obra rural, mobilização energética, inspeção e produção de sementes melhoradas.

Em se tratando das atividades de apoio técnico foram desenvolvidas a conservação do solo a construção de esterqueiras, modernização de casas de farinha, educação alimentar e

sanitária, instalação de hortas e pomares domésticos, higiene da habitação, indústria rural caseira, incentivo à criação de pequenos animais, crédito e administração rural.

Com a criação da ASTER-AP percebe-se uma divisão, ou seja, os extensionistas passam a dar mais importância aos produtores rurais capitalizados como, os fazendeiros e os empresários rurais. A demanda era voltada para a assistência técnica e para seus projetos de pecuária, avicultura, pesca e etc... (aportes tecnológicos), os financiamentos eram voltados para as grandes agroindústrias e pouco se investia no pequeno produtor, mas ainda assim existia um problema no campo que era tecnológico (compra de maquinários), e também não se tinha mão de obra qualificada.

De outro lado, haviam aqueles que trabalhavam com os pequenos agricultores ou produtores de baixa renda, onde, além da atividade de assistência técnica, demandavam também as atividades ligadas as necessidades de informações fora da agricultura. Um grande problema encontrado pelo extensionista no campo era o político, pois precisava-se de um fortalecimento político através das cooperativas, associativas, sindicatos e etc...

Na época da ASTER com a nova república o enfoque dado pela EMBRATER era em fortalecer a organização política dos pequenos agricultores, neste período muda-se o modelo de capacitação inicial do extensionista para o método Paulo Freire onde a participação do agricultor no planejamento passa a ser central.

A ação da área social tinha como esforço a organização rural e o incentivo a organização política para mudar. Havia uma preocupação em educar a família daquele agricultor, haja vista, muitos pais não sabiam ler, então educavam-se os filhos e a partir de então os filhos ensinavam os pais, as mulheres eram ensinadas a produzir alimentos caseiros para que assim começasse a ter aproveitamento da produção excedente, os extensionistas sociais também ensinavam a tratar a água, a utilizar o banheiro, a produção de alimentos caseiros (doces, compotas, geleias e etc...), dentre outras atividades.

4.1. HISTÓRICO

A Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal do Amapá (ASTER/AP) foi criada e instalada oficialmente em 14 de abril de 1978, com a intenção de incrementar as ações coordenadas pela EMBRATER, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, a ASTER-AMAPÁ, sucedeu a ACAR-AMAPÁ, através de Ata Governamental assinada pelo Governador Comandante Arthur de Azevedo Henning, tendo em mira a expansão das atividades de assistência técnica e extensão rural. A

ASTER/AP surgiu em meio à discussão de aumento de salário de 1978, na qual o governador Comandante Artur de Azevedo Henning declarou:

É necessário a ACAR/AMAPÁ igualar a partir daquela oportunidade o seu reajuste salarial do corrente exercício aos níveis salariais do Governo, na base de trinta e oito por cento (38%) para que a entidade não viesse a perder funcionários já devidamente treinados e identificados com o trabalho da Extensão Rural no Território, para outros órgãos, ligados ao meio rural (AMAPÁ, 1978, p. 13).

Na ocasião, ficou decidido que a ACAR/AMAPÁ concederia dezoito por cento (18%) de aumento salarial a seus funcionários a partir de abril de 1978, em complementação aos vinte por cento (20%) já concedidos aos funcionários desde de janeiro de 1978.

Teve com prerrogativa a necessidade de adaptação da antiga Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Território Federal do Amapá (ACAR-AMAPÁ). Neste sentido foram reformulados e acrescentados artigos tanto no Estatuto, quanto no regulamento geral da ASTER/AP, as alterações e todo o trabalho realizado estava obedecendo a critérios e instruções recebidas da EMBRATER. Neste mesmo ano o governador doou a Instituição o prédio onde funcionava a entidade.

A Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal do Amapá (ASTER/AP) atingiu cem por cento (100%) dos municípios do Território, ofertando as comunidades ações de assistência técnica e extensão rural.

Entre as primeiras atividades realizadas pela ASTER/AP, destaca-se o Contrato de fornecimento de Pescado (1978), celebrado entre o Governo do Território Federal do Amapá e a Cooperativa Mista de Pesca do Território Federal do Amapá Ltda (COPA). O contrato de fornecimento de pescado objetivava o fornecimento e abastecimento de pescado pela COPA, à população do Território Federal do Amapá e a comercialização de derivados de pescado.

Entre os anos de 1981 e 1982, em face da transferência da execução do Convênio ASTER-AP/SUDEPE/PESCART, para outro órgão, os valores correspondentes aos Beneficiários/Técnico Local e Despesas de Custeio/Beneficiários, sofreram alteração da seguinte ordem: decréscimo de 27% para o primeiro e acréscimo de 46% para o segundo, respectivamente (AMAPÁ, 1983).

No decorrer de 1982, a ASTER/AP consolidou um processo de planejamento, onde o envolvimento direto do produtor em todas as fases legitimou sua programação. O modelo de extensão rural objetivava fundamentalmente a melhoria do nível de vida do homem rural.

Dentre os aspectos da linha produtivista, destacou-se o Programa Especial PROVÁRZEAS, era o Projeto de Manejo dos Recursos Naturais na Várzea. No seu ano de implantação, a ação extensionista foi marcada pela motivação e mobilização de produtores para atividades desenvolvidas nas áreas de várzeas, até então inexploradas (AMAPÁ, 1984).

No desenrolar do ano de 1983, o trabalho elaborado em conjunto com os produtores, lideranças de comunidades e autoridades municipais, representou mais um passo positivo no aprimoramento da participação direta dos vários segmentos da coletividade em todas as fases do processo de planejamento.

Sobre esse novo modelo de planejamento o entrevistado 14 (2018) relembra que:

Houve um período na ASTER que começou-se a discutir o planejamento participativo, no qual você recebia as diretrizes e fazia um diagnóstico da comunidade, após esse planejamento você ia até a comunidade e iniciava uma espécie de consulta, você tinha reuniões com os líderes comunitários para saber como andava a comunidade e o que eles queriam para o ano seguinte e que tipo de melhorias a extensão rural poderia trazer até eles, mas claro que só eram atendidas as demandas que cabia à extensão rural (ENTREVISTADO 14, 2018)

As anormalidades climáticas, os atrativos do extrativismo mineral, a restrição do crédito rural e as dificuldades de acesso aos serviços de apoio à produção e comercialização detectados durante a execução, longe de servirem de desestímulo ao desenvolvimento dos trabalhos, possibilitaram o exercício da criatividade do agente de extensão, no sentido de encontrar alternativas de solução para os problemas enfrentados.

Nesse sentido, a programação apresentou como principal característica a assistência à unidade produtiva como um todo, razão pela qual houve a intensificação do trabalho na área da economia doméstica que, ao mesmo tempo em que contribuiu para ampliar a abrangência do Serviço de Extensão Rural, dinamizou a diversificação da produção, o autoabastecimento e a sanificação da unidade produtiva.

Ainda neste ano, foi iniciada a implantação do Núcleo de Informação e Documentação das unidades locais com a documentação e intensificação dos procedimentos técnicos a nível central, o que abriu novas perspectivas para a auto-capacitação dos agentes de extensão, exercício indispensável na preparação de técnicas para a execução da ação extensionista.

Entre os materiais disponíveis estão às publicações da ASTER/AP (para consultas e empréstimos), boletins informativos, bibliografias, sumários correntes, Manuais do Organismo das Bibliotecas dos Escritórios Locais, Normalização de documentos, implantação

de unidades locais de documentação, treinamento de auxiliar de biblioteca, treinamento de estagiários, cooperação interinstitucional, palestra técnica, entre outros (AMAPÁ, 1984).

As atividades produzidas no Núcleo de Informação e Documentação tinha como objetivo contribuir para a formação, atualização e a evolução de toda a equipe responsável pela administração, produção e difusão de tecnologia agropecuária.

Assim sendo, a ASTER/AP entre os anos de 1984 e 1985 construiu uma rede de informações em toda sua área de atuação, sendo composta de uma Biblioteca no Escritório Central em Macapá, e 10 unidades locais de documentação nos escritórios locais de Macapá, São Joaquim do Pacuí, Itaubal do Pírim, Cutias do Araguari, Ferreira Gomes, Porto Grande, Amapá, Pedra Branca, Mazagão e Calçoene. Sobre essas bibliotecas, o Entrevistado 5¹¹ comenta:

Eu montei as 16 bibliotecas regionais e locais, desses escritórios, eram montadas de acordo com o que era trabalhado, como todos trabalhavam com mandioca, arroz e feijão, o acervo tinha que ter essas informações, vinham materiais dos escritórios de todo o Brasil, porque era uma política do sistema de documentação adotar acervos de informação para o produtor, mesmo não trabalhando com aquele produto, esse material era elaborado em Brasília, que tinha gráfica. Tínhamos vídeos, livros, folders, folhetos, éramos treinados para utilizar esses materiais. (ENTREVISTADO 5, 2017).

Nos anos de 1984 e 1985, a ASTER/AP apresentou os resultados do esforço realizado na execução de sua programação, pautando-se na assistência integral, visando o aproveitamento dos recursos existentes em cada unidade. Assim sendo, o carro chefe do serviço de extensão foi a prestação de apoio à diversas formas associativas, tanto formais, como informais (AMAPÁ, 1989).

Em 18 de abril de 1990, deu-se a criação da EMATER-AMAPÁ, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá, através do Decreto nº 0025/90. No entanto nesse período a EMBRATER, foi extinta pelo Governo Collor, no momento em que entrava em cena as teses do “Estado Mínimo” de onde havia pouco espaço para o processo de políticas públicas (AMAPÁ, 1990).

A diminuição da abrangência e da qualidade dos serviços ofertados no Estado do Amapá resultou em prejuízo significativo para os produtores, especialmente os da base

¹¹ Entrevista cedida no dia 08 de agosto de 2017, o entrevistado foi extensionista e hoje atua como dirigente da extensão rural.

familiar, o que causou enormes prejuízos na sistemática de ação de todas as associadas do País.

Assim, em 1990 é extinta a EMATER e desativado o SIBRATER; a ATER passou a perder importância política, pois se constituiu em baixa amplitude de ação, os serviços públicos assumiram caráter privado ou paraestatal, os agricultores ficaram à margem dos benefícios, permanecendo na pobreza e expropriados da condição de permanência produtiva na terra, migrando para os centros urbanos.

Num curto espaço de tempo, ocorreu a criação da FATER, Fundação de Assistência Técnica e Extensão Rural, pelo Decreto nº 097 de 14 de junho de 1991. Verificou-se, porém que a Fundação, não atenderia os preceitos administrativos de autonomia, para os fins que se destinam a extensão rural (AMAPÁ, 1991).

4.2 A ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA

A estrutura operacional da ASTER/AP tem como principal característica de funcionamento e organização matricial, consistindo na sobreposição de uma estrutura funcional e de rotina, como forma de se conseguir um procedimento sistêmico na organização.

A estrutura sistêmica é entendida como um conjunto de unidades internas e externas, integradas num todo, representada na organização matricial, proporciona condições a estrutura de rotina, é representada pela flexibilidade e funcionalidades da organização na forma coerente para atender as mudanças de ambiente e a dinâmica da Empresa, permitindo estabelecer um sistema adequado de recursos e procedimentos para atingir objetivos pré-estabelecidos.

A ASTER/AP era constituída de membros fundadores, natos, mantenedores e cooperadores, sendo que estes não respondiam nem no pessoal, quanto solidariamente pelos encargos por ela assumidos.

Entre os membros natos estavam o Governo do Território Federal do Amapá, a EMBRATER, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Interior, através de representantes credenciados.

Os membros mantenedores eram os órgãos e entidades que contribuíam com recursos financeiros de vulto, a critério da Junta Administrativa, para a execução das atividades da ASTER/AP, sendo que, aquele membro mantenedor que não efetivasse a sua contribuição, perderia a qualidade de membro.

Os membros cooperadores eram as entidades que emprestavam colaboração significativa, sempre a critério da Junta Administrativa e a consecução dos objetivos da Instituição. Os membros fundadores da ASTER/AP foram: O Governo do Território Federal do Amapá (GTFA); Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização (SEAC); Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER); Ministério do Interior (MINTER); Ministério da Agricultura (MA); Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA); Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); Banco do Brasil S/A (BB); Banco da Amazônia S/A (BASA); Campus Avançado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (URFRRJ).

De acordo com o Estatuto da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal do Amapá (ASTER/AP) a administração superior compreendia o órgão normativo – deliberativo, exercida pela Junta Administrativa e o órgão de direção executiva, representado pela Secretaria Executiva (Organograma 4).

Organograma 4 - Organograma da ASTER-AMAPÁ no ano de 1978.



FONTE: Elaboração: Batista, A.J. (2017).

A Junta Administrativa era integrada pelos seguintes membros: Secretário de Economia, Agricultura e Colonização do Território, Presidente da EMBRATER; Representantes do Ministério do Interior e da Agricultura; INCRA; SUDAM; Bancos do

Brasil e da Amazônia; Campus Avançado da UFRFRJ e CODEASA. E tinha as seguintes finalidades:

Fixar a política de ação, em consonância com as diretrizes emanadas da EMBRATER; Aprovar a programação e os respectivos orçamentos; Aprovar os relatórios financeiros, acompanhados de laudo de auditoria e apresentar recomendações, sobre a evolução das receitas e despesas; Apreciar os balanços, as prestações de contas e o Relatório Anual de Atividades; Aprovar o Plano de Cargos e Salários em consonância com a política de pessoal preconizada pela EMBRATER; Aprovar os reajustes salariais respeitados a legislação vigente; Aprovar convênios, contratos e ajustes; Aprovar o sistema de avaliação de desempenho do pessoal; Delegar competência ao Secretário Executivo, quando julgar necessário; Autorizar a aquisição, alienação ou gravame de bens imóveis; Aprovar o regulamento geral e modificação nos estatutos; Deliberar sobre os casos omissos; Fixar os níveis de remuneração do Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto.

A Secretaria Executiva da ASTER/AP era composta de um Secretário Executivo nomeado pelo Governador do Território, por um período de 03 anos, podendo ser reconduzido e de um Secretário Executivo Adjunto, indicado pelo Secretário Executivo e aprovado pela Junta Administrativa.

Os dirigentes tinham que ser técnicos brasileiros, de nível superior, com experiência comprovada e notórios conhecimentos das atividades de assistência técnica e extensão rural.

Ao Presidente da Junta Administrativa competia indicar ao Governador do Território o Secretário Executivo. Era assegurada à EMBRATER o direito de indicar o Presidente da Junta Administrativa e Secretário Executivo.

Entre as funções desenvolvidas pela Secretaria Executiva destacavam-se as de organizar, orientar, coordenar, controlar e avaliar as atividades da ASTER/AP, ou seja, cumprir e fazer cumprir os estatutos e as deliberações da Junta Administrativa; estabelecendo as normas operacionais e administrativas que regiam as atividades, respeitadas às disposições do estatuto e as condições fixadas no art. 5º da Lei Federal nº 6126, de 06 de novembro de 1974 (AMAPÁ, 1974).

É também responsabilidade desta submeter à apreciação da Junta Administrativa as prestações de contas, balanços e relatórios financeiros; criar e operar mecanismos necessários à articulação com outros serviços do Poder Público e do Setor Privado, especialmente os de pesquisa agropecuária, crédito rural, previsão de insumos, comercialização, organização de produtores e outras que se tornarem necessárias para o desenvolvimento das atividades.

A Secretaria ainda estabelecia órgãos locais e regionais para execução de projetos de assistência técnica e extensão rural, submetendo a homologação da Junta Administrativa, o Plano de Cargos e Salários.

Para a Assessoria de Desenvolvimento do Sistema competia as seguintes funções: assessoramento da Secretaria Executiva em assuntos relacionados com o desenvolvimento Organizacional e de Recursos Humanos; bem como propor diretrizes e normas relativas à área de sua competência, em articulação com as demais Coordenadorias. Além de estabelecer, manter e esperar o relacionamento interinstitucional com órgãos e entidades que atuavam em áreas de sua competência, estabelecendo uma programação de trabalho compatibilizada com as demais Unidades da Associação, prestando assessoramento às coordenadorias.

A Assessoria de Planejamento e orçamento tinha como responsabilidade o assessoramento da Secretaria Executiva em aspectos relacionados com o planejamento global da Associação. Propondo diretrizes e normas de sua competência, em articulação com as Coordenadorias e demais assessorias. Tinha também a função de estabelecer uma programação de trabalho compatibilizada com as demais Unidades da Associação.

Neste contexto, estudava e analisava as políticas de desenvolvimento econômico, social do Governo do Território, do Ministério da Agricultura e da EMBRATER, compatibilizando a programação de assistência técnica e extensão rural da Associação com as próprias diretrizes do Governo federal. Também coordenava a formulação de política, diretrizes e normas para a sistematização dos projetos de assistência técnica e extensão rural da Associação, com a colaboração dos demais órgãos de Assessoramento e Coordenadorias a serem submetidas à Secretaria Executiva.

Ainda coordenava a elaboração, análise e reformulação de assistência e extensão rural e programas especiais e do Orçamento-Programa, de acordo com as diretrizes, normas e roteiros, aprovados, articulando-se com as demais assessorias e coordenadorias;

Os planos da Associação e dos projetos especiais ajustados às normas da EMBRATER e da Secretaria de Agricultura do Território, faziam parte dos quais eram assessorados no processo de captação e liberação de recursos financeiros para a Associação.

Resumindo, a assessoria formulava e operacionava o Sistema de Acompanhamento do Orçamento-Programa, com apoio da Coordenadoria de Administração e finanças, analisando a execução orçamentária, com a finalidade de adequar a alocação de recursos às necessidades dos programas e projetos. Coordenando e executando a elaboração de relatórios gerais e específicos;

Entre as atividades desempenhadas pela Coordenadoria de operações estava a de assessorar a Secretaria Executiva em assuntos relacionados com o fomento da produção e da produtividade agrícola. Propondo diretrizes e normas relativas à área de sua produção e da produtividade agrícola, em articulação com as demais Coordenadorias;

Estabelecia, mantinha e operava o relacionamento interinstitucional com órgãos e entidades que atuavam em áreas de sua competência. Também acompanhava o desempenho dos programas especiais e projetos finalísticos, facilitando suas ações na consecução das metas preestabelecidas.

Exerciam ainda outras atividades que lhe eram acometidas pela Secretaria executiva, desde que compatíveis com suas funções.

O Núcleo de Apoio Gerencial aos Projetos (NAG), coordenava, organizava e acompanhava as atividades relacionadas com os programas e Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Assessorava a Secretaria Executiva, através do Coordenador de Operações, em assuntos relacionados com o desenvolvimento de cada projeto.

Colaborar com a assessoria de Planejamento na formulação de diretrizes relacionadas com os programas especiais e projetos finalísticos.

Propor a formulação de políticas, diretrizes e normas de alocação de recursos humanos. Assim como sua operacionalização nas áreas de sua competência, articulando-se com a Assessoria de Desenvolvimento do Sistema.

Colaborar para otimização dos recursos financeiros e materiais para as áreas de sua competência, articulando-se com a coordenadoria de Administração e Finanças.

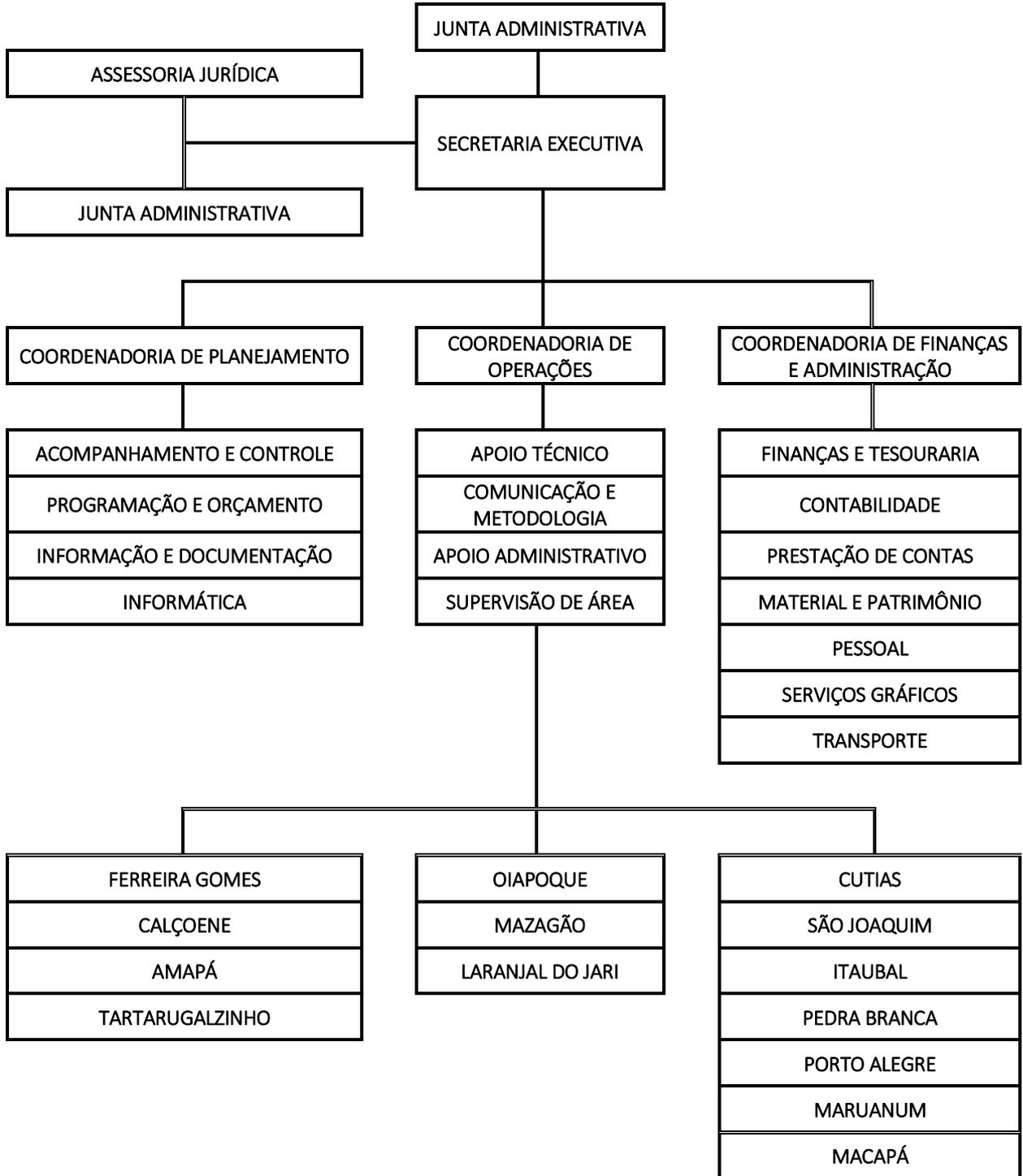
Estabelecer, manter e operar o relacionamento interinstitucional com órgãos e entidades congêneres em área de atuação da sua competência, visando garantir o apoio técnico e a eficiência necessária a realizar dos programas e projetos.

Articular-se com o Núcleo de Apoio aos Escritórios Locais a compatibilização das metas. Estabelecer sua programação anual de trabalho compatibilizando-a com as demais unidades. Promover o acompanhamento gerencial da programação e execução dos projetos finalísticos e de apoio, visando o alcance das metas e objetivos pré-estabelecidos. Exercer outras atribuições que forem cometidas desde que compatíveis com suas funções.

O Núcleo de Apoio aos Escritórios Locais (NAE) tinha como função coordenar a execução dos Planos de Ação Local, a nível de cada Escritório; organizar sistematicamente e fornecer às Coordenadorias da Associação dados estatísticos e informações necessária à elaboração, revisão e atualização do plano de trabalho.

No relatório 1986/1987 a ASTER/AP apresentou uma estrutura organizacional denominada por eles de “Real”. Assim o novo Organograma 5 apresenta:

Organograma 5 – Estrutura da ASTER-AMAPÁ no ano de 1978.

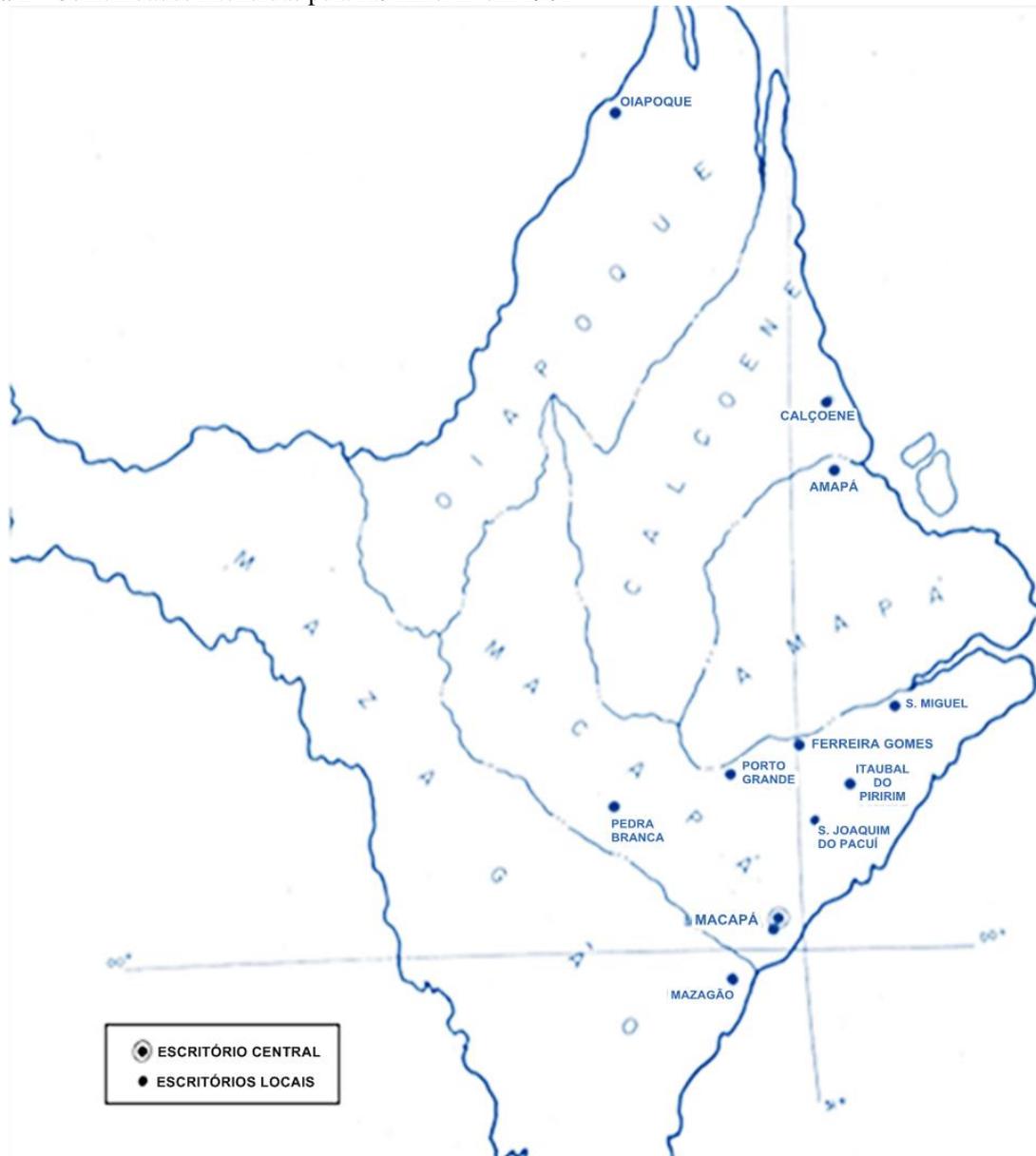


Fonte: AMAPÁ (1990).

Área de atuação

A ASTER/AP, no ano de 1981 chegou a um total de 11 escritórios, sendo 1 central e 6 escritórios locais, no Município de Macapá e 1 nos demais municípios (Mapa 2).

Mapa 2 - Comunidades Atendidas pela ASTER/AP em 1981



Fonte: AMAPÁ (1981).

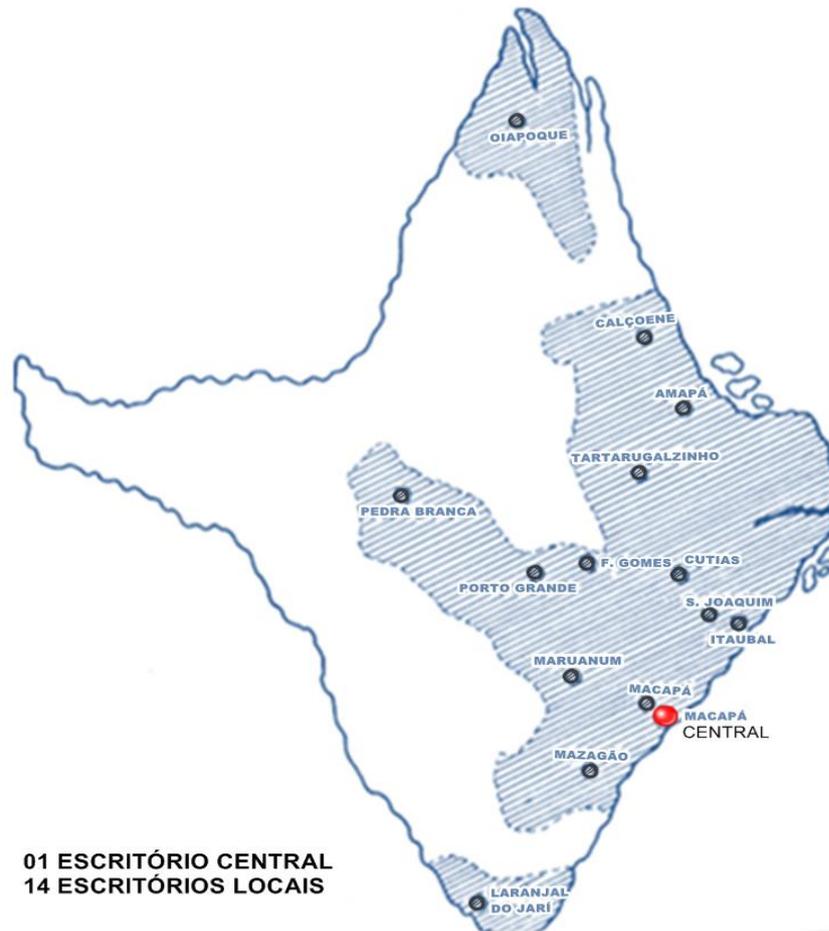
Como já citado anteriormente, as ações da assistência técnica e extensão rural atingiram todos os municípios da época do Território, sendo que os escritórios abordaram um número significativo de comunidades. Na época foram assistidas as localidades demonstradas no Quadro.

Quadro 7- Comunidades Atendidas pela ASTER-AP em 1981

MUNICÍPIOS	ESCRITÓRIO LOCAL	LOCALIDADES ATENDIDAS
MACAPÁ	Macapá	Curiaú, Salmo 91, Santo Antônio, Ambé, Igarapé do Lago, Fazendinha, São Joaquim do Matapi, São Joaquim do Pedreira, Mel, São Pedro dos Bois, Maruanum, Areal e Periferia da cidade de Macapá.
	Porto Grande	Colônia Agrícola do Matapi, rodovia Perimetral Norte, Estrada de Ferro do Amapá (do Km 117 ao Km 145), Pedra Branca, Aporema e Colônia do Cruzeiro.
	Itaubal do Pírim	Itaubal do Pírim, Carmo do Macacoari, Curicaca e Rio Gurijuba.
	São Joaquim do Pacuí	Corre água do Pírim, São Joaquim do Pacuí, Santa Luzia do Pacuí, Catanzal do Pacuí, Ponta Grossa, São Francisco, Gurupora, São Tomé do Pacuí, Garimpo do Pacuí, Inajá, Carobal, Guarumã, Livramento, São Sebastião e Cobra Preta.
	Ferreira Gomes	Ferreira Gomes, Região do Alto Araguary, Rio Tracajatuba, Aporema e Igarapé Eusébio.
	São Miguel	Região do Médio Araguari, Região do Baixo Araguari e Terra Firme do Araguari.
	Pedra Branca	Água Branca, Perimetral Norte, Colônia Agrícola de Pedra Branca, Colônia Agrícola de São José, Cupixi, Água Fria, Cachaço, Rio Amapari e Arrendido.
MAZAGÃO	Mazagão	Marapucú, Carvão Ajudante, Mazagão Velho, Camaípi e Foz do Rio Mazagão Velho.
AMAPÁ	Amapá	Tartarugalzinho, Itaubal do Amapá, Cujubim, Flechal, Breu, Pracuúba, Água Branca, Colônia do Piquiá, Colônia do Cruzeiro, Periferia da cidade do Amapá, São Miguel do Flechal, Raimundo, Queimadas, Santo Antônio Taboca, Quedas, Macarri, Lago Grande, Igarapé Novo, Tucumã, Mangueiras e Redenção.
CALÇOENE	Calçoene	Periferia de Calçoene, Sete Ilhas, Calafate, Torrão, Flamã, Ilha Grande, Estrada Nova, Carbê de Ferro, Cunani e Goiabal.
OIAPOQUE	Oiapoque	Periferia da cidade do Oiapoque, Rodovia BR-156, Posto Indígena Kumarumã, Posto Indígena Galibis, Posto Indígena Urucaúá, Posto Indígena Uaçá, Manga, Santa Izabel e Espírito Santo (áreas indígenas).

Fonte: AMAPÁ (1982;1983;1984; 1989a).

Tentando atender de forma cada vez mais abrangente a família rural amapaense, a ASTER/AP, a partir de 1985, passou a contar com 1 Escritório Central, localizado na sede em Macapá e 14 Escritórios Locais, atuando ainda em todos os municípios (Mapa 3).

Mapa 3 - Escritório Central e Locais nos Municípios a Partir de 1985

FONTE: AMAPÁ (1989b).

A ASTER/AP nesse período atendeu eficazmente 112 comunidades rurais, conforme demonstrado no Quadro 8.

Quadro 8 - Comunidades Atendidas pela ASTER-AMAPÁ em 1985 (continua)

Escritório local	Localidades atendidas
Amapá	Breu, Cruzeiro, Piquiá, Ramudo (Queimada, Santo Antônio, Tabocas, Pedra Redonda, e Vulcão do Norte) Região dos Lagos (Tucumã, Carmo, Redenção, Fortaleza e São Miguel), Periferia da Sede, Amapá Grande, Cajueira, Espírito Santo, Base Aérea, Boca da Mata (Rio Amaparazinho).
Calçoene	Carnô, Estrada Nova(BR 156), Trapiche, Calafate e Ilha Grande.
Cutias	Cutias, Gurupora, Baixo Araguari e Médio Araguari
Ferreira Gomes	Nazaré do Aporema, Livramento do Aporema, Conceição do Aporema, São Benedito do Aporema, Alto Araguary, Periferia da sede, Santa Fé do Florestal, Tracajatuba e Campina Grande.
Laranjal do Jari	Laranjal, Cachoeira, Padaria, São Militão, Arapiranga e Porção
Itaubal do Pírrim	Itaubal do Pírrim, Curicaca e Tracajatuba
Porto Grande	Colônia Agrícola do Matapi, Perimetral Norte, Estrada de Ferro do Amapá (do Km 117 ao Km 145).
Maruanum	Carmo, Santa Luzia, Fátima, Conceição, Santa Maria, São Pedro, São José, Mangueiro, Torrão, Pirativa e Bispo.
Tartarugalzinho	Bom Jesus, Cujubim e Itaубal do Amapá.

conclusão

Escritório local	Localidades atendidas
Pedra Branca	Cupixi, Pedra Branca, Água Fria, Riozinho, Cachaço, Cachorrinho, Sete Ilhas, Tucano e Centro Novo.
Macapá	Alegre, Santo Antônio, Lontra Casa Grande, São Pedro dos Bois, Ambé, Lagoa dos Índios, São José do Matapí, São João do Matapi, Campina Grande, Ilha Redonda, Areal, Tessalônica, Torrão do Matapi e Ariri
Oiapoque	BR-156, Galibi, Manga, Santa Izabel e Espírito Santo, Kumarumã.
Mazagão	Ajudante, Camaípi, Carvão, Foz do Mazagão, Marapucú, Mazagão Velho..
São Joaquim do Pacuí	Corre água, São Joaquim, Santa Luzia, Catanzal, Ponta Grossa, São Francisco, São Tomé, Inajá, Carobal, São Sebastião da Boa Vista, Tracajatuba II e Liberdade.

Fonte: AMAPÁ (1989b).

Embora tenham ocorrido modificações no biênio 1986/1987, quanto ao índice de comunidades assistidas, ao que se atribuiu ao remanejamento estratégico necessário nos quadros técnicos locais, o serviço da ATER conseguiu atender números expressivos.

No ano de 1989, houve modificações novamente em algumas comunidades assistidas. O Quadro 9 demonstra essas modificações:

Quadro 9 - Comunidades Atendidas pela ASTER-AMAPÁ em 1989

ESCRITÓRIO LOCAL	LOCALIDADES ATENDIDAS
Amapá	Breu, Cruzeiro, Piquiá, Ramudo Região dos Lagos, Periferia da Sede e Flexal
Calçoene	Cunani, Carnô, BR 156, Trapiche.
Cutias do Araguari	Gurupora, Coração de Jesus, Igarapé do Padre, Baixo Araguari e Médio Araguari
Ferreira Gomes	Livramento do Aporema, Conceição do Aporema, São Benedito do Aporema, Alto Araguari, Periferia da sede, Limoeiro do Paredão, Alto Araguari e Santa Fé do Florestal.
Laranjal do Jari	Santo Antonio da Cachoeira, São José, São Militão, Moçambique, Tira Couro e Jarilândia.
Itaubal do Pírim	Itaubal do Pírim, Santa Maria do Macacoari, São Raimundo do Pírim e Tracajatuba III.
Porto Grande	Colônia Agrícola do Matapi (Linhas A, B, C, G e H), Perimetral Norte, Estrada de Ferro do Amapá (do Km 117, 123, 132 e 142).
Maruanum	Carmo do Maruanum, Santa Luzia do Maruanum, Conceição do Maruanum, Santa Maria do Maruanum, São Pedro do Maruanum, São José do Maruanum, Mangueiro do Maruanum, Torrão do Maruanum, Igarapé do Lago e Bispo.
Tartarugalzinho	Bom Jesus e Itaubal do Amapá.
Pedra Branca	Riozinho, Sete Ilhas, Tucano I e II.
Macapá	Polo Hortigranjeiro, Alegre, Santo Antônio da Pedreira, Lontra, São Francisco da Casa Grande, São Pedro dos Bois, Ambé, São José do Matapí, N. S. do Desterro, Tessalônica, Areal do Matapi, São Pedro do Caraná, Vila do Ariri e Santa Maria do Ariri
Oiapoque	BR-156, Galibi, Manga e Kumarumã.
Mazagão	Ajudante, Camaípi, Carvão, Foz do Mazagão, Marapucú, Mazagão Velho e Recreio do Rio Preto
São Joaquim do Pacuí	Corre água, São Joaquim do Pacuí, Santa Luzia, Catanzal, Ponta Grossa, São Tomé, Inajá, São Sebastião da Boa Vista.

Fonte: AMAPÁ (1990b).

4.3 A PRÁTICA EXTENSIONISTA

A prática extensionista da ASTER/AP poderia ser contratada tanto por órgãos públicos, quanto por instituições privadas, mediante remuneração, para executar serviços de assistência técnica, extensão rural e atividades.

O Regime jurídico da ASTER/AP era o da consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar. Em todos os contratos firmados, o funcionário poderia ser transferido para qualquer área de atuação da Instituição, de acordo com as necessidades do serviço.

A remuneração do pessoal procurava acompanhar os níveis de mercado, respeitada a legislação vigente. Todo o pessoal técnico e administrativo era submetido periodicamente a uma avaliação de desempenho, visando medir a melhoria alcançada pelo servido e os impactos por ele gerado no alcance dos objetivos.

Desta forma, a manutenção de um quadro de pessoal satisfatório enquanto atendimento do público beneficiário da ATER sempre foi uma das preocupações do serviço de extensão rural, bem como o assessoramento e apoio administrativo, garantindo desta forma a eficácia da ação extensionista (Tabela 4).

Tabela 4 - Número de Profissionais Envolvidos nas Atividades no período de 1981 à 1989

CATEGORIA PROFISSIONAL	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Pessoal Técnico Central	16	14	13	14	16	34	47	49	54
Pessoal Técnico no Campo	60	62	60	66	69	45	61	57	46
Pessoal Administrativo Central	69	71	68	49	43	135	120	133	88
Pessoal Administrativo no Campo	22	28	56	66	79	42	31	26	31
Total	167	175	197	195	207	256	259	265	219

Fonte: AMAPÁ (1982; 1983; 1984; 1989^a; 1989b).

A força de trabalho da Associação, embora insuficiente em relação à demanda do serviço da ASTER/AP, estava direcionada para o atendimento direto do público beneficiário da ATER, conforme a política da interiorização da Empresa.

O quadro de pessoal da empresa, praticamente não sofreu incrementos, pois a diferença verificada na coluna administrativa justifica-se pela implantação do Centro de Produção de Recursos Áudio visuais (AMAPÁ, 1983).

Em 1982, a composição do quadro de funcionários da ASTER/AMAPÁ, manteve-se praticamente inalterada, com a exceção do pessoal administrativo, a nível de campo, cujo o incremento deve-se as mudanças ocorridas na sistemática utilizada na definição da força de trabalho, e a intensificação das ações destinadas a dotar o território da infraestrutura necessárias para a implantação ações do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR)¹² (AMAPÁ, 1984).

Para a execução das atividades em 1986, a ASTER/AP contou com 256 profissionais. Enquanto que em 1987, devido o surgimento de novas prioridades, observou-se uma redução de 14, 7% no quadro administrativo e um crescimento na ordem de 36, 7% na equipe técnica, somando então 259 servidores. No exercício de 1988, a equipe técnica interiorizada era de 53%. O crescimento do quadro de pessoal em relação ao ano anterior foi de apenas 29% (AMAPÁ, 1989b).

Destarte, um crescimento aproximado de 1,2% no crescimento do período 1986/1987. No ano de 1988 foi de apenas 29%, denotando a crescente busca de ajustamento entre o quadro de pessoal e a disponibilidade de orçamento, sem no entanto, prejudicar o desenvolvimento das atividades de campo.

No ano de 1989, a ASTER/AP atendeu 2.399 pequenos produtores, 378 jovens e 870 mulheres, totalizando 3.686 beneficiários. Registrando um acréscimo de público assistido em relação ao ano anterior da ordem de 6%.

Para que as metas preconizadas no programa anual de trabalho fossem alcançadas uma série de fundamentais ações foram empreendidas, caracterizando o esforço da Associada em acompanhar “para passu” a política nacional do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (AMAPÁ, 1982).

O público beneficiário dos serviços de ATER, em média 60% eram pequenos produtores, 2% médios produtores, enquanto que 10% e 28% representavam jovens e mulheres rurais respectivamente (Tabela 5).

¹² O PROBOR era um ambicioso programa do governo federal que pretendia tornar o Brasil autossuficiente na produção de borracha e em suas três etapas (PROBOR I, II e III) previa o plantio de 388 mil hectares de seringueiras, a maior parte delas na Amazônia.

Tabela 5 - Público Atendido pelos Serviços de ATER no Amapá no período de 1981 à 1989

AÇÕES	ATENDIMENTO ANUAL								
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Pequenos produtores	2.003	2.165	1.847	1.938	1.696	-	-	-	-
Médios produtores	147	87	117	148	73	-	-	-	-
Multiplicadores	22	30	27	44	49	-	-	-	-
Famílias	579	1084	1465	1.234	1.104	-	-	-	-
Pescadores	991	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistência Por Multiplicadores	330	335	371	603	468	-	-	-	-
GRUPOS DE PRODUTORES									
Grupos	35	50	49	44	49	-	-	12	29
Produtores	230	364	371	396	468	-	-	128	268
GRUPOS DE SENHORAS									
Grupos	29	37	38	61	58	-	-	15	34
Senhoras	579	476	476	516	594	-	-	132	314
GRUPO DE JOVENS									
Grupos	7	17	18	17	13	-	-	13	03
Jovens	80	264	313	211	261	-	-	117	95
COOPERATIVAS									
Assistidas	02	02	02	02	02	-	-	02	02
Associadas	-	120	349	349	349	-	-	-	-
SINDICATOS									
Assistidos	-	-	-	-	01	-	-	01	01
Sócios sindicalizados	-	-	-	-	82	-	-	-	-
CANTINA COMUNITÁRIA									
Assistidas	-	-	-	-	15	-	-	10	07
Participantes	-	-	-	-	201	-	-	175	110
COMISSÕES COMUNITÁRIAS									
Assistidas	-	-	-	-	-	-	-	03	02
Participantes	-	-	-	-	-	-	-	16	12
ASSOCIAÇÕES									
Assistidas	-	-	-	-	07	-	-	15	13
Participantes	-	-	-	-	204	-	-	253	208
FEIRA LIVRE									
Feira	-	-	-	-	80	-	-	03	-
Participantes	-	-	-	-	89	-	-	-	-
Conselhos Comunitários	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Participantes	-	-	-	-	-	-	-	10	10
Grupo de Mutirão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistidas	-	-	-	-	-	-	-	-	05
Participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	126
PROJETOS ELABORADOS									
Plano (nº)	387	496	197	23	18	-	-	-	-
Valor (Cr\$ 1000,00)	68.130	109.605	71.919	239.961	193.995,91	-	-	-	-
PROJETOS CONTRATADOS									
Plano (nº)	285	395	111	22	01	-	-	-	-
Valor (Cr\$ 1000,00)	6.964	32.590	33.146	75.257	91.995,91	-	-	-	-

FONTE: AMAPÁ (1982, 1983, 1984, 1989).

Em 1986, o público beneficiário de ATER totalizou 3.146, sendo que neste universo foram pequenos produtores, 1,94% médios produtores, enquanto 9,41% e 29, 31 representam jovens e mulheres rurais, respectivamente.

No ano de 1987, o público de ATER somou 3.331 beneficiários, registrando um acréscimo de 5,55% em relação ao ano anterior. Em 1988, verificou-se um crescimento de 4,5% do público assistido no ano anterior, os beneficiários da ação extensionista somou 3.480 sendo que deste público 64% foram pequenos produtores, 2% médios produtores, enquanto 24% mulheres e 10% jovens rurais (AMAPÁ, 1989a, 1989b).

As atividades de ATER foram direcionadas basicamente ao atendimento dos núcleos de pequenos produtores rurais e suas famílias. Oferecendo considerável apoio às organizações formais e não formais como grupos de mutirão, grupo de mulheres, grupos de jovens, cantinas comunitárias, associações, cooperativas e sindicato rural.

Apesar de toda as dificuldades verificadas no decorrer de 1988, o serviço de ATER continuou proporcionando atendimento de cunho sócio técnico.

Como se pode observar, a partir de cada ano, o crédito rural foi deixando de ser um valioso instrumento de incentivo à agricultura, devido as elevadas taxas de juros praticadas, tornando inviável sua utilização.

Na Tabela 6 é apresentada a linha de ação na área agropecuária, ou seja, as atividades de plantio naquele momento.

Tabela 6 - Atividades Agropecuárias no período de 1981 à 1989

(continua)

DISCRIMINAÇÃO	ATENDIMENTO ANUAL								
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
MANDIOCA									
Área (ha)	4.121	2.556	1.379	2.662	1.529	1.768	1.737	1.753	3.916
Número de produtores	1.345	1.449	1.242	1.616	1.044	926	922	912	1.203
Produção em farinha (T)	11.691	8.080	3.874	7.416	4.660	7.423	6.499	7.030	9.521
ARROZ									
Área (ha)	2.169	853	413	439	295	396	442	586	1.243
Número de produtores	542	267	210	314	200	315	417	485	579
Produção (t)	1.351	892	253	369	224	263	316	569	869
MILHO									
Área (ha)	626	722	666	719	350	448	498	694	746
Número de produtores	316	314	550	484	303	451	470	468	432
Produção (T)	301	583	372	454	361	430	442	573	540
FEIJÃO									
Área (ha)	580	179	98	185	100	123	173	194	281
Número de produtores	283	210	160	227	168	211	283	308	312
Produção (T)	290	76	39	81	49	50	73	129	151
PIMENTA DO REINO									
Área (ha)	171	109	101	92	121	82	80	44	30
Número de produtores	127	71	61	57	71	47	50	32	30
Produção (T)	175	275	66	164	171	170	167	85	36

(continuação)

DISCRIMINAÇÃO	ATENDIMENTO ANUAL								
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
ABACAXI									
Área (há)	-	22	33	34	24	15	52	45	73
Número de produtores	-	47	116	91	144	179	154	157	162
Produção (cento)	-	550	1.091	2.286	2.927	2.550	248.000	407.300	530.000
MARACUJÁ									
Área (há)	-	-	-	-	-	03	08	02	06
Número de produtores	-	-	-	-	-	13	18	11	21
Produção (T)	-	-	-	-	-	18	28	4,8	23
CITRUS									
Área (há)	-	15	28	-	-	43	95	93	205
Número de produtores	-	23	125	-	-	142	191	82	143
Produção (cento)	-	7.240	12.506	-	-	8.362	9.032	2.289	178.700
BANANA									
Área (há)	-	-	-	-	-	139	123	132	153
Número de produtores	-	-	-	-	-	315	311	307	343
Produção (cacho)	-	-	-	-	-	71.720	62.450	27.535	828.886
CAJU									
Área (há)	-	-	-	-	-	58	72	66	68
Número de produtores	-	-	-	-	-	20	25	23	24
Produção (T. castanha)	-	-	-	-	-	-	-	1,2	2,2
CAFÉ									
Área (há)	-	-	-	-	-	16	21	26	-
Número de produtores	-	-	-	-	-	94	113	110	-
Produção (T)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MELANCIA									
Área (há)						09	14	09	11
Número de produtores						17	16	09	18
Produção (T)						139	168	173	178
MODERNIZAÇÃO DE CASAS DE FARINHA									
Produtores	-	19	06	01	30	-	-	-	-
Casas	-	19	06	01	30	-	-	-	-
BOVINOS E BUBALINOS									
Produtores	290	412	514	514	284	263	415	418	415
Cabeça	58.802	49.287	58.558	57.894	43.645	45.332	47.617	63.561	68.186
AVES									
Produtores assistidos	15	16	63	23	101	26	57	53	42
Plantel	-	-	-	-	164.12	132.80	148.217	215.748	205.904
OVINOS									
Produtores	-	-	-	-	04	17	52	73	68
Cabeça	-	-	-	-	175	418	554	1.945	1.511
SUÍNOS									
Produtores	-	-	-	-	07	13	69	143	133
Cabeça	-	-	-	-	90	210	554	1.945	3.817
APICULTURA									
Colmeia (Nº)	-	-	-	-	33	-	84	87	105
Nº De Produtores	-	-	-	-	05	01	15	27	77
Produção De Mel (L)	-	-	-	-	852	1,09	2,86	4,2	5,4
PRODUÇÃO DE MUDAS (Nº)									
Difusão De Sementes (T)	21	25	53	96	14	07	08	06	09
DIFUSÃO DE MUDAS (Nº)	-	251.062	32.249	41.053	20.332	-	-	-	-

conclusão

DISCRIMINAÇÃO	ATENDIMENTO ANUAL								
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Uso De Composto Orgânico (T)	646	570	700	350	12	-	-	-	-
Composteira	-	-	30	28	-	-	-	-	-
CONSERVAÇÃO DO SOLO									
Área (ha)						117	371	432	380
Número de produtores						94	412	394	315
DEFESA SANITÁRIA VEGETAL									
Área (ha)	-	-	-	-	-	-	-	-	153
Número de produtores	-	-	-	-	-	-	-	-	42
TRAÇÃO ANIMAL									
Produtores (nº)	-	-	02	-	04	-	-	-	-
Área trabalhada (ha)	-	-	02	-	11	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA A SERINGAL DE CULTIVO									
Produtores (nº)	29	29	30	30	29	-	-	-	-
Área trabalhada (ha)	680	504	619	683	484				
ASSISTÊNCIA A SERINGAL NATIVO									
Produtores (nº)	40	30	34	34	33	-	-	-	-
Colocações (nº)	465	446	498	963	922	-	-	-	-
Produção (T)	391	433	461	486	428	-	-	-	-
PROJETOS DE FINANCIAMENTO SERINGAL DE CULTIVO									
Projetos Elaborados (Nº)	88	22	27	-	-	-	-	-	-
Área (Ha)	513	229	219	-	-	-	-	-	-
Valor (Em OTRN's)	68.092	57.655	57.286	-	-	-	-	-	-
Projetos Contratados (Nº)	1	-	14	-	-	-	-	-	-
Área (Ha)	100	-	105	-	-	-	-	-	-
Valor (Em OTRN's)	6.932	-	27.466	-	-	-	-	-	-
PROJETOS DE FINANCIAMENTO SERINGAL NATIVO									
Projetos Elaborados (Nº)	-	01	05	-	-	-	-	-	-
Colocações (Nº)	-	36	165	-	-	-	-	-	-
Valor (Em OTRN's)	-	3.995	14.590	-	-	-	-	-	-
Mini-Usinas (Nº)	-	-	05	-	02	-	-	-	-
Projetos Contratados (Nº)	-	-	02	-	-	-	-	-	-
Colocações (Nº)	-	-	55	-	-	-	-	-	-
Valor (Em OTRN's)	-	-	5.665	-	-	-	-	-	-
Mini-Usinas (Nº)	-	-	02	-	-	-	-	-	-
PRODUTORES BENEFICIÁRIOS DO PROVARZEAS (nº)									
Produtores Beneficiados	-	36	76	129	164	-	-	-	-
Área Assistida (Ha)	-	184	267	348	130	-	-	-	-
Crédito Rural Contratado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Área (Ha)	-	143	97	-	-	-	-	-	-
Valor (Em OTRN's)	-	4.217	3.897	-	-	-	-	-	-

Fonte: AMAPÁ (1982; 1983; 1984; 1989).

A rigurosidade climática verificada em 1983 interferiu de forma marcante na produtividade das culturas exploradas em áreas de terra firme, ocasionando a diminuição na produção de alimentos básicos.

De forma a atenuar o problema, foi dada maior ênfase ao Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (PROVARZEAS), possibilitando assim, graças à fertilidade das várzeas naturais irrigadas, produtividades elevadas, as quais contribuíram para diminuir os impactos causados pelos rigores climáticos (seca prolongada), aos cultivos de terra firme (AMAPÁ, 1984).

Comparando os resultados do ano de 1985, com os de 1984, constatou-se redução de área e produção nas culturas alimentares (mandioca, milho, arroz e feijão), assim como também se verificou a diminuição do número de produtores.

O quadro demonstra a falta de estímulos, no que diz respeito a preço, crédito, escoamento da produção, capazes de reverter à situação. Porém, em contrapartida houve aumento tanto em área plantada, quanto em produção e número de produtores, no cultivo de culturas permanentes (pimenta do reino, abacaxi e banana), em função do incentivo a produção de mudas. Verificou-se também, o aumento em outras atividades como o uso de tração animal, a apicultura e melhorias nas Casas de Farinha.

Na produção de sementes ocorreu um sensível decréscimo, 87% aproximadamente, corroborando para esse fato também, para a retração do “Cultivo alimentar”.

Com relação aos Projetos PROBOR e PROVARZEAS, a restrição de crédito foi o principal embargo ao crescimento dos mesmos. A avicultura foi a atividade que apresentou incremento considerável, enquanto as grandes criações (bovinos e bubalinos) sofreram significantes perdas, devido a enchente ocorrida no 1º semestre de 1984, na região do Baixo Araguari, causando decréscimos de 38% e 13% nos rebanhos bovinos e bubalinos (AMAPÁ, 1989).

As atividades que buscavam a participação da família do pequeno produtor eram ações complementares ao processo produtivo, que proporcionava a melhoria na qualidade devida do produtor e de sua família, era voltado para a diversificação, aproveitamento e conservação dos alimentos para o consumo regular durante todo ano, com implicações na dieta da família (Tabela 7).

Tabela 7 - Atividades Sociais no Estado do Amapá no período de 1981 à 1988

AÇÕES	ATENDIMENTO ANUAL							
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Produção De Alimento	-	-	-	-	-	584	1.617	511
Instalação De Hortas	-	-	-	-	-	-	-	-
Escolares	01	02	04	02	04	-	-	-
Domésticas	75	113	79	228	219	-	-	-
Comunitárias	10	13	11	10	14	-	-	-
Indústria Rural Caseira	-	-	-	-	353	137	68	52
criação de Pequenos Animais (Família)	-	-	45	254	185	-	-	-
Instalação De Pomar	-	09	17	74	16	-	-	-
Consumo De Alimentos	-	-	-	-	-	66	110	153
Saneamento Básico	-	-	-	-	-	330	306	676
Privadas Higiênicas (Nº)	67	123	148	118	131	-	-	-
Buracos De Lixo (Nº)	06	14	16	43	39	-	-	-
Poços Com Proteção (Nº)	59	50	10	46	36	-	-	-
Uso De Filtros	195	78	147	99	84	-	-	-
Uso De Latas De Lixo	-	22	-	-	-	-	-	-
Construção De Habitação Rural	-	09	13	21	20	-	-	-
Melhoria Na Habitação	-	-	-	-	11	113	28	32
Higiene Materna Infantil (Família)	-	-	-	-	156	130	102	236
Higiene Pessoal Família	-	-	-	-	208	200	204	440
Artesanato	-	-	-	-	-	05	97	43

Fonte: AMAPÁ (1982;1983; 1984; 1989).

As intensificações das atividades da área da economia doméstica contemplaram a diversificação da produção, do autoconhecimento e a sanificação da unidade produtividade, com linhas de ação capazes de proporcionar aos produtores e suas famílias, as alternativas necessárias para a melhoria das condições de vida do meio rural amapaense.

Essas atividades foram efetivadas, haja vista, a necessidade de reduzir a discrepância entre a fatura da safra e o desperdício em contrapartida do período da entressafra, de carência e fome. Característico da agricultura da Amazônia na época, que também não era diferente dos produtores do Território do Amapá, principalmente no que diz respeito às frutas tropicais (AMAPÁ, 1984).

Assim sendo, a ASTER/AP iniciou um trabalho de cunho educativo visando o aproveitamento do excedente das frutas, em doces (abacaxi, banana, batata-doce, caju, cupuaçu, goiaba, jerimum, leite, mamão, manga, maxixe e pupunha); compotas (abacaxi, caju, laranja e mamão); óleo de inajá; sabão caseiro; colorau, farinha de banana; leite condensado; queijo; manteiga e farinha de peixe, de modo a assegurar durante todos os meses do ano, o consumo de tudo que se produzia na propriedade. Ressalte-se desta forma, a importância de um mercado de conservas domésticas que determinava uma renda adicional à família.

A ausência de alternativas de comercialização do excedente determinava a canalização da produção para o Município de Macapá, beneficiando assim, a rede de intermediários.

Neste contexto, objetivando reduzir este comercio, a ASTER/AP, com o apoio da Secretaria de Agricultura e das prefeituras, implantaram a feira livre. A atividade foi tão exitosa que nos municípios de Macapá e Porto Grande, tornaram-se permanentes aos sábados, ofertando em média, cerca de 28 produtos à população (AMAPÁ, 1984).

Os produtos mais comercializados foram: abacate, maracujá, farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, jaca, coco, cará, pepino, cariru, repolho, laranja, tangerina, limão, coentro, banana, mamão, jerimum, melancia e tomate.

Com relação aos aspectos de saneamento, construção de fossas assépticas, poços, tratamento de água, fecham um ciclo de atividades que marcam a ação da extensão rural no Amapá, o que direcionou a ASTER/AP a manter uma estratégia de reforço na área social.

4.4 A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

Na Tabela 8 é demonstrado o quantitativo da política de capacitação que era executada no período da ASTER-AP. Nesse período ainda se tinha uma capacitação muito autoritária, diferente, claro, do modelo de Paulo Freire.

Tabela 8 - Funcionários Capacitados no Estado do Amapá entre os anos 1981 e 1985

AÇÕES	ATENDIMENTO ANUAL				
	1981	1982	1983	1984	1985
CAPACITAÇÃO ANUAL					
Técnicos	18	25	02	10	04
Administrativos	-	-	-	-	-
RECICLAGEM					
Técnicos	63	66	55	149	22
Administrativos	28	17	02	29	02
ESPECIALIZAÇÃO					
Técnicos	01	02	-	01	-
Administrativos	-	-	-	-	-
Pós-Graduação	-	-	-	01	-

Fonte: AMAPÁ (1982; 1983; 1984;1985).

Em 1986, modifica-se o processo de capacitação inicial, que passa então a ser local no modelo de Paulo Freire; as formações para os envolvidos passam a ser escassa, com o desmonte do serviço de ATER, administrada pelo governo Collor em 1990, trouxe muitos dissabores para a extensão rural principalmente para a região norte.

Os recursos financeiros da ASTER/AP constituíam-se de subvenções a auxílios consignados nos orçamentos anuais do Território. Os recursos eram provenientes de

convênios, Contratos e Ajustes, da renda de bens patrimoniais, dos recursos de operação de crédito, decorrentes de empréstimos e outras operações de natureza financeira.

Os recursos provenientes de fundos existentes ou a serem criados eram destinados a promover o aumento da produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida do meio rural. O Entrevistado 4¹³ acrescenta:

O crédito continuou a ser trabalhado, mas de uma forma educativa, de buscar os investimentos para as propriedades, mas educando os produtores a se organizarem, nesta época foi feita as cantinas comunitárias, onde as famílias tinham uma orientação da extensão rural para se educarem nesse processo de organização, para atenderem suas necessidades básicas de alimentação, de insumos e de produção. (ENTREVISTADO 4, 2018).

Neste contexto os recursos financeiros eram advindos da lei específica, receitas operacionais, auxílios e subvenções internacionais que atendiam as prescrições legais, bem como doações e legados (AMAPÁ, 1978).

A composição dos recursos financeiros, eram advindos da União/EMBRATER, do governo do Território Federal do Amapá e de outros órgãos convenientes, conforme demonstrado nas Tabelas 9 e 10:

Tabela 9 - Fontes dos Recursos Financeiros no Amapá entre os anos de 1981 e 1985.

FONTES	RECURSO ANUAL				
	1981	1982	1983	1984	1985
RECURSOS DA UNIÃO EMBRATER	127.987	245.402	548.000	2.782.548	7.202.218
EMBRATER MAG	51.620	73.966	120.489	374.021	1.368.926
EMBRATER/SUDHEVEA	3.230	23.500	37.136	74.000	189.616
EMBRATER/SENAR	69	-	-		
EMBRATER/BIRD	70.561	123.303	352.373	2.230.431	5.265.629
EMBRATER/PME	827	3.085	4.952	13.848	18.440
EMBRATER/SEMENTES E MUDAS	1.680	4.468	10.453	2.6.040	114.823
EMBRATER/PROVÁRZEAS	-	17.080	22.597	54.208	244.784
RECURSOS DO ESTADO/ GTFA	76.744	137.810	269.800	1.061.876	4.318.555
GTFA/DSA	65.257	137.810	269.800	1.049.876	4.307.904
OUTROS	7.487	-	-	12.000	10.651
RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS	15.387	57.901	92.605	213.959	377.786
POLOAMAZÔNIA	2.200	15.800	32.482	69.530	189.616
OUTROS	13.187	42.121	60.123	144.129	188.170
TOTAL	220.118	441.133	910.405	4.048.383	11.898.559
TOTAL (OTNRs)	159,26	161,39	129,82	183,10	168,50

Fonte: AMAPÁ (1982; 1983; 1984; 1989).

¹³ Entrevista cedida no dia 11 de julho de 2017, o entrevistado atuou como extensionista.

Tabela 10 - Fontes dos Recursos Financeiros no Amapá no período de 1981 à 1985.

USOS	ANOS				
	1981	1982	1983	1984	1985
DESPESAS DE CUSTEIO	172.812	373.197	744.927	2.148.196	7.729.399
PESSOAL	130.787	301.412	605.649	1.652.197	6.144.044
MATERIAL DE CONSUMO	17.607	34.093	74.034	256.621	1.585.355
SERVIÇOS DE TERCEIROS	24.418	37.674	65.244	239.378	-
DESPESAS DE CAPITAL	47.306	67.165	196.754	2.463.416	3.458.504
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	32.973	94.444	52.086	396.223	-
OBRAS E INSTALAÇÕES	14.333	17.721	144.668	2.067.193	-
TOTAL	220.118	440.344	941.681	4.611.612	11.187.903

Fonte: AMAPÁ (1982; 1983; 1984; 1989).

No ano de 1984 as despesas foram maiores, haja vista, a implantação de 3 novas unidades e melhorias de instalações.

4.5 AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESSE PERÍODO

Para que as metas preconizadas pela ASTER/AP fossem alcançadas, uma série de fundamentais ações foram empreendidas para que a instituição acompanhasse a política nacional do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural.

No desenvolvimento da ação extensionista foram utilizados métodos de alcance grupal e individual, sendo aplicados de acordo com a experiência vivenciada pelo extensionista. Foi criada ênfase com os métodos demonstrativos como forma de transmitir conhecimentos Práticos.

Destarte, que a metodologia aplicada permitiu a aproximação mais estreita entre os extensionistas com a comunidade rural do Território, tendo sido realizadas pouco mais de cinco mil visitas a propriedades, a maioria de pequenos e médios produtores; pescadores; multiplicadores, famílias.

Entre os métodos utilizados estavam a unidades de observação e demonstrativa, reunião, dia do campo, demonstrações de resultados e métodos, campanhas, excursões, visitas, programas de rádio, palestras, curso/treinamento, concurso de produtividade e propriedade demonstrativa. No que diz respeito aos materiais educativos para o reforço do aprendizado destacavam-se folders, folhetos, cartazes, cadernos da agricultura e pecuária, programa de rádio, sistema de produção elaborado (AMAPÁ, 1983;1984).

Como forma de complemento às informações técnicas prestadas pelos extensionistas, a produção de material de comunicação como folders, cartazes e folhetos atingiram produção bastante significativa

Faz-se necessário ressaltar que a dispersão espacial dos produtores amapaenses agregava nas atividades de extensão rural um custo adicional de recursos financeiros e operacionais. Todavia a estratégia de comunicação que direcionava as atividades de extensão rural previa a utilização de métodos do tipo grupal com base na organização dos membros da família: chefe da propriedade, senhoras e jovens, em grupos. A informação era dada em cada grupo e para o acompanhamento e avaliação do aprendizado, eram utilizados os métodos individuais.

5 O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ (RURAP)

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) criado em 1991, é uma Autarquia Estadual da Administração indireta do Estado, com autonomia administrativa financeira, criado pelo Decreto Governamental nº 0122 de 23 de agosto de 1991, vinculada à Secretaria de Agricultura, Pesca, Floresta e do Abastecimento (SEAF) atual SDR, com sede e administração na capital do Estado (AMAPÁ, 1991).

O RURAP está localizado na Rodovia BR 156, Km 02, na cidade de Macapá e jurisdição em todo Território Amapaense, com personalidade Jurídica de Direito Público, gozando no que se refere aos seus bens, rendas e serviços, das regalias, privilégios, e imunidade deferidas a Fazenda Pública Estadual.

De acordo com o Decreto Governamental nº 0122/91, tem como missão, promover o desenvolvimento rural sustentado do Estado do Amapá através de demonstrações práticas que promovam a agregação de valor à terra e a produção com a melhoria de vida dos que vivem e trabalham no campo, assim como da ação articulada junto a toda a cadeia produtiva do setor, visando promover as condições de sustentabilidade alimentar, socioeconômica e ambiental do Amapá (AMAPÁ, 1991).

Os objetivos da Extensão Rural alcançados em mais de uma década de serviços de ATER, uma vez que o RURAP, enquanto agente de desenvolvimento, resgatou os principais enfoques participativos a partir dos fóruns, com as ferramentas pedagógicas na difusão de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, priorizando as atividades regionais, como forma de diminuir a pobreza. As ações foram de fundamental importância na reversão do processo de exclusão social, gerado pelo desenvolvimento econômico, fortemente tecnicista, contrário aos princípios da agricultura centrada na dimensão social.

Outros resultados e benefícios foram esperados, com a consolidação do plano complementar de agregação de renda, através do programa de desenvolvimento e pesquisa, que foram implementados pelo RURAP.

No cumprimento de sua missão e em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (2006), o RURAP norteou suas atividades dentro dos Programas Prioritários do Governo do Estado, com ênfase no aproveitamento do potencial das aptidões da zona rural, com aspectos de interação com o produtor enquanto cliente prioritário da Extensão Rural (AMAPÁ, 2006).

O RURAP foi criado para acabar com o projeto de fortalecimento político da agricultura, diante de todos os entraves que começaram a ocorrer com a criação da mesma

ainda assim tentaram manter a filosofia da extensão rural, mas a falta de recursos não ajudou a manter o modelo mantido pelo governo federal, sabe-se que no início desta gestão a predominância era a assistência técnica por demanda, deixando de existir o planejamento em todos os níveis.

Por conta de todas essas dificuldades, os novos extensionistas não conseguem entender o seu papel, como também a cultura extensionista, seja como agente de mudanças ou como colaborador de mudanças, enfraquecendo assim todo um trabalho de organização rural e a própria extensão rural. Começa a intervenção dos políticos diretamente nos escritórios, imbuído a ação dos extensionistas no processo de organização das comunidades

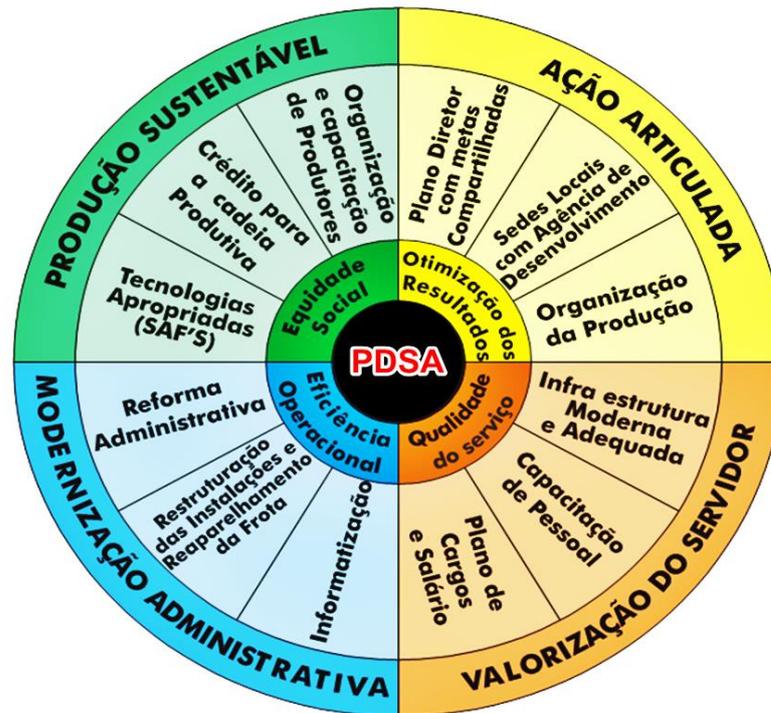
O compromisso com a participação popular, entendido à luz do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), como parte geradora, orientadora e instrumental de transformação econômico-social das comunidades rurais, tem sido um resgate da cidadania, através da valorização das oportunidades locais, como referencial qualitativo, com programas de agregação de renda, fundamentados na agroindustrialização.

5.1 HISTÓRICO

O RURAP em seus primórdios tinha uma estrutura composta pela Sede Central, Unidades Locais e CD Rural, presentes nos 16 Municípios do Estado e em 5 distritos estratégicos, prestando assistência técnica e extensão rural diretamente a 250 comunidades nas diversas atividades prioritárias do setor produtivo.

Em 2000, a primeira medida tomada destaca-se o Redirecionamento Estratégico do RURAP, que corresponde ao Diagnóstico Rápido e Planejamento Participativo, que contou com a assessoria especial do CEFORH e com a participação efetiva dos funcionários da casa, na definição dos novos rumos a ser seguido pelo Serviço de Extensão Rural no PDSA.

Diagrama 2 - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) no ano de 2000.



Fonte: Relatórios de atividades (RURAP, 2000, p.7).

O redirecionamento estratégico do RURAP definiu os programas e projetos prioritários da instituição, a serem executados pela nova Diretoria, a partir de fevereiro de 2000. Esse trabalho resultou na definição de programas institucionais que priorizaram a valorização dos servidores, a modernização administrativa, a ação articulada junto ao setor produtivo e a produção sustentável. Para cada programa foram definidos projetos prioritários que promovem, respectivamente a melhoria da qualidade dos serviços, a eficiência operacional, a otimização dos resultados e a equidade social.

O Governo do Estado investiu na modernização de importantes setores da economia local e obteve resultados qualitativos. Nesse aspecto, o processo de profissionalização de produtores foi um dos principais componentes estratégicos do ponto de vista da interconexão entre o saber científico e o saber empírico, tendo como objetivo um projeto humanista que viabilizou emprego, renda e a preservação do meio ambiente.

Como forma de dinamizar o meio rural, esforços especiais foram concentrados no Programa de Associativismo, através de ações voltadas para os grupos de agricultores, grupo de senhoras, com destaque para as cooperativas e associações. Esses segmentos fundamentados na organização têm conquistado novas oportunidades de negócios rentáveis,

pelo aspecto dinâmico de articulação com a sociedade, proporcionando maior renda a todos os cooperados e associados (RURAP, 2015, p.16).

Na perspectiva dos novos paradigmas de Extensão Rural, foram dados largos passos no que tange a informatização das sedes locais, bem como dos setores de suporte da sede central. Foram desenvolvidas ações de assistência técnica, acompanhamento do processo produtivo e apoio à comercialização a produtores das principais áreas produtivas do Estado.

Foi elaborado e implantado um (01) projeto beneficiando comunidades de Cubana, Carneiro, São Pedro, Maúba e Mupéua, com a instalação de 3 apiários com 30 colméias, e uma (01) unidade beneficiadora equipada com as máquinas e utensílios necessários ao processamento primário do mel, o Projeto teve como parceiros do RURAP as seguintes Instituições: SEAF, SETEC, SEICOM, IEPA, OCEAP, CCB e COMPAB (RURAP, 2000, p. 33).

Em se tratando da farinha de mandioca houve a recuperação das instalações físicas de fábrica de farinha e adequação do local ao tratamento dos resíduos; instalação de equipamentos para melhoria da qualidade da farinha produzida; treinamento de produtores no processo produtivo; treinamento de pessoal em manutenção de equipamentos; financiamento de custeio para produção de farinha; ativação do forno de produção de farinha de tapioca.

Houve também o apoio e assistência nas ações de implantação de fábrica de beneficiamento de açaí pertencente a Cooperativa dos Batedores de Açaí de Macapá (COOPAÇAÍ); parceria com a SEAF na elaboração de Projeto para aquisição de uma envasadora automática, objetivando a melhoria de embalagem da polpa de açaí; acompanhamento e assistência na elaboração e financiamento de Projeto para capital de giro através do Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (FRAP) para a COOPAÇAÍ (RURAP, 2000, p.33).

A parceria na elaboração de “Projeto de pesquisa científica e acompanhamento técnico da cadeia produtiva do açaí visava o manejo Sustentável de açaizais nativos e o beneficiamento e industrialização de fruto e polpa”, financiado com recursos do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para uso Sustentável de Biodiversidade da Amazônia (PROBEM DA AMAZÔNIA), juntamente com SEAF, SEICOM, SETEC, IEPA E EMBRAPA, para as comunidades rurais do Bailique e Pancada do Camaipí e parceria com SEICOM, SEAF, IEPA na elaboração de Projeto para implantação de uma fábrica de produção de palmito de açaí no arquipélago do Bailique no valor de R\$ 239.000,00 (duzentos e trinta e nove mil reais) a ser financiado com recurso do Governo do Estado.

A elaboração em parceria com a SEINF de um Projeto para reforma e adaptação da Unidade de Processamento Mínimo de Vegetais do CD-Rural, destinado a capacitação de técnicos e produtores proporcionou treinamento aos produtores rurais no processamento de frutas e hortaliças, a saber: apoio à demandas procedentes de sedes locais, processamento da polpa do fruto, processamento da amêndoa, curso em parceria com SEICOM, Bolsa Amazônia, aproveitamento do feijão caupi, dia de campo em parceria com SEAF e EMBRAPA.

A participação da sociedade na Expo-feira Agropecuária e Agropesc realizadas no Estado foi de suma importância ao setor produtivo, uma vez que esses eventos oportunizam a população urbana, o conhecimento de aspectos da zona rural, onde são distribuídos gratuitamente materiais técnicos e informativos, elaborados e impressos no RURAP.

A partir de 2010, as políticas públicas e os desafios para a agricultura familiar, foram na direção dos novos enfoques da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), um compromisso assumido pelo Governo do Estado.

Este compromisso fundamentou-se no diálogo construtivo com as famílias rurais, com suas respectivas entidades, na construção do processo de desenvolvimento rural, tendo como foco a inclusão dos agricultores, quilombolas, indígenas, assentados, ribeirinhos, dentre outros, no processo produtivo do estado. Infelizmente no Amapá, a realidade é diferente, de acordo com o Entrevistado 7, essa política vem apresentando problemas, haja vista, a situação local:

Toda a perda da cultura extensionista se deve ao fato de comando nos escritórios sem saber o que fazer. Se quiser recuperar a extensão, precisa resolver o problema da inadimplência, a falta de capacitação, pois só é extensionista quando se faz o pré serviço, ele tem que aprender a metodologia do campo, precisa de treinamento. Não há um planejamento orgânico como tinha na época que era coordenado nacionalmente. (ENTREVISTADO 7, 2017).

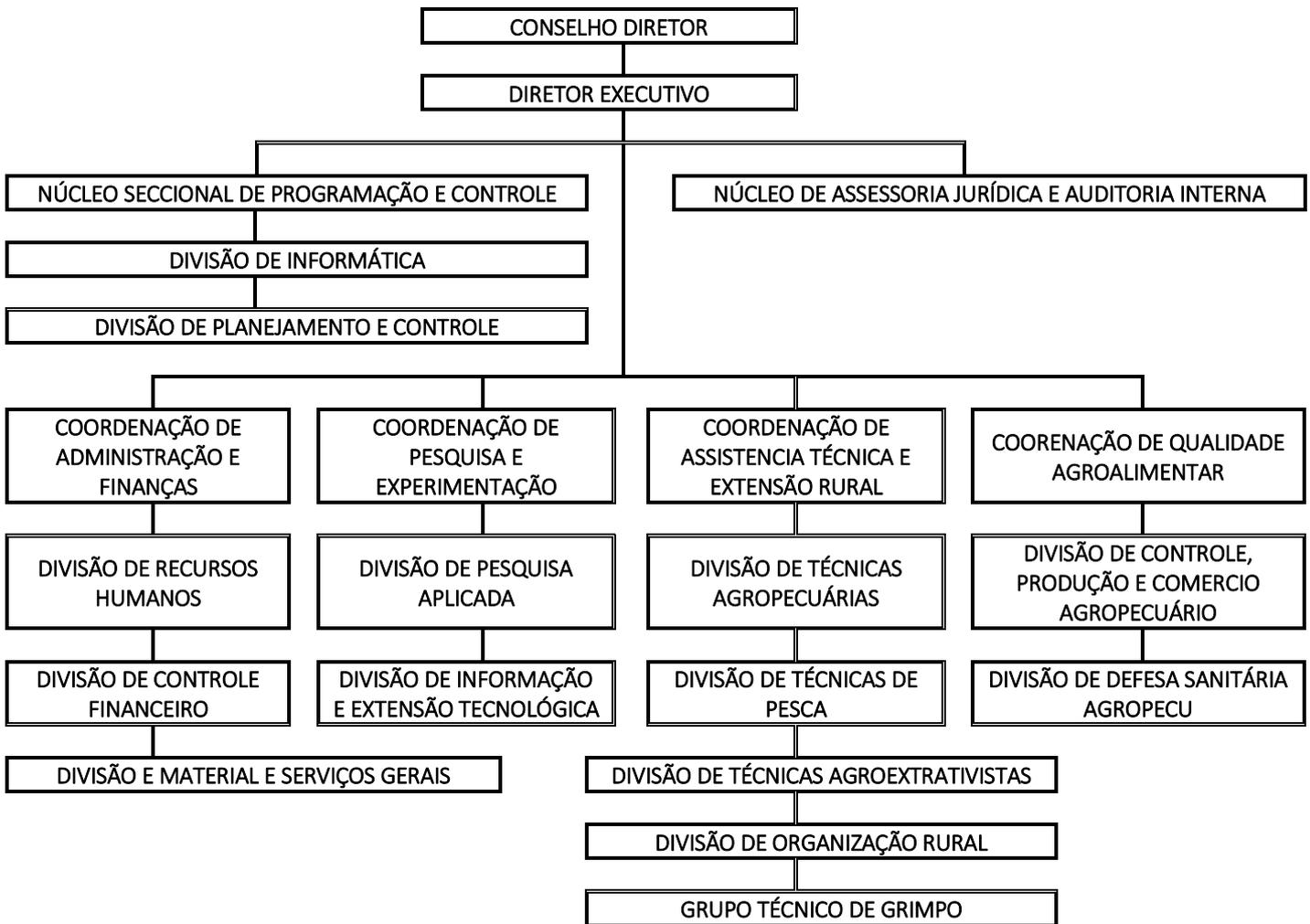
Essa situação ocasionou baixo desempenho com relação aos resultados dos serviços das entregas, isto se agrega principalmente a perda do quadro do capital social, a rotatividade dos extensionistas e a questão financeira que automaticamente despencou, e isto compromete todo o serviço, pois, as diversidades da Amazônia principalmente no Amapá como as estradas, os rios, o acesso às famílias são situações bem adversas.

5.2 A ESTRUTURA FÍSICA E ADMINISTRATIVA

A Estrutura Organizacional Básica do Instituto de desenvolvimento do Amapá (RURAP) é compreendida pela direção superior composta pelo colegiado de deliberação coletiva o conselho diretor e a deliberação executiva que no caso é a diretoria executiva, assessorados pelo gabinete do diretor do Núcleo de Assessoramento Jurídico e Auditoria Interna e o Núcleo seccional de Programação e Controle.

A Assessoria de Desenvolvimento Institucional (ADINS) é incumbida de coordenar e consolidar o planejamento, a elaboração da proposta orçamentária, o controle orçamentário, o uso de tecnologia da informação, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades das pessoas e da modernização da gestão no âmbito da Instituição.

Organograma 6 - Organograma do RURAP de 1991.



Fonte: Elaboração: Batista, A. J. (2017).

A Assessoria Jurídica (ASSEJUR) compete formular, revisar, examinar projetos de lei, decretos, convênios, regulamentos, regimentos e demais atos de interesse da instituição.

A Coordenadoria de Administração e Finanças (COAFI) cabe programar, coordenar, supervisionar, orientar e controlar a execução das atividades setoriais nas áreas de pessoal, comunicações administrativas, material, patrimônio, serviços gerais, transporte, orçamentária e finanças, contabilidade e contratos e convênios de acordo com as normas estabelecidas pelos sistemas organizados.

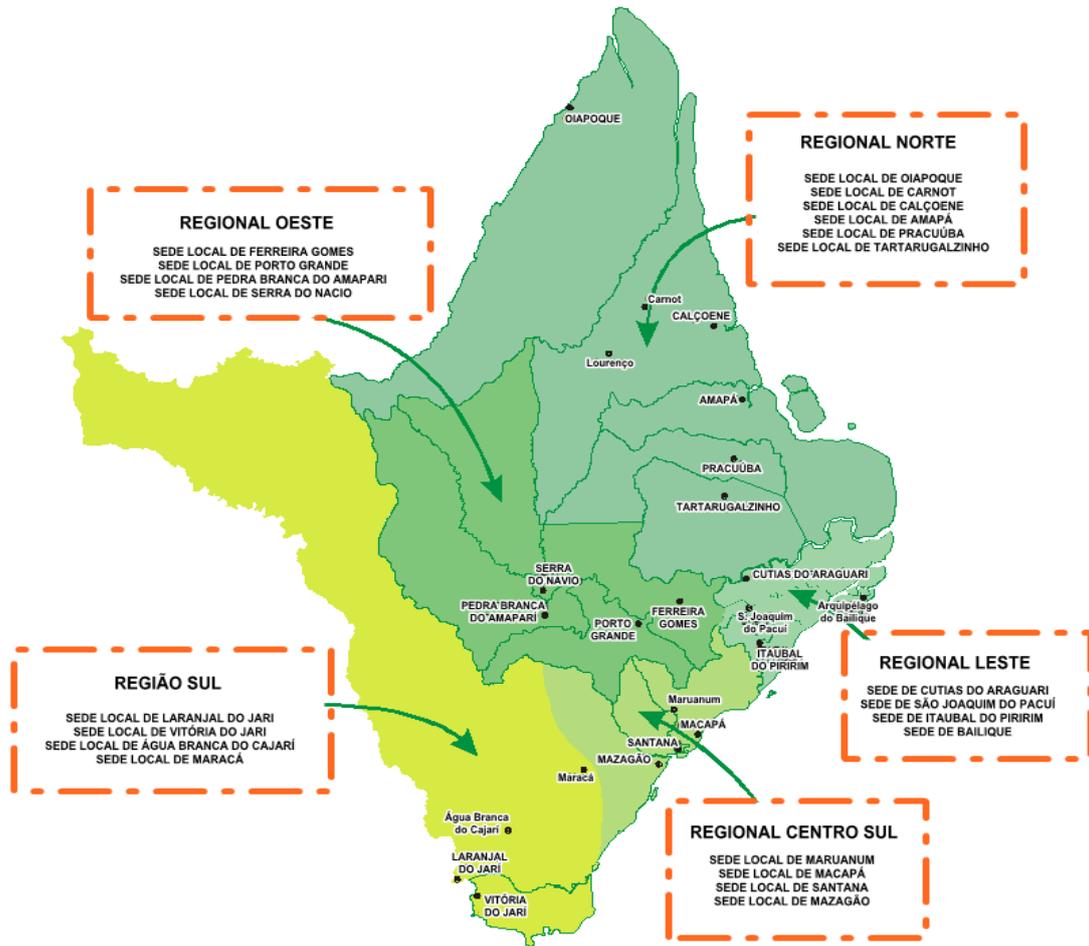
A Coordenadoria de Assistência Técnica e Extensão Rural (CATER) coordena os núcleos regionais leste, oeste, norte e sul da Assistência Técnica e Extensão Rural. Enquanto que a Coordenadoria de Técnica Agropecuária (CTA) é responsável pelos núcleos de extensão tecnológica, metodologia e comunicação rural, bem como pela biblioteca e a difusão de tecnologia. Na Coordenadoria de Processamento e Qualidade Alimentar (CPQA), estão o núcleo responsável pela agricultura familiar e a unidade de mercado e comercialização.

Os Núcleos Regionais são os pontos de ligação entre o campo e a cidade, através do assessoramento às sedes locais visando, sobretudo, o apoio logístico nas atividades de assistência técnica e extensão rural.

De acordo com o RURAP as sedes locais localizadas nos dezesseis municípios do Estado e em seis distritos estratégicos são a vitrine da Extensão Rural, de onde se desenrolam as políticas de desenvolvimento rural.

As sedes locais inseridas geograficamente nos pólos de desenvolvimento constituem-se o espaço sociológico da Extensão Rural, de onde se executam as políticas de desenvolvimento rural do Estado, com o assessoramento dos regionais, sobretudo com o apoio logístico nas atividades de assistência técnica e extensão rural facilitadas pela Coordenadoria de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Mapa 4 - Sedes Locais por Regiões no ano de 2015.



Fonte: Relatório de atividades (RURAP, 2015, p. 6).

Atualmente a prática extensionista é desenvolvida de acordo com o Quadro 10:

Quadro 10 - Comunidades Assistidas por Sede Local no Estado do Amapá no ano de 2015. (continua)

SEDE LOCAL	COMUNIDADES
AMAPÁ	Cruzeiro, Piquiá, Amapá Grande, Calafate, Fazendas e Amapá, Base Aérea.
ÁGUA BRANCA DO CAJARI	Sororoca, Santa Clara, Água Branca, Mangueiro, Dona Maria, Marinho, Açaizal, Martins, Santarém, Boca do Braço, Acampamento, Aningal, Rio Calçoene.
BAILIQUE	Limão do Curuá, Ponta do Curuá, Igarapé Grande do Curuá, Itamatatuba, Jaburuzinho, Furo do Araguari, Foz do Gurijuba, Arraial, Igarapé Grande da Terra Firme, Livramento, Santo Antonio, Igaçaba, Bom Jardim, Cubana, Igarapé do Carneiro, Buritizal, Franco Grande, Freguesia, Igarapé do Jangada, Igarapé do Meio, Marinheiro de Fora, Igarapé do Macaco, Ponta da Esperança, Macedônia, Vila Progresso, Uricurituba, Mupeva, Terra Grande, Mauba, Progresso, Jaranduba, Sabrecado, Viado Grande, Franquinho, São Pedro, Anairoba, Igarapé Ferreira

conclusão

SEDE LOCAL	COMUNIDADES
CALÇOENE	Goiabal, Cunani, BR 156, Rio Calçoene, Calçoene, Mutum, Ilha Grande, Calafate, Juncal, Salgadeira/Asa Aberta, Irineu, Peixe Boi.
CARNOT	Carnot, Ramal do Lourenço e Cassiporé
CUTIAS DO ARAGUARI	Sagrado Coração de Maria, Livramento, São Sebastião, Bom Destino, Liberdade, Creio em Deus, Pracuúba, São Paulo, Bom Amigo, Alta Floresta, Gurupora, São Raimundo, Alegria, Deus por nós, Alta Floresta, Samauma, Ramal do Alho, Capoeira do Rei, São Joaquim do Pacuí, Cutias, Rio Araguari, Médio e Baixo Araguari, S. C. de Maria, Areia Branca, Área Fluvial.
FERREIRA GOMES	Periferia, Paredão, Terra Preta, Água Viva, Triunfo, Aporema, Acapuzal, Tracajatuba, Caldeirão, Vila Nova, São Raimundo, Rio Araguari, Com. Ferreirinha, Limoeiro do Paredão, Alfacinho, Igarapé da Palha, São Tomé, Nova Vida, BR 156 Km 119, Arrepido.
ITAUBAL DO PIRIRIM	Itaubal, Inajá, Curicaca, Carmo, Tracajatuba III, São Miguel, Uruá, Jupati, Cobra, Capim, Igarapé Novo, Pau Mulato, Foz do Macacoari.
LARANJAL DO JARI	Iratapuru, Cachoeira, São Militão, São José, Padaria, Tira Couro, Assentamento Maria de Nazaré Mineiro, Arapiranga, França Rocha, Fé em Deus, Bacia Branca, Muriacá, Igarapé do Meio, Retiro.
MAZAGÃO	Piquiazal, Mazagão Velho, Rio Preto, Carvão, Ajudante, Periferia de Mazagão, Recreio, Camaipi, Foz do Mazagão Velho.
MACAPÁ	Campina Grande, Torrão do Matapi, Areal, Igarapé das Armas, Tessalônica, São Pedro dos Bois, Ariri, Ambé, Peixe Boi, Curiaú, Casa Grande, Ressaca da Pedreira, Abacate da Pedreira, Lontra da Pedreira, Santo Antonio da Pedreira, Tamanduá, retiro Santo Antonio, Alegre, Região Fluvial da Pedreira
MARACÁ	Vila Maracá, Marvim, Pancada, Laranjal do Maracá, Itaubal, Ponte do Breu, Rio Preto, Central do Maracá, Conceição, Igarapé do Lago, Santa Maria, São Miguel, São José, São Jorge.
MARUANUM	Fátima, Santa Maria, São José, São Pedro, Carmo, Santa Luzia, Torrão, Conceição Pirativa, São Sebastião, São Benedito, Igarapé do Lago, Limão, Vila Nova, Igarapé do Bispo e São Raimundo.
OIAPOQUE	BR 156, Cassiporé, Margem Direita do Rio Oiapoque, Pantanary e Oiapoque, Santa Izabel, Manga, Kumarumã, Kumenê, Encruzo
PEDRA BRANCA	Tucano I, Tucano II, Sete Ilhas, Riozinho, São Sebastião do Cachaço, Centro Novo, Arrepido, Água Fria, Pedra Branca, São José do Cachorrinho, Xivete, Stephaneo, Nova Divisão.
PRACUÚBA	Cujubim, Pracuúba, Pernambuco, Flexal, Breu, São Miguel, Santa Tereza, Açaizal, Porto Franco, Tucumã, Porto baixo, Tucunaré.
PORTO GRANDE	Colônia Agrícola do Matapi (Linhas: A,B,C,C,G e H), E.F.A (Km 132/142), Campo Verde, Limão, Cupixi e Vila Nova.
SERRA DO NAVIO	Assentamento do Silvestre, Água Branca, Cachaço, Sucuriçu, Stephaneo, Anta, Jararaca, P. Socorro.
SANTANA	Ilha de Santana, Periferia de Santana, São José do Matapi, Pirativa, Coração, Ananindeua, São João do Matapi, Polo, Km 09
SÃO JOAQUIM DO PACUÍ	São Joaquim, Santa Luzia, Corre Água, Ponta Grossa, Dois Irmãos, Catanzal, São Tomé, Garimpo, São Benedito, Lago Papagaio, São Francisco, São Sebastião, Tracajatuba I, Carobal do Piririm, Vila do Damasio.
TARTARUGALZINHO	Itaubal do Amapá, Bom Jesus, Terra Firme, Aporema, Lago Duas Bocas, Pedra Malhada, Tartarugalzinho, Assentamento Governador Janary, Lago Novo.
VITÓRIA DO JARÍ	Jarilândia, Marapi, Marajó, Arapiranga, Caracurú, Felipe, Muriacá, Beiradinho.

Fonte: Relatório de atividades (RURAP, 2015)

5.3 A PRÁTICA EXTENSIONISTA

5.3.1 Público Beneficiário

O RURAP direcionou suas ações na implementação das políticas públicas do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, A Tabela 11 demonstra os beneficiados:

Tabela 11 - Público Beneficiário das Atividades no Estado do Amapá no período de 1991 à 2017

ANO	BENEFICIÁRIO
1991	266
1992	757
1994	756
1995	6.100
1996	10.108
1997	13.086
1998	6.824
1999	8.756
2.000	13.840
2001	17.300
2002	14.320
2003	12.790
2004	12.510
2005	12.711
2008	12.248
2009	12.778
2010	10.226
2011	8.639
2012	13.785
2014	12.943
2015	8.197
2016	14.375
2017	13.708

Fonte: Relatórios RURAP (1992, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016, 2017).

O Relatório da RURAP (2005, p. 16 e 17) demonstra que a Extensão rural esteve presente nas terras indígenas, com trabalhos embasados nos princípios da agroecologia, com a parceria da Associação dos Povos Indígenas e da Funai.

As comunidades rurais negras do Estado, a partir de programas específicos, foi assegurado a participação no desenvolvimento do Estado. O Convênio firmado com o

INCRA, na ordem de R\$ 666.618,14 (seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e quatorze centavos) no exercício de 2005 possibilitou ao RURAP a prestação de uma assistência técnica mais efetiva, com a integração das famílias assentadas no processo produtivo do Estado, construída a partir dos principais sujeitos do processo, tendo como suporte as cooperativas e associações.

Neste sentido, o RURAP colaborou na implantação, divulgação e consolidação do Programa de Reforma Agrária no Estado atendendo a 1.777 famílias assentadas.

5.3.2 Associativismo

Os esforços especiais foram concentrados no Programa de Associativismo, com ações convergidas para as cooperativas de produção, associação de produtores, colônias de pescadores, grupos de produtores, grupos de senhoras e para os conselhos municipais. Esses seguimentos fundamentados no incentivo, gestão e controle têm proporcionado a seus membros, novas oportunidades de negócios rentáveis, pelo aspecto dinâmico de articulação favorecido pelo PDSA. Sobre o Associativismo, o Entrevistado 4 relembra:

Em 1991, a região sul do estado, em Laranjal do Jari, trabalhou muito a questão do associativismo, nessa época a extensão rural trabalhou muito forte a questão dos grupos, nasceu muito grupo de senhoras, associação de agricultores, até cooperativa do sul, nasceram e fortaleceram nessa época. Mas logo depois, veio a era com o foco no desenvolvimento sustentável, que já foi uma mudança brusca de metodologia, de sistema de plantio. (ENTREVISTADO 4, 2017).

A Divisão de Organização concentrou esforços no assessoramento das atividades prioritárias conforme abaixo:

- Projeto de Comercialização desenvolvido na Cooperativa Mista dos Produtores Agroextrativistas do rio Iratapuru na inserção do biscoito e castanha torrada e salgada no mercado;
- Organização e criação da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade de Padaria (Laranjal do Jari) e a introdução da produção de banana no mercado Macapaense (Casa das Carnes);
- Organização e execução em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA) do I Encontro das Entidades Associativistas de Mazagão;
- Participação em parceria com a Organização das Cooperativas do Estado do Amapá (OCEAP) do processo de reorganização da Cooperativa Agroextrativista dos

Produtores das Comunidades do Cachaço e Água Branca com objetivo de operacionalizar o beneficiamento de frutas na fábrica existente no Município de Serra do Navio;

- Reorganização da Cooperativa Agroextrativista do Pacuí com objetivo de otimizar a fabricação mecanizada de farinha;
- Participação no I Seminário Alternativo para Desenvolvimento Sustentável na Terra Indígena Waiãpi;
- Participação na XXXVI Feira Agropecuária e II Feira do Desenvolvimento Sustentável com *stand* onde foi possível apresentar um amplo acervo sobre Associativismo, Cooperativismo, Sindicalismo e Crédito Rural (Tabela 12).

Tabela 12 - Formas Associativas no Estado do Amapá de 1995 à 2000

FORMA ASSOCIATIVA	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2008	2009	2010	2011	2012
COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO	10	12	17	30	29	35	05	25	08	15	34
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES	130	78	105	80	120	156	78	77	35	78	137
COLÔNIA DE PESCADORES	12	12	13	13	13	13	-	-	-	-	-
GRUPOS DE PRODUTORES	20	15	25	15	30	45	27	-	-	27	-
GRUPOS DE SENHORAS	15	20	25	18	25	30	-	-	-	-	-
CONSELHOS MUNICIPAIS	-	07	08	08	10	16	02	02	01	02	02

Fonte: Relatórios RURAP (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012).

No exercício de 2015, o RURAP atendeu um público de 8.197 agricultores familiares nas categorias de quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e assentados da reforma agrária.

No ano de 1991, o quadro de pessoal técnico foi composto de 20 funcionários, sendo que 5 técnicos de nível superior, 6 de técnicos de nível médio e 9 de administrativo. Durante o ano de 2000, as atividades extensionistas foram desenvolvidas nos 16 municípios do Estado, através das 22 sedes locais que prestaram assistência técnica e extensão rural a 275 comunidades rurais do Estado. Em 2001, 82% dos extensionistas encontravam-se no campo, fazendo fluir a missão da Empresa, eram 82 funcionários nos escritórios locais e 16 no escritório central, totalizando 98 funcionários.

Em 2003, o total do quadro de pessoal técnico era de 140 funcionários, visando atender maior número de produtores familiares e abranger um número significativo de comunidades rurais, o Governo do Estado contratou 60 técnicos, reforçando a força de

trabalho da Extensão Rural, localizada em todos os municípios do Estado; Em 2005 o Serviço de Extensão Rural Amapaense possuía 22 Sedes Locais, distribuídas em todos os municípios do Estado, apoiados na força de trabalho composta de 243 funcionários de diferentes áreas de formação profissional, sendo 121 técnicos, dentre os quais médicos veterinários, engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, zootecnistas e técnicos agrícolas, 28 administrativos, 42 do pessoal de apoio e 33 estagiários em experiência curricular.

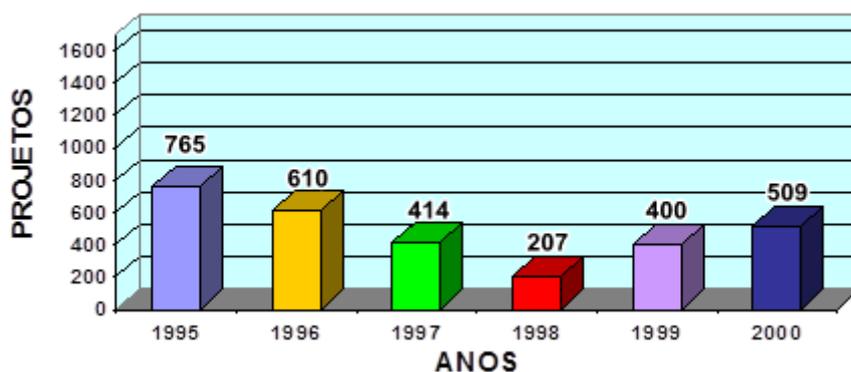
Em 2010, no período compreendido de janeiro a outubro, o RURAP atendeu através da assistência direta, a partir das sedes locais, a 10.226 agricultores familiares, nas categorias de quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e assentados da reforma agrária, contemplando 325 comunidades. No ano de 2017 o quadro de pessoal técnico teve como total de 141 funcionários.

Contudo observa-se que no ano de 2005, houve um crescimento no quadro de funcionários, sendo que esse número em 2017 caiu para 141 reduzindo assim o quadro de funcionários do RURAP.

O Governo do Estado tem investido na modernização de importantes setores da economia local e obtido resultados qualitativos. Nesse aspecto, o processo de profissionalização de produtores tem sido um dos principais componentes estratégicos, do ponto de vista da interconexão entre o saber científico e o saber empírico, tendo como objetivo, um projeto humanista que possa viabilizar emprego, renda e a preservação do meio ambiente.

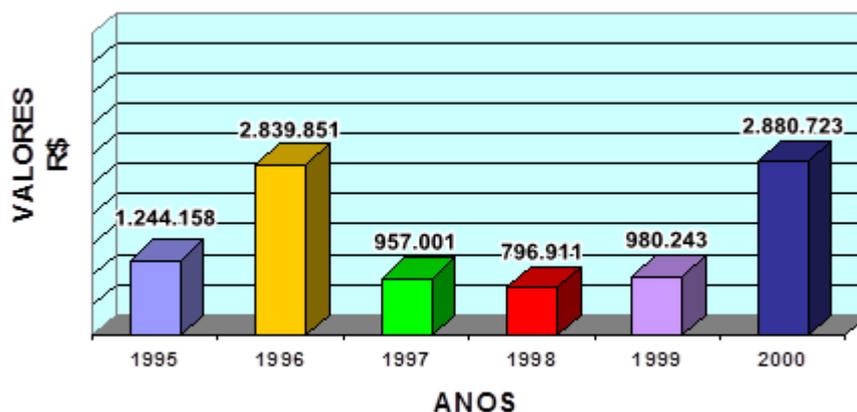
O Crédito Rural, dentro da visão educativa, foi um referencial para uma economia viável, através da valorização de atividades regionais, inseridas no contexto do Programa de Desenvolvimento Sustentável, que englobou uma agricultura de base familiar com feições amazônicas. Foi envolvido um montante de R\$ 2.880.723,96 (dois milhões oitocentos e oitenta mil setecentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos) distribuídos de acordo com os Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - Projetos Aprovados no Estado do Amapá no período de 1995 à 2000.



Fonte: Relatório RURAP (2000).

GRÁFICO 4 - Valores Contratados no Estado do Amapá no período de 1995 à 2000.



Fonte: Relatório RURAP (2000).

As linhas de crédito destinadas ao Estado concorreram no processo de permanência dos produtores na zona rural, em razão das características propulsoras das atividades contempladas com projetos, o que certamente oportunizou a geração de renda. Entre os Programas estavam: PRODEX, PRORURAL, FRAP, PROCERA.

Entre as ações norteadas pelo RURAP destacaram-se a promoção dos pescadores, restituindo-lhes a dignidade de cidadãos capazes de gerenciar seus negócios nos aspectos gerencial e mercadológico, através das seguintes realizações: inundação de 720.000 m² de área para criadouro, introdução de 41.000 alevinos de curimatã, introdução de 145.000 alevinos de tambaqui, introdução de 15.000 alevinos de tilápia, elaboração de 101 projetos (FRAP) totalizando R\$ 192.818,65 (Cento e noventa e dois mil, oitocentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos), elaboração de 02 projetos (FNO) englobando um montante de R\$ 155.428,00 (Cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais), elaboração de

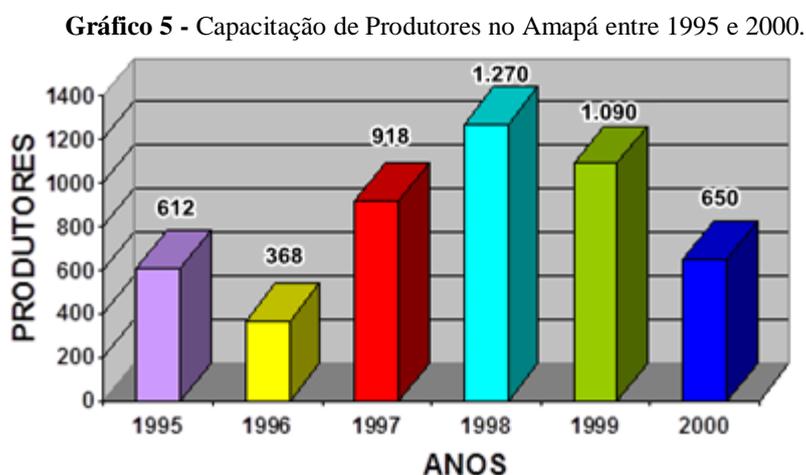
01 projeto comunitário envolvendo a importância de R\$ 94.000,00 (Noventa e quatro mil reais), curso de beneficiamento de pescado e cursos de piscicultura básica.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PA) tem dado bastante visibilidade ao Governo do Estado, em razão de sua função social, através da promoção e a articulação entre a produção de agricultores familiares enquadrados no PRONAF e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de organizações sócio assistenciais e dos programas sociais resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar, na melhoria alimentar e nutricional das pessoas beneficiárias através da doação de alimentos e na geração de trabalho e renda no campo (RURAP, 2015, p.19).

5.4 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

O RURAP proporcionou a capacitação do seu público-alvo, no próprio ambiente das comunidades rurais, através de ações práticas envolvendo todos os elementos que estavam inseridos nas diversas cadeias produtivas que compõem o agronegócio diante do exigente mercado consumidor (Gráfico 5).

As políticas públicas e os desafios para a agricultura familiar, têm sido na direção dos novos enfoques da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), um compromisso assumido pelo Governo do Estado. Este compromisso fundamenta-se no diálogo construtivo com as famílias rurais com suas respectivas entidades, na construção do processo de desenvolvimento rural tendo como foco, a inclusão dos agricultores, quilombolas, indígenas, assentados, ribeirinhos, dentre outros, no processo produtivo do estado.



Fonte: Relatório RURAP (2000).

As novidades tecnológicas, traduzidas aos clientes de forma bastante interativa, visando acima de tudo a compreensão, é um dos pilares da assistência técnica e extensão rural, como uma das ferramentas para o aprimoramento do conhecimento.

Diante do exposto sobre a capacitação neste período o entrevistado 14 (2018) reforça que:

Como o RURAP teve que se manter com os recursos estaduais, todo aquele processo que tinha de se formar o extensionista e toda aquela coisa de formação praticamente zero, não tem mais, o trabalho dos extensionistas tem sido somente de entregar relatórios mensais no prédio do Rurap. (ENTREVISTADO 14, 2018)

Analisando tudo o que foi pesquisado e comparando com o que foi apresentado nos outros períodos da extensão rural, percebe-se uma grande diferença no processo de capacitação, houve na realidade um crescimento descontínuo provocado por falta de recursos e pelo próprio descaso do governo para com a extensão.

Outro fato importante a ser relatado foi o incêndio que houve no prédio do RURAP no dia 21 de fevereiro de 2011, o que acarretou na destruição de uma parte do prédio, tudo por conta do armazenamento de combustível localizado na parte superior do mesmo, sumindo dessa forma toda uma história, seus registros, documentos das formações dos extensionistas, enfim, desapareceram ciclos de estudos.

5.5 AS PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESSE PERÍODO

As culturas alimentares estão intrinsecamente ligadas à cultura dos povos da Amazônia, além de possuir um valor de fundamental importância para as famílias, sobretudo a mandioca e a farinha que é o mais importante complemento alimentar (Tabelas 13 e 14).

Tabela 13 - Culturas Alimentares do Amapá entre 1996 à 2005 (continua)

ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
ARROZ										
Área (Ha)	766,36	880	800	825	1.200	2.182	1.960	2.360	2.760	3.264
Produção (Ton)	674,4	780	640	657	1.100	1.816	1.762	3.085	3.085	4.006
FEIJÃO										
Área(Ha)	140	135,48	150	289	300	1.042	981	638	802	1.072
Produção (Ton)	44,8	42	45	132	120	662	600	313	430	682

(conclusão)

ANO	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
MILHO										
Área (Ha)	948	778	800	1.170	1.200	1.885	1.870	1.382	1.280	1.568
Produção (Ton)	644,6	530	560	828	840	1.465	1.470	1.061	926	1.330
MANDIOCA										
Área (Ha)	3.255,7	3.241,9	3.550	4.000	4.500	6.856	7.020	6.375	6.830	7.535
Produção (Ton)	10.161	10.211	10.650	12.042	15.916	19.583	24.900	22.000	23.567	26.686

Fonte: Relatórios RURAP (1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005).

Tabela 14 - Culturas Alimentares do Amapá entre 2009 à 2017.

ANO	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ARROZ								
ÁREA (HA)	3.850	2.650	2.432	2.150	1.900	1.650	1.367	1.433
PRODUÇÃO (TON)	4.450	2.833	2.380	2.390	2.189	1.600	1.312	1.370
FELJÃO								
ÁREA(HA)	1.900	1.123	1.158	1.260	1.180	1.100	1.258	-
PRODUÇÃO (TON)	1580	954	984	1.180	1.108	980	1.100	-
MILHO								
ÁREA (HA)	3.600	3.062	2.145	2.250	2.150	1.750	1.546	1.591
PRODUÇÃO (TON)	3.250	2.611	2.435	2.011	1.980	1.650	1.517	1.564
MANDIOCA								
ÁREA (HA)	11.500	10.517	11.388	11.850	14.500	12.500	11.820	12.860
PRODUÇÃO (TON)	138.500	126.505	128.330	134.720	159.650	156.875	148.650	166.580

Fonte: Relatórios RURAP (2009, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

A produção de grãos a partir de 2015 apresentou boas perspectivas de recuperação do aumento da produção e produtividade no estado, tendo em vista ações a serem delineadas em conjunto com a EMBRAPA, através da melhoria do sistema produtivo.

5.5.1 Fruticultura

A exploração frutícola, conforme mostra o quadro abaixo deu um salto significativo no Estado, com resultados palpáveis visando diminuir a dependência da importação de outros Estados (Tabelas 15 e 16).

Tabela 15: Produção Frutífera no Amapá entre 1995 à 2005.

(continua)

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
ABACAXI											
Área (Ha)	80	183,5	189	186	387	425	295	258	202	231	271
Produção	640	1.468	1.512	1.488	1.973	4.250	1.291	1.005	791	706	894

(conclusão)

ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BANANA											
Área (Ha)	280	327	297	290	657	722.7	625	560	540	525	680
Produção	106.398	203.067	183.843	181.000	394.200	3.590	2.808	2.460	7.373	2.072	2.635
CUPUAÇU											
Área (Ha)	95	183,5	185	290	376	387	1.600	-	-	-	-
Produção	131.575	254.147	246.835	181.000	752	719.82	2.880	-	-	-	-
LARANJA											
Área (Ha)	230	387,5	620	400	458	400	762	785	765	780	855
Produção	106.398	320.012	511.500	240.000	255.350	4.800	7.886	7.423	7.363	7.502	8.300
MARACUJÁ											
Área (ha)	20	56,3	53,9	51	40	-	-	-	-	-	-
Produção	90	339,6	323,4	306	275	-	-	-	-	-	-
MAMÃO											
Área (Ha)	-	-	-	37	40	-	-	-	-	-	-
Produção Obtida	-	-	-	140	180	-	-	-	-	-	-
GRAVIOLA											
Área (Ha)	-	-	6,8	8,9	10	-	-	-	-	-	-
Produção	-	-	22.644	29.481	40.000	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatórios RURAP (1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005).

Tabela 16: Produção Frutífera no Amapá entre 2008 à 2017.

ANO	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
ABACAXI									
Área (Ha)	587	750	916	1.101	1.260	1.323	1.150	1.150	1.356
Produção	1.671	2.800	4.230	5.323	7.250	8.264	8.107	8.107	10.198
BANANA									
Área (Ha)	587	587	1.523	1.690	1.985	2.086	2.150	2.150	2.180
Produção	4.365	4.365	12.162	15.132	17.115	18.124	18.850	18.850	19.873
CUPUAÇU									
Área (Ha)	863	863	-	-	-	-	-	-	-
Produção	3.214	3.214	-	-	-	-	-	-	-
LARANJA									
Área (Ha)	1.153	1.300	1.320	1.420	1.560	1.170	1.120	1.120	890
Produção	9.875	13.600	13.306	13.500	14.150	10.670	9.250	9.250	6.520

Fonte: Relatórios RURAP (2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

De acordo com a Tabela 15 observa-se que a Banana teve a produção por cacho, a Laranja foi produção por cento, o abacaxi teve produção em mil frutos, o Cupuaçu e a Graviola a produção foi por cento, já o Maracujá e o Mamão a produção foi por tonelada.

A exploração de frutas é uma atividade que até em 2005 estava em expansão no Estado, o trabalho era incentivado pela produção de mudas, nos princípios da qualidade e da diversificação, criando oportunidades locais.

5.5.2 Produção de mudas

O RURAP, com fundamental apoio do Governo do Estado, dirigiu esforços para viabilizar os estabelecimentos rurais, especialmente as pequenas propriedades, através da produção de mudas, como alternativa de renda e no suporte da fruticultura, que gradativamente vem incrementando a agroindústria, como o maior fator de agregação de valor da atividade agrícola (Tabela 17).

Tabela 17: Mudanças Frutíferas e Florestais no Estado do Amapá entre os anos de 1995 e 2000.

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
MUDAS FRUTÍFERAS E FLORESTAIS	65.000	189.300	154.070	71.098	109.579	200.000

Fonte: Relatórios RURAP (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000).

Entre as mudas frutíferas estavam: o açaí, acerola, abacate, biriba, cupuaçu, jaca da bahia, laranja, maracujá, manga, murici e pupunha.

As estratégias adotadas pela comercialização, assegurou melhores preços no mercado, através de mecanismos baseados na melhoria do padrão de qualidade da Castanha beneficiada, e seus derivados, o que conseqüentemente veio proporcionar a elevação de renda na comunidade extrativista.

O RURAP implementa uma política de valorização da cultura popular atualmente fragilizada pelo crescente processo de urbanização e globalização da sociedade brasileira. Essa política se traduz em manifestações de apoio culturais dos municípios, em especial os festivais da cultura agrícola, típica de cada região.

Esses festivais tinham duração de 2 ou 3 dias e incluem programação diversa envolvendo danças folclóricas, confecção e apresentação de comidas típicas, os festivais eram: Açaí (Santana), Abacaxi (Porto Grande), Anana (Pedra Branca), Caju (Ferreira Gomes), Castanha (Laranjal do Jarí), Cupuaçu (Serra do Navio), Inajá (São Joaquim do Pacuí), Laranja (Matapí), Milho verde (Lontra da Pedreira), Mandioca (Mazagão Velho), Mandioca (Itaubal), Tucunaré (Pracuúba).

Para alcançar os objetivos propostos através do cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Anual de Trabalho, mantendo uma abrangência desejada, o RURAP valeu-se de uma base metodológica, que proporcionou suporte e operacionalidade, entre os quais o uso de métodos apropriados para melhor comunicação entre os extensionistas e o público assistido. O RURAP utilizou-se dos seguintes métodos como os individuais, grupais e massais, tais como: reuniões, visitas, demonstrações de métodos, excursões, dia de campo, seminários, cursos, campanha, exposições educativas e etc...

No intuito de dinamizar as ações extensionistas, através de uma linguagem simples e objetiva, o RURAP valeu-se de diversos recursos que foram largamente utilizados como apoio aos métodos de extensão rural: cartaz, cartilha, convite, folder.

A Associação dos Produtores da Vila Valdemar (APROVA), localizada no Coração, com um total de 40 associados, tiveram a iniciativa de procurar a SDR e RURAP a fim de montarem uma estratégia de venda direta de seus produtos, sem a intervenção de atravessadores, e a partir desta ideia surgiu a Feira Itinerante, a qual começou a ser realizada em dezembro de 2016 contando com a participação da CPQA que é uma empresa de consultoria, auditoria e treinamento em qualidade Ltda, a qual acompanhou todas as feiras fazendo levantamento e observações do que poder ser melhorado na apresentação dos produtos à serem comercializados.

No mês de dezembro foram realizadas 3 feiras, sendo 2 no Loteamento Macapaba e 1 no Bairro do Zerão.

Em parceria com a Sede Local de Macapá foi realizada uma oficina de produção de composto orgânico no assentamento Santo Antônio da pedreira e em parceria com o SENAR-AP dois cursos de horta orgânica no município de Santana na área portuária e delta do Matapi respectivamente.

Produção de 2m³ de composto orgânico; 500L de bio fertilizante líquido aeróbio; 01 T de bockashy sólido; construção de uma composteira doméstica para resíduos de cozinha I; construção de um minhocário com estrutura de bambu; construção de um galinheiro móvel.

A olericultura deu um salto de qualidade no abastecimento da população urbana, com a produção de hortaliças gerando emprego e renda. Igualmente importante foram os trabalhos realizados com as escolas, tendo como objetivo a melhoria da qualidade alimentar.

Os polos de piscicultura é um projeto tem como objetivo o fomento da criação de peixes regionais em tanques feitos no solo.

6 O DISCURSO E A PRÁTICA EXTENSIONISTA NO ESTADO DO AMAPÁ

A história da ATER no Amapá, de acordo com seus interlocutores extensionistas, que atuaram ou ainda estão na missão de desenvolver os serviços de assistência técnica e extensão rural do Estado, descrevem a mesma como espaço de encontros, interações e conflitos, onde foram compartilhados saberes de vida, visões de mundo e especificidades; entre as instituições da ATER, Universidades, extensionistas e produtores, provocando modificações nas políticas da ATER, na gestão e metodologia.

Neste contexto, a presente pesquisa analisou o discurso e a prática da ATER, primeiramente em uma visão geral dos primórdios da mesma no mundo e a nível nacional. Porém, o foco maior concentrou-se no Território Federal e atual Estado do Amapá.

Buscou-se compreender a ATER, enquanto política de disseminação do conhecimento para o desenvolvimento rural. Assim sendo, foram analisados: trajetória, políticas aplicadas, programas, metodologias utilizadas, contribuições, limites e desafios perante as políticas nacionais e estaduais.

Foram identificadas concepções e orientações que determinaram esses movimentos, como a política de ATER se configurou, seus subsídios para o desenvolvimento rural. Verificou-se ainda, a carência de pesquisas científicas, que evidenciem o desenvolvimento da ATER no Amapá e por subseqüência, a necessidade de novas pesquisas.

Para facilitar a análise e discussão, os fatos foram divididos em 03 (três) partes, a primeira trata do diferencial entre as ATERs e os programas desenvolvidos, do princípio aos dias atuais; a segunda aborda a metodologia adquirida pelos extensionistas durante a formação, o planejamento das atividades e a forma como os extensionistas atuavam junto aos produtores e por fim, a apreciação do desenvolvimento da extensão rural no Amapá.

6.1 AS POLÍTICAS DE ATER: ACAR, ASTER, EMATER, FATER E RURAP

Em se tratando do desenvolvimento agropecuário do Estado do Amapá, este pode ser hierarquizado através de modelos que caracterizam as diferentes dinâmicas temporais da ocupação, o modelo “tradicional”, modelo “difusionismo produtivista”; o modelo “desenvolvimentista”; e o modelo “socioambiental”.

Autores como Abramovay (2007), Caporal (1991, 2003, 2004), Filocreão (2007) e Romaniello (2015) fazem reflexões sobre a permanência dessas características que se confrontam segundo os diferentes interesses que advogam.

O primeiro grande período se caracterizou por fases de expansão e recessão, em função de guardar o território fazendo surgir os primeiros núcleos populacionais e com eles, a agricultura de subsistência com a utilização da mão-de-obra familiar e recursos financeiros próprios.

Esta fase favoreceu à intensificação do povoamento, especialmente entre 1901 e 1943, e que se caracterizou por uma efetiva passagem da integração definitiva do Amapá ao território brasileiro, culminando com a criação do Território Federal, em 1943 (IBGE, 2014).

A produção era mínima, não se tinha orientação, principalmente para produzir, como plantar corretamente, (espaçamento, campina, tipos de sementes, introdução de novas culturas) como por exemplo, a mandioca, que era o “carro chefe” do cultivo de subsistência.

O segundo grande período da história do desenvolvimento rural no Amapá se inicia a partir de 1974, o Presidente Ernesto Geisel “estatizou” os serviços de extensão rural para os produtores rurais, implantando a ABCAR, e com ela a ACAR/AP que realizou os primórdios dos serviços de extensão rural, o desbravamento de entrar no interior, de reconhecer a realidade e de prospectar o meio rural.

A política de investimento era na unidade familiar, com gestão descentralizada e flexível, permitindo a participação dos agricultores e sociedade. O suporte eram os créditos agrícolas subsidiados que era chamado de “difusionismo produtivista”, baseando-se na aquisição por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados).

No entanto, a dependência financeira ao Sistema Brasileiro de Extensão Rural, obrigou o Território do Amapá a colocar em prática os programas e projetos emanados do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), sem as devidas adequações para as peculiaridades regionais da Amazônia (FILOCREÃO, 2007).

Entre os programas desenvolvidos estava o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR), a atividade se deu por uma necessidade imediata de viabilizar alguns programas governamentais, e também de abrangência do Território pelas políticas extensionistas. Sobre esses acontecimentos, o Entrevistado 2¹⁴ explica:

A ordem era plantar seringueira clonada, para empreender o produto deles depois os agroquímicos, os agrotóxicos, ou seja, se o agricultor quisesse plantar açaí ou manejar açaí, propusesse isso na hora, o que acontecia, a gente ia acatar e aí começava os entraves. (ENTREVISTADO 2, 2017).

¹⁴ Entrevista cedida no dia 14 de julho de 2017, o entrevistado atuou como extensionista.

A política aplicada era a que vinha da Política Nacional, ou seja, pacotes fechados. Entre eles, estava o plantio da seringueira, por mais que houvesse interesse no plantio de milho.

Com o fim do governo militar se estabeleceu um novo período para a região na corrente das mudanças internacionais que demandam novas estratégias para o desenvolvimento. Inicia-se o período “desenvolvimentista”.

Para atender as novas formatações institucionais em 1978, a ACAR/AP foi substituída pela ASTER/AP, a mudança se deu, haja vista, devido a expansão das atividades da ATER no Amapá, para a qual a ACAR-AP não apresentava suporte, portanto os órgãos estaduais passaram a chamar EMATER e os territórios de ASTER.

No período da ASTER/AP, houve mudança da concepção, o crédito continuou a ser trabalhado, sendo que de uma forma educativa, de buscar os investimentos para as propriedades, mas educando os produtores a se organizarem.

O crédito do BASA e Banco do Brasil, eram voltados mais para agricultura, para os produtos alimentares: mandioca, milho e arroz e também para a pecuária. Os programas eram para as áreas de associativismo, cooperativismo, mas obedeciam diretrizes, eram feitos planejamentos anuais que vinham de Brasília.

Houve avanço nos serviços, cresceu o quadro de servidores, percebeu-se a necessidade de atender as famílias, não apenas no aspecto econômico de dar assistência ao gado e a plantação, mas também a família. E para isso trouxe para o seu quadro: antropólogos, sociólogos, profissionais da área social e outros.

O novo quadro de profissionais da Instituição, qualificou os serviços, no entendimento da organização das comunidades, para desenvolver um trabalho focado no desenvolvimento familiar.

Desta forma, a extensão trabalhou o crédito rural de uma forma educativa e não mais, o crédito pelo crédito, de orientar o produtor a pleitear ou buscar um financiamento de acordo com a sua necessidade, mas sempre fazendo o projeto segundo a sua viabilidade, ensinando fazer a contabilidade, mas priorizando as necessidades básicas e a alimentação da família, ou seja, a atuação com um pouco de empreendedorismo. O Entrevistado 9¹⁵ comenta a visão sobre o serviço da ATER na época:

¹⁵ Entrevista cedida no dia 18 de julho de 2017, o entrevistado atuou como extensionista.

Teve um olhar não apenas para a produtividade, adotou uma metodologia de olhar a família, uma coisa é você ir à propriedade para olhar o gado, as plantas, sem olhar a família, as pessoas. A EMBRATER e ASTER começou a enxergar as pessoas, as famílias, priorizando-os na sua ação política. A interação na comunidade passou a ser diferente. (ENTREVISTADO 9, 2017).

Nessa visão, os aspectos que merecem destaque são as linhas de políticas associativas, e preparo desse produtor para reivindicar suas necessidades na área da educação, saúde e estrada. Eram preparados para a formação de cooperativas, para que eles também pudessem ter voz nas participações, pois a maioria não sabia ler e escrever, era necessário pegar as informações e transformá-las em formas acessíveis, mais ilustrada, trabalhar com o filho do produtor que já tinha alguma instrução.

Nesta época, o crescimento foi contínuo, as sementes eram certificadas pelo Programa Nacional de Sementes (PLANASEM), era selecionado algumas áreas e esses agricultores recebiam toda a assistência técnica para produzir (ABRASEM, 2016). A Companhia de Desenvolvimento do Amapá (CODEASA), vendia por um preço acessível as sementes aos agricultores e o Estado do Amapá exportava essas sementes.

Outro programa que a própria Instituição desenvolveu foi produção de mudas, desenvolvidas junto aos escritórios locais, muitos agricultores não sabiam o que era enxertilha, e muitos aprenderam a enxertar com os extensionistas. Houve desenvolvimento também na criação de suíno cultura, bovinocultura, além da introdução de arados com búfalos para a mecanização agrícola.

Com a Constituição de 1988, o então Território passa à condição de Unidade da Federação, dispendo de maior autonomia, no ano de 1990, por meio do Decreto nº 0025/90, ocorreu a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá (EMATER-AMAPÁ), a qual passou a ser responsável pelos serviços da ATER no Estado (BRASIL, 1990).

Porém, neste período a EMBRATER foi extinta, e com ela o aporte dos recursos financeiros, que correspondia à 50% do orçamento para a manutenção do serviço da ATER, o que desencadeou retração federal no suporte técnico, administrativo, político e financeiro, que provocou um aumento nas responsabilidades financeiras para o Estado do Amapá.

Com o orçamento reduzido para o desenvolvimento das atividades em campo, a EMATER-AMAPÁ foi substituída em 1991, pela Fundação de Assistência Técnica e Extensão Rural (FATER), pelo Decreto nº 097. No entanto, a FATER, por não atender os

preceitos administrativos de autonomia, para os fins que se destinava a ATER, foi substituída três meses depois de ser criada.

Desta forma, em agosto de 1991, por meio do Decreto nº 0122/90 foi criado o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), entre as primeiras deliberações estava o fim da educação informal entre os anos de 1991 à 2010 a ATER ficou sem extensionista da área social, passando assim a atuar somente na área econômica, isso foi um entrave, pois, o ser humano é um misto de situações e que não se trabalha apenas uma área do ser humano (BRASIL, 1990).

A PNATER mudou o perfil do extensionista, o enfoque do sistema de produção e do crédito deixa de ser assistencialista e passa a ser uma política orientada, onde o agricultor passa a ser mais respeitado no processo e o extensionista deixa de ser o dono da verdade e passa a ser o dono do processo, ou seja, o incentivador.

Nesse sentido, a ação extensionista no âmbito da PNATER, vem contribuindo com a implementação de uma série de políticas e programas. Isso inclui a política de financiamento e proteção da produção, como PRONAF e Garantia Safra, políticas e programas de agregação de valor e geração de renda, de comercialização da produção, tais como o PAA, PGPAF e PNAE, políticas para o desenvolvimento territorial e educação do campo, políticas diferenciadas para públicos específicos da agricultura familiar, tais como mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais, que incluem os quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, entre outros.

A nível de Estado o Amapá, as empresas credenciadas para elaborar propostas e executar projetos de extensão são: RURAP, PESCAP e o Instituto de Florestas. Em 2014, o BASA deixou de fazer o fomento, passando a ser feito pelo Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá (FRAP) foi criado pela Lei Estadual Nº 0039, de 11 de dezembro de 1992.

O FRAP financiou o crédito e o subsídio, 40% para as atividades agrícolas e atividades extrativistas e 60% destinado às atividades produtivas, mas de forma coletiva. Objetivo financiar as atividades Agropecuárias, Extrativistas Vegetais, Agroindustriais e Pesca Artesanal, no âmbito do setor privado, ajudando a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amapá (AMAPÁ, 1992).

O Estado do Amapá não tem tido êxito com essa Política. Sobre a ação do extensionista no RURAP atualmente, o Entrevistado 8¹⁶ explica:

¹⁶ Entrevista cedida no dia 17 de julho de 2018, o entrevistado atuou como dirigente da extensão rural.

O extensionista só atua por demanda, não há mais organização de ação, só se forem solicitados, não tem planejamento, o que o RURAP faz de mais marcante, é executar o PAA. Porém, a vedete do trabalho extensionista sempre o foi o crédito rural e o RURAP perdeu essa credibilidade. Até por conta que o instrumento que gera o crédito rural é a DAP¹⁷, por exemplo, que necessita de internet e a nossa internet é capenga e na maioria dos escritórios não tem. Então, nesse sentido, ação do extensionista tem sido na comercialização institucional, do PAA e PNAE. Mas mesmo assim, uma parte do PAA é feito pela Conab. (ENTREVISTADO 8, 2017).

A extensão passou dois anos sem atuar no PAA, por falta de prestação de conta e a questão da estrutura, não tinha internet suficiente para o serviço. O PAA é todo online e a internet lenta, não conseguiu rodar o sistema. A forma de pagamento, também atrasaram os trabalhos, pois o produtor recebia com cheque, e agora cada um tem seu cartão.

Todo o levantamento era feito com as visitas na comunidade, mas no momento de alimentar o sistema com as informações devidas a internet não funcionava e todo esse transtorno acarretava em todo o trabalho de coleta, e conseqüentemente na falta do acompanhamento das informações, portanto toda a logística do trabalho era comprometida.

A década de 1990, com o desmonte do serviço da ATER, houveram muitos tropeços para a mesma no Amapá. O que não aconteceu com a EMATER Minas Gerais, que até hoje, continua sendo o carro chefe da extensão rural no país. Naquela ocasião, ela recebia uns vinte por cento dos recursos federais, o restante era recurso próprio, não dependiam do governo federal.

No Amapá, o maior volume de recursos eram os advindos da União, com o desmonte, passaram a ser assumidos pelo Estado e, é claro, o governo Estadual como não tinha muita afinidade com a extensão rural e como os recursos praticamente ficaram escassos, houveram prejuízos para a ATER, portanto, para recuperar credibilidade exigirá tempo.

Na década passada, foi criado a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER)¹⁸, que é um forte reconhecimento da importância estratégica que os serviços da ATER cumprem no processo de desenvolvimento do meio rural e também, uma necessidade de consolidar instrumentos inovadores e eficazes, que envolvem as esferas

¹⁷ Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Criado para identificar o agricultor familiar nas áreas rurais, o documento dá acesso a políticas como o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e aos programas de compra pública, como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (Pnae).

¹⁸ Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, foi instituída pelo Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014, sob a forma de Serviço Social Autônomo.

públicas e as instituições não governamentais, sintonizados com as dimensões social, econômica, ambiental e cultural (BRASIL, 2014).

O Ministério do Desenvolvimento é o responsável pelo investimento federal, o que ocorre é que uma parte do financiamento é liberada, mas o RURAP por conta da inadimplência não consegue acessar esses recursos. Outro fato importante e grave, é que a ANATER nasceu com um aporte financeiro em torno de quarenta e dois milhões de reais, para distribuir na assistência rural. Portanto, um de seus critérios que impera, é a questão do planejamento estratégico “sine qua non”, se não houver planejamento, não se libera o empréstimo.

Assim sendo, o RURAP não tem o aporte financeiro, devido a inadimplência em vários convênios federais, como por exemplo, o CONSAD, o Brasil sem miséria e o sustentabilidade. Quanto ao modelo “socioambiental”, este ainda está em estruturação, está surgindo como uma alternativa de desenvolvimento aos impactos de ordem econômica, social e ambiental gerados pelos problemas enfrentados pelo RURAP.

6.2 A METODOLOGIA UTILIZADA NOS SERVIÇOS DA ATER

Em se tratando das metodologias desenvolvidas pelo serviço da ATER, faz-se necessário ressaltar o antes (a preparação do extensionista para atuar na ATER e o planejamento da ação) e o durante (a comunicação entre extensionista e produtor).

A formação para a atuação na assistência técnica e extensão rural consistia, sobretudo, na reprodução de conhecimentos do ensino-aprendizagem, processos de adoção, liderança, comunidades e crédito rural. O objetivo era ensinar ao extensionista os métodos e estratégias que deveriam ser utilizados para fazer com que os agricultores e suas famílias passassem a adotar inovações tecnológicas na agricultura e no lar, bem como garantir a ideologia que deveria orientar a ação geral dos extensionistas.

As metodologias mais executadas era a demonstração de métodos das técnicas e as de alcance massal, como o dia de campo, a forma de desenvolver as atividades extensivas eram cobrados principalmente pelos financiadores da extensão rural da época, como o BIRD.

De forma bem detalhada, o entrevistado 5 explica como acontecia o processo de formação para ser um extensionista.

Fiz concurso público com prova prática e entrevista, depois o I módulo de pré-serviço, passei 01 (um) mês morando em uma propriedade rural e o produtor era envolvido, fazia uma supervisão do trabalho do extensionista, no fim, respondia a

um questionário dando sua opinião se o extensionista tinha aptidão ou não para trabalhar no meio rural para ser extensionista rural. O extensionista ficava totalmente a mercê da opinião do produtor, depois o II módulo de pré-serviço em um dos núcleos mais desenvolvidos da Emater (geralmente era Minas Gerais, Piauí, entre outros, com duração de no mínimo 03 meses), o módulo III de pré-serviço era estágio em um dos escritórios locais, aonde tinham que apresentar um projeto de desenvolvimento para uma comunidade. A gente estudava também o associativismo e o cooperativismo a fundo, a gente sabe que tem várias razões pelas quais não se desenvolve o cooperativismo no estado do Amapá, mas não foi por falta de conhecimento, pois era muito trabalhado durante o pré-serviço. (ENTREVISTADO 5, 2017).

Os assistentes eram capacitados e depois replicavam junto aos reprodutores, tinha toda uma sequência, todo um acompanhamento de supervisores, financiamento para aquisição da logística, desde a alimentação, que vinha da central em Brasília, o resultado era muito visível, tinha grupo de senhoras e jovens com suas hortas.

A constatação destas fundamentações da extensão rural, historicamente se apresenta como um “processo educativo” que implicaria no surgimento da crítica ao extensionismo de Paulo Freire¹⁹, ao escrever *Extensión o Comunicación?* centra sua análise no modelo de ação dos extensionistas (FREIRE, 1977).

Segundo o autor, o extensionista trabalha para a transferência de tecnologia, sem levar em conta o saber de seu público. Neste processo “não há comunicação”, porque “o que caracteriza a comunicação enquanto este, é comunicar, comunicando-se, de maneira que se haja o diálogo, constatando-se assim que o diálogo é comunicativo”.

Durante a ASTER/AP, o extensionista foi formado para desenvolver a metodologia de Rogers que trata da difusão que é o “processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais durante um tempo para os membros de um sistema social”. Assim sendo, destaca-se neste modelo quatro elementos: a inovação, a comunicação, o tempo e o sistema social”. (ROGERS,1995)

Com a democratização houve uma transição, a nova república mudou o enfoque, procurou-se sair deste modelo difusionista, para o modelo mais centrado em Paulo Freire, ou seja, o construtivismo, junto com a vontade do agricultor e o enfoque muito forte na organização rural e o protagonismo das organizações não era mais um problema tecnológico, mas sim um problema político da extensão rural. O Entrevistado 5 explica com paixão esta formação:

¹⁹ O livro *Extensión o Comunicación?* de Paulo Freire, foi publicado pela primeira vez, em 1969, pelo Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária, em Santiago, Chile. “Os camponeses, em lugar de (plena comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento (expresso por signos linguísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agrônomos”. (p.70)

A Ater era uma verdadeira escola, uma verdadeira família, nós conhecíamos todo mundo havia uma interação entre os técnicos e agricultores, tínhamos muita credibilidade com a comunidade, em função da seriedade, da sólida formação naquela ocasião, porque se uma das coisas que eram bastante considerada no sistema nacional de extensão rural, naquela época, era a formação do quadro, na formação do extensionista, e nesses aspectos éramos muito bem informados, treinados, em todas as situações que nos deparávamos, inclusive na própria questão política, não me refiro a partidária, mas a do própria questão política do ser humano, do cidadão, nos embreávamos, recebemos sólida formação. (ENTREVISTADO 5, 2017).

A partir dos anos 90, os novos extensionistas tiveram uma formação fundamentada na metodologia de Paulo Freire, houve-se a necessidade de mais estudos para se fundamentar. Antes, saía em campo o Técnico da área social que cuidava da higiene da família e da indústria rural caseira e o Técnico da área econômica responsável pela orientação da roça de plantio e do controle de pragas.

Apesar dos extensionistas irem à campo em pares, o trabalho era afastado, não havia interação para o trabalho em conjunto. Agora se tem um novo enfoque, a política da RURAP mudou, ambos têm que fazer a mesma função e animar o processo como todo.

No processo de formação o enfoque exigido para a relação do extensionista com o produtor era fundamentado no uso das metodologias como ferramentas e no pré-serviço (maior carga horária era da metodologia).

Com base na teoria do behaviorismo, onde cada ação corresponde uma reação, a metodologia adotada pela ACAR tentava domesticar o homem, dando respostas condicionadas a estímulos, de forma a convencer os agricultores a adotar as tecnologias (CAPORAL, 2006).

Do ponto de vista pedagógico, a relação entre produtor e extensionista era o difusionista de Rogers, que levava Freire (1983) a concluir que “parece claro o equívoco ao qual nos pode conduzir o conceito de extensão:

O de estender um conhecimento técnico até os camponeses, em lugar de (plena comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento (expresso por signos linguísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agrônomos (FREIRE, 1983 p.70).

Neste contexto, o Entrevistado 7 explica:

Na verdade, quando entrei, até na Escola agrícola, quando estudei, o modelo de ensino da escola, preparavam a gente para ser preescretores de agroquímicos, agrotóxicos. Então no campo a gente só obedecia, quem pagava nosso salário era o Bird, eles mandavam aqueles pacotes tecnológicos, que a gente tinha que abrir lá no campo (ENTREVISTADO 7, 2017).

Entende-se, desta forma que o bom extensionista que atuava na ACAR, deveria envolver os agricultores com o padrão de produção e consumo hegemônicos, altamente dependentes de insumos externos (provavelmente produtos externos a seu meio).

Em relação ao planejamento da ação rural, a empresa começava a se planejar no mês de outubro, a equipe de planejamento central, era uma equipe permanente. Sobre esse planejamento, o Entrevistado 2 relata:

O planejamento era a luz do que era planejado na EMBRATER e a empresa toda tinha um foco. Por exemplo, a empresa toda passou por diversos enfoques, assistencialismo, o crédito, depois focou o produtor, depois a comunidade e a família. Infelizmente, hoje, a extensão rural não tem mais esse planejamento, simplesmente trabalha por demanda, executando alguma política pública e não tem mais um norte para seguir, no campo os colegas estão totalmente trabalhando por demanda. (ENTREVISTADO 2, 2017).

O planejamento da extensão rural era participativo, a comunidade participava, não podia ser só com lideranças, tinha que reunir toda a comunidade. A reunião era supervisionada pela equipe de planejamento e pelo supervisor de área.

Neste contexto a comunidade trazia os problemas e com o extensionista elencavam possíveis soluções, o que a comunidade e a extensão pensava em fazer era competência de outros órgãos.

Depois do encontro com a comunidade, era feito um plano em conjunto, a luz do que foi discutido e debatido, a comunidade fazia todas suas solicitações através do mesmo, o extensionista era quem fazia o plano de trabalho, que começava a priori de maneira semanal, mensal, semestral e depois anual, o Entrevistado 10²⁰ comenta:

Em hipótese nenhuma a gente ia para o campo sem a nossa cartilha de planejamento, que era o nosso cronograma e tal. E muitas vezes eu fui abordado pelo supervisor de área. Por exemplo, o meu supervisor de área tinha meu cronograma e quando eu dava fé, ele estava atrás de mim. Ou seja, fazia-se cumprir. Hoje em dia não tem mais isso, não sei como a turma trabalha sem fazer o pró-técnico, a gente chamava de pró-terra, a junção de todos os planos das comunidades, fazia-se o plano território ou do Estado e isto era mandado para a Seplan e depois para a EMBRATER (ENTREVISTADO 10, 2017).

Os relatórios eram feitos diariamente, tudo o que era feito e o que era dito ficava registrado, os extensionistas tinham por obrigação conhecer a área de atuação e seus

²⁰ Entrevista cedida no dia 26 de julho de 2017, o entrevistado atuou como extensionista.

problemas, buscando conhecimentos para a resolução de problemas apresentados na comunidade.

Depois de todo esse trabalho, havia um plano anual do escritório que nada mais era a junção do trabalho dos extensionistas obtida nas comunidades. Mas as discussões dividiam as responsabilidades, tudo que era discutido era de fato responsabilidade da extensão e o que não era de competência da extensão a demanda era levada para o órgão competente.

Os entrevistados relataram que o mecanismo de avaliação era o instrumento da Regional, que possuía uma equipe exclusiva para este trabalho. Sem o extensionista saber, os agricultores preenchiam um questionário que nada mais era, uma avaliação de aperfeiçoamento. A partir do RURAP/AP, o planejamento era feito pela própria comunidade, invertiam-se os papéis, atualmente, esse planejamento não tem acontecido.

Em se tratando da pecuária, a ideologia era muito forte, com relação ao agricultor de baixa renda. Os defensores da pecuária achavam que os defensores da mandioca, eram atrasados, que não tinham mentalidade, que nunca iriam evoluir. Essa divergência dificultava muito, pois se tinha chefes que era da pecuária e outros que eram da agricultura.

Ao assumir funções de aparelho do Estado, a ATER sofria as influências do poder relacional do Estado Classista, determinado pelos interesses das classes dominantes, ou seja, quando assumia a classe que defendia os extensionistas da pecuária, prevalecia os projetos voltados para esta área. Ao assumir o poder dos que defendiam a agricultura, as vertentes das ações se voltavam para os interesses dessa classe. O Entrevistado 4 exemplifica a situação:

Se você queria fazer uma unidade demonstrativa de produção de leite, vinha todo o material. Mas se eu quisesse fazer uma unidade demonstrativa de plantio de feijão, mandioca não tinha como acontecer. Mas quando era o pessoal da agricultura que estava no poder, aí tudo que a gente queria da agricultura se conseguia e a pecuária ficava esquecida. (ENTREVISTADO 4, 2017).

A consciência irrefletida dos próprios extensionistas, em razão da ideologia que os movem e da ambiguidade de classe em que transitavam, colocavam como o principal obstáculo a mudança da prática da comunicação dialógica. Porque, o que assumia, perseguia o anterior e vice e versa.

No que diz respeito à relação pedagógica com o agricultor, a propriedade do mesmo, servia de laboratório. Não podia questionar a metodologia, se não era demitido. Sobre um desses equívocos, o Entrevistado 1²¹ expõe:

²¹ Entrevista cedida no dia 21 de julho de 2017, o entrevistado atuou como dirigente da extensão rural.

Eu cheguei a plantar na casa de produtor, seringueira enxertada. Um dia ele me perguntou lá na Feira do agricultor: “- Seu Zé, vc mandou plantar aqueles cinco hectares de seringueira e o que faço com aquilo agora”. Tinha esses micos que a gente passava, pela pressão da extensão, que na verdade era o currículos das faculdades, da Escola Agrícola que preparava a gente e levávamos para o agricultor e a gente fazia essas atrocidades para garantir o emprego. (ENTREVISTADO 1, 2017).

Um outro exemplo citado foi dado pelo Entrevistado 3²²:

Eu lembro quando cheguei na comunidade do Curicaca, naquelas várzeas, na beira do rio, a comunidade plantava milho pontinha, que era uma semente creola, todo ano eles tinham aquele banco de germoplasma natural e nós chegamos lá, mudamos isto, pegamos o milho berre 120, porque dava cinco toneladas, aí os caras começaram a plantar e usar o veneno, por trás das sementes iam agroquímico, agrotóxico, e a extensão rural contribuiu para erradicação desta semente creola e não só a do milho, mas também de feijão, arroz (ENTREVISTADO 3, 2017).

Não obstante o debate crítico proposto por Paulo Freire, o difusionismo prevaleceu como orientação maior da prática extensionista. Entre as técnicas de comunicação tinham duas que de acordo com os entrevistados, eram bem utilizadas: o individual e o massal.

O veículo mais utilizado para comunicação era a carta circular e o cartaz, que era fixado nas comunidades, informando os dias que o extensionista estaria na comunidade. Outros instrumentos foram citados pelos entrevistados: reuniões, unidades de observação, unidades de demonstrativa, dia de campo com mil pessoas (quando se fazia o plantio de arroz, feijão, milho, divulgando a tecnologia aplicada e o resultado obtido, toda vez que se tinha uma nova pesquisa), havia também o programa de rádio, na difusora de extensão rural, denominado de “A hora do campo”.

No período do RURAP, a educação experimentou pedagogias que incentivam a participação dos atores sociais nos processos produtivos. As ações de desenvolvimento sustentável praticadas para o meio rural foram aportadas nos princípios que qualificavam a ação extensionista e o serviço da ATER prestado aos produtores familiares e suas formas de organização. Entre os princípios norteadores para as ações estavam:

- Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da política pública;
- Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis (BRASIL, 2010a, p.01).

²² Entrevista cedida no dia 10 de julho, o entrevistado atuou como extensionista.

Desta forma, os fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia da ATER foram pautados na concepção dialética que se fundamenta em quem aprende, sujeito do conhecimento construído na relação com o outro e comprometido com a transformação da realidade, onde a relação extensionista e produtor é de forma horizontal (sujeito-sujeito), sem hierarquia, estimulando relações sociais democráticas, cooperativas (BRASIL, 2010).

6.3 A ATER E O DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL NO AMAPÁ

Observando o desenvolvimento do serviço da ATER, fundamentado nas análises realizadas no decorrer da pesquisa, percebe-se que a mesma apresentou resultados tanto quantitativo quanto qualitativo. Os números apresentados demonstram que tanto ela ascendeu, quanto descendeu, conforme foi a oferta de crédito.

Qualitativamente, o desenvolvimento da extensão rural se deu de forma contínua, até a EMBRATER ser extinta, porque dependia financeiramente dos recursos federais. Apesar da PNATER valorizar o produtor, o número de inadimplência era grande devido os projetos serem orientados e acompanhados até a colheita, o período de revenda não era acompanhado, as mudanças climáticas também influenciaram.

O Estado do Amapá perdeu suas estruturas, principalmente, o seu capital social de giro (analogia ao capital financeiro – capital que entra e sai), em que se entrava em uma gestão de um governo, tinha-se um contrato de técnicos, aí vinha outro governo, dispensava esses contratos, e chamava novos, o que foi prejudicial aos serviços, porque não se conseguia formar opiniões, profissionais, quadros e isso é um prejuízo para o Estado e produtores (ENTREVISTADO 10, 2017).

A memória e o arquivo vivo (pessoas que desenvolveram e desenvolvem a extensão rural, suas práticas, experiências, vivências) alguns destes saíram ou ficaram em direções e no trabalho de campo não ficaram nenhum dos antigos. E a grande massa de capacidade de conhecimentos, da memória da instituição foi levada com eles para outras instituições.

É importante lembrar que para capacitar, educar um extensionista, de acordo com os entrevistados, é de médio a longo prazo, precisa-se de pelo menos cinco anos para ter um extensionista formado, por mais que se faça capacitações, qualificações, formações extensionistas, precisa-se a priori amadurecer o conhecimento no dia a dia durante a execução do serviço, para que se possa fazer as intervenções e desenvolver o processo.

O processo de educação é a longo prazo, portanto nossos políticos não dão muita vazão para processos de assimilação com um período muito extenso, deste modo, o Amapá perdeu muito porque não tinha como pagar seus técnicos, então alguns foram remanejados, outros pediram transferência para outros órgãos, permanecendo os mais próximos do governo eleito. O decreto era enfático pelo financeiro não pela questão do trabalho.

É observado que, de acordo com cada fase da extensão ia-se evoluindo, aumentando a circunscrição e inserindo novas abrangências e tecnologias, sensibilizando o produtor a adotá-las, com mudanças de hábitos e técnicas. As implantações de escritórios locais aconteciam onde haviam estradas, o que ocorreu com o Oiapoque e Laranjal do Jari que não tinham escritórios devido à dificuldade de acesso.

Os atendimentos eram feitos praticamente via fluvial e não havia embarcação, era tudo emprestado, os extensionistas levavam três dias para chegar em região como o Tartarugalzinho, a comunidade colaborava cedendo as embarcações pois não haviam as voadeiras de hoje.

A ACAR/AP teve suas contribuições nas linhas de desenvolvimento, parte da pecuária, com a introdução do búfalo, nas linhas de seringueiras, pimenta do reino e o preparo da área mecanizada. Daí diminui-se aquela visão de plantar no toco e passou-se a usar máquinas para limpeza da área e cultivo dos produtos.

Com a entrada da ASTER/AP, foi dado continuidade aos serviços realizados pela ACAR, com acréscimo do cultivo de arroz, milho, feijão, fruticultura, banana e laranja. Na época os serviços eram coordenados 50% governo central de Brasília e 50% governo do Território.

A introdução de programas de sementes e mudas, unidade de beneficiamento de sementes, foi uma grande contribuição. Institucionalmente uma das melhores bibliotecas daquela época, estava na instituição. Uma das extensionistas social enfatiza sobre cada regional possuir uma biblioteca:

Eu montei as 16 bibliotecas regionais e locais, desses escritórios, eram montadas de acordo com o que era trabalhado, como todos trabalhavam com mandioca, arroz e feijão, o acervo tinha que ter essas formações, vinham materiais dos escritórios de todo o Brasil, porque era uma política do sistema de documentação deveria dotar acervos de informação para o produtor, mesmo não trabalhando com aquele produto chegava, porque era elaborado em Brasília, que tinha gráfica. Tínhamos vídeos, livros, foders, folhetos, era treinados para utilizar esses materiais (ENTREVISTADA 2, 2017).

Com a transformação em RURAP, houve ingerência política e ideológica vê-se a diversidade partidária. Nesse ponto a extensão retrocedeu, regrediu muito, ao ponto de ser esquecido o planejamento que era um instrumento que tinha uma enorme importância para o desenvolvimento das atividades no campo.

Foi verificado um desprestígio da Instituição, há pouca contribuição por tudo que o RURAP pode fazer. A chegada da soja, tem causado discussões de perda do pequeno produtor, estabelecendo a luta de classes. O Entrevistado 7 recorda com tristeza a grande perda:

A grande marca do RURAP, criado em 1991, ficou sem o quadro de pessoal, então foram novos colegas que foram chegando e o que fez o diferencial foi a própria formação, veja bem, da época do RURAP até hoje, houve apenas uma capacitação inicial, era o que chamavam anteriormente de pré-serviço, atualmente esta nomenclatura mudou muito, mas o princípio fundamental continua o mesmo. E que de certa forma, apesar dos colegas ter muita boa vontade, tem certamente uma diferença da formação que tiveram, da formação que recebemos no passado, isso tem um peso considerável. (ENTREVISTADO 7, 2017).

Os extensionistas que entraram em 1992, na RURAP, após o concurso público, fizeram até hoje, apenas uma capacitação em Mazagão, com duração de trinta dias e de lá para cá, não houveram atividades de campo. O Entrevistado 9 explica:

Dos 158 (cento e cinquenta e oito) extensionistas que entraram recentemente, não tiveram nenhum tipo de capacitação de pré-serviço, ou seja, a extensão rural que eles sabem, é o que vem na cabeça ou que eles leem em algum local. E o pior, desses, só 8 (oito) são amapaenses. Os demais, são de outros lugares do Brasil, como do Pará, do nordeste, do sul, do sudeste. Então é uma miniceginação hoje, todo mundo que vem traz sua cultura e tradição e quer implantar, aí fica uma salada. E devido à empresa não ter um planejamento, um foco, um norte para orientar, aí fica que cada um quer fazer o seu. (ENTREVISTADO 9, 2017).

Neste contexto, toda a perda da cultura extensionista se deve à falta de comando nos escritórios, sem saber o que fazer. Para recuperar a extensão, precisa-se resolver o problema da inadimplência e a falta de capacitação, pois só se é extensionista quando se faz o pré-serviço que é aprender a metodologia da extensão, e para que isso ocorra é de extrema importância que se faça um treinamento.

Ao aproximar-se do final desta análise e avaliando a atual política nacional e estadual da ATER percebe-se que:

Anteriormente as empresas de extensão rural trabalhavam fundamentalmente na questão da agricultura e da pecuária e as questões que não passavam por esse viés, ficavam na margem. Atualmente, com o advindo da PNATER, existem atividades agrícolas e atividades

não agrícolas, como exemplo, artesanato, cultura popular e o turismo rural que de certa forma veio ajudar muito.

De 1987 a 1990, tinha-se um serviço de qualidade, focado em resultados, retorno para a sociedade e produtos. O processo de extinção da EMBRATER foi uma política, criou-se um grupo de oposição dentro da extensão rural, que exterminou todo um trabalho realizado durante anos, foi um golpe tão intenso que ninguém conseguiu reverter.

De 1990 em diante, na gestão RURAP, houve baixo desempenho com relação a resultados dos serviços, agregados principalmente a perda do quadro do capital social, a rotatividade dos extensionistas, a questão financeira que despencou, e isto compromete o serviço, porque o Amapá, possui situações adversas no atendimento, em relação às estradas, rios e o acesso às famílias.

É percebido também, que embora a PNATER pregue o serviço social, na ponta da comunidade, não há uma fiscalização devida e o trabalho não é executado de maneira eficaz, continua o foco maior que é na agricultura e na pecuária e, o social fica de lado.

Infelizmente há um aspecto de abandono, há dez anos que não se compra livros para os técnicos, a bibliotecária não atua na área da extensão, atua na área de planejamento, não há um projeto que sensibilize a diretoria atual para reerguer a área de documentação, porque se não informa o técnico, o mesmo não tem como fortalecer a informação para chegar até o campo. Neste contexto houve um decréscimo desde a instituição até os recursos.

A extensão rural não existe, existe sim a assistência técnica por demanda, mas a educação, o processo educativo ao campo, a construção conjunta de conhecimento foi extinta. Não há dia de campo, demonstração de resultados, programas de rádio da extensão rural.

Assim sendo, a reflexão deste serviço no Estado do Amapá, faz-se por todas as situações já enumeradas e evidenciadas derivadas de rupturas e consequências também da fragilidade da gestão e das interferências políticas no serviço.

Nessa conjectura, é necessário formular uma política de ATER que traga as características do Amapá e que absorva as experiências acumuladas nos serviços da ACAR, ASTER, EMATER, FATER e RURAP; considerando as discussões dos agentes sociais e dos técnicos extensionistas das instituições superiores de ensino e principalmente dos produtores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na condução do presente trabalho emergiram situações problemáticas no decorrer da pesquisa de campo, que considero relevante no percurso da investigação, todo esse entrave se deu por conta do incêndio que houve no prédio do RURAP que acabou destruindo a maioria dos arquivos e registros da extensão rural no Estado do Amapá

Ao analisar o discurso e a prática da Assistência Técnica e Extensão Rural no Amapá, enquanto política de disseminação de conhecimento para o desenvolvimento rural, abordando sua trajetória, as contribuições, seus limites e desafios perante as políticas nacionais e estaduais, tínhamos como principal interesse verificar se havia grande distância entre o discurso e a prática nas atividades de ATER.

Nestes termos, a política de ATER que se configurou no Estado do Amapá, vivenciou momentos de avanços e momentos de crises. Os tempos célebres foram marcados pelo investimento massivo em formações continuadas, na qualificação e valorização do extensionista e na facilidade de acessar o crédito rural.

Os períodos de tensões, conflitos, conjunturas foram decorrentes das moratórias sobre o pagamento da dívida externa (1987); das crises cambiais; das reformas monetárias (cruzeiro, cruzeiro novo e real); dos planos econômicos (Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Feijão com Arroz, plano Real); e da insensibilidade de alguns governos. O que desencadeou o cataclismo neoliberal de desmonte do Estado e o sucateamento dos serviços públicos.

Os aspectos econômicos apontam o Estado do Amapá condicionado aos recursos naturais, onde o setor primário possui restrição (apesar da existência) em nível tecnológico, com crédito limitado ou inexistente, número populacional reduzido e pela exploração de matérias-primas, produtos primários e semielaborados, frutos do uso de práticas extensionistas inadequadas.

A ATER no Amapá se deu de forma contínua, à medida que foram constituindo várias organizações, como é o caso da ACAR/AP, EMATER e ASTER/AP e de forma descontínua a partir da ruptura com a EMBRATER e a criação do RURAP/AP, enquanto instrumento para o desenvolvimento rural, confirmando desta maneira a hipótese inicial.

O estudo mostra que uma das principais contribuições da extensão rural no estado do Amapá foi a capacitação de um quadro de técnicos e que a partir desse aperfeiçoamento puderam contribuir de uma certa maneira com modificações e algumas melhorias tecnológicas no campo e que de certa forma modificaram o tipo de agricultura e a maneira do agricultor de

se relacionar, todo esse processo que a extensão passou ainda assim, foi possível conseguir se organizar politicamente e construir uma capacidade de cobrança e avanços que vem ocorrendo a partir dessas pressões que foram constituídas na organização política desses pequenos agricultores.

Outra contribuição importante foi a bubalinocultura, fruto do trabalho da extensão e dos investimentos que aconteceram a partir da orientação da extensão rural e todo esse trabalho fez com que o Amapá se tornasse o segundo maior produtor de búfalo do país, melhorando assim a qualidade da produção rural no Estado do Amapá, principalmente no período da ACAR e da ASTER, reduzindo um pouco a sua potencialidade de transformação no período do RURAP, por falta principalmente da capacitação do técnico e da infraestrutura para prestar o serviço aos produtores rurais em função de que hoje o sistema é mantido apenas com recurso público do estado pequeno.

A retração federal no apoio técnico, administrativo, político e financeiro da extensão rural nos últimos anos representou um aumento substancial nas responsabilidades estaduais, inclusive em termos orçamentários, fazendo com que o Estado hoje não desenvolva a extensão rural, mas sim, atividades pontuais.

Ao assumirem funções de aparelho do Estado, as organizações extensionistas passam a sofrer, imediatamente, as influências do poder relacional do Estado classista, fortemente determinado pelos interesses das classes dominantes-dirigentes.

Nesse contexto, o estudo confirma um grande distanciamento entre a preleção e as atividades desenvolvidas, pois os serviços de ATER visam educar o produtor rural no desenvolvimento principalmente da agricultura familiar mediante troca de informações, ou seja, através de um intercâmbio de culturas, o que a diferencia das tradicionais políticas de fomento, adotadas no passado e que ainda persistem.

A pesquisa apresenta como principais resultados, as bases teóricas que orientavam a extensão rural em seu maior percurso, exigiu uma prática exógena, pela transferência de tecnologia, o cenário era próprio de uma educação autoritária de cima para baixo e, sobretudo, antidialógica, na medida em que o sujeito da relação é o extensionista, ao qual cabia a tarefa de transferir ideias para seu “público”. Esse público, no caso, era passivo, objeto receptor de informações.

Atualmente, o novo cenário remete a novos e grandes desafios, a serem debatidos, tais como:

- A universalização dos serviços da ATER, permitindo que as famílias de agricultores, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais acessem políticas públicas de inclusão produtiva e social;

- O redesenho da sistemática dos serviços da ATER no país, apontando para um modelo de gestão da política de ATER que seja federativo, articulado, integrado e participativo, com papéis e responsabilidades estabelecidos, definindo instrumentos de financiamento dos serviços e qualificação dos já existentes;

- A definição de estratégias de qualificação e ampliação dos quadros técnicos, garantindo uma abordagem participativa, conforme estabelecido na PNATER, com a percepção das diferenças entre os públicos da agricultura familiar, da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais;

Além da inclusão dos distintos públicos, é necessário desenvolver ações que eliminem as desigualdades sociais geradas pelo restrito acesso aos bens, à renda e aos serviços, especialmente com respeito às relações de gênero e nas questões de etnia e geração. A mitigação da pobreza e outras desigualdades passam, obrigatoriamente, pelo meio rural, o distanciamento entre a extensão e a pesquisa prejudica o desenvolvimento dos produtores familiares de forma mais ativa.

Ainda, é necessário superar a tendência da ATER e de outras políticas públicas de beneficiarem os segmentos mais capitalizados e organizados. Uma grande parte da agricultura familiar ainda não teve acesso à ATER, e é beneficiada apenas por ações pontuais do Estado.

Concerne ao Estado criar e garantir as condições sociais e econômicas para que os produtores familiares tenham condições mais favoráveis de lograr e perseguir os objetivos fixados nos Programas Públicos de ATER e que eles tenham meios para isso.

As dificuldades ainda vivenciadas pelo produtor familiar no rural amapaense reafirmam a importância da extensão, estimulando a atualidade do debate em torno das políticas de ATER tanto nas universidades, como em órgãos públicos e privados e ONGs.

Constata-se a necessidade de uma ATER de atuação contínua, inicialmente com projetos de acompanhamento de produção e de fomento de infraestrutura e de políticas de crédito com menor burocracia. Pois, acredita-se que é possível influenciar, significativamente, na melhoria das condições econômicas e sociais da população rural através da extensão, desde que se executem políticas agrícolas que tornem acessíveis os meios de produção aos agricultores.

O investimento em extensionistas amplia o retorno econômico, além de potencializar a capacidade produtiva, possibilitando no mínimo, dobrar a participação da Agricultura familiar.

Ao se planejar o serviço público de ATER para agricultura familiar se deve conjugar tanto as habilidades e a diversidade socioeconômicas, culturais e fundiárias da agricultura familiar – perspectiva axiológica; como o aparato institucional vigente – perspectiva da governança; pois esse exercício permitirá potencializar a consecução dos objetivos pretendidos (planos e programas) e o uso dos recursos (humanos, orçamentários e financeiros), bem como, buscar alternativas (econômicas ou não) para superar os entraves e limites da produção familiar, principalmente os em economia de subsistência.

Nesse contexto, as ações de ATER, tem como fundamentação a construção de uma política de desenvolvimento rural de forma participativa, em articulação com diversas esferas, ouvindo o governo e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão.

Atendendo aos anseios da sociedade e, em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais. Tais ações podem então contribuir para a implantação e consolidação de estratégias de desenvolvimento rural, estimulando a geração de renda e outras formas de agregação à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

O Estado diante do desafio de apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável determinam a necessidade de implantação de uma renovada e duradoura política de Assistência Técnica e Extensão Rural. Pois, há urgência de se adotarem sistemas produtivos mais eficientes e tecnologias capazes de impulsionar a produtividade, a fim de abastecer com qualidade o mercado interno.

Concluindo o conjunto das análises realizadas, parece ser possível afirmar que a superação dos obstáculos à mudança da prática da extensão rural dependerá não só dos espaços conquistados no interior do Estado e seus aparelhos, como principalmente, daquelas mudanças que possam vir a ocorrer com relação à ideologia e posição de classe que movem os extensionistas em seu querer-fazer e dão direção aos interesses que defendem em seu trabalho diário. É, pois, necessário que mudem os homens e as mulheres que fazem a extensão rural, para que possa mudar sua prática.

Para finalizar, os resultados obtidos nesta pesquisa, propõe-se a realização de outras pesquisas que enfatizem a implementação da ATER nos agroecossistemas amapaenses, pois os princípios propostos pela “Nova ATER” não estão sendo contemplados na prática. Bem como políticas públicas que não sejam somente de crédito para compra de insumos e pela renda do agricultor.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

_____. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação**. XLV Congresso da SOBER, Londrina, 2007.

ABRASEM. Anuário. **Associação Brasileira de Sementes e Mudanças**. Londrina, 2016.

ALTIERI, M. A.; MÁSER, O. **Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima**. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 1997.

AMAPÁ. **Associação de Crédito e Assistência Rural do Território Federal do Amapá**. Macapá, 1974.

_____. **Plano de Trabalho**. Macapá, 1974a.

_____. **Relatório de Atividades -1974**. Macapá, 1974b.

_____. **Plano de Trabalho Anual**. Macapá, 1975a.

_____. **Regimento Interno Pessoal**. Comitê Deliberativo da ACAR-AMAPÁ. Macapá, 1975b.

_____. **Relatório de Atividades desenvolvidas em 1975**. Macapá, 1975c.

_____. **Plano de Trabalho Anual**. Macapá, 1976.

_____. **Relatório Financeiro e Balanço**. Macapá, 1977.

_____. **Relatório Financeiro e Balanço**. Macapá, 1978.

_____. **Relatório de Atividades desenvolvidas em 1982**. Macapá, 1982.

_____. **Plano de Trabalho Anual**. Macapá, 1983.

_____. **Plano de Trabalho Anual**. Macapá, 1984.

_____. **Plano de Trabalho Anual**. Macapá, 1989a.

_____. **Relatório de Atividades -1989**. Macapá, 1989b.

_____. **Relatório de Atividades -1990**. Macapá, 1990.

_____. **Relatório Financeiro e Balanço**. Macapá, 1991.

_____. **Plano de Trabalho Anual**. Macapá, 1992.

_____. **Relatório de Atividades -2000**. Macapá, 2000.

_____. **Relatório de Atividades -2006**. Macapá, 2006.

_____. **Relatório de Atividades -2015**. Macapá, 2015.

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. O. **Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro**. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 53-81, 2015.

ASBRAER. **EXTENSÃO RURAL: Um Serviço Essencial**. Associação Brasileira das entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2012. Disponível em: file:///E:/andrea/APP_ASBRAER_Extensao_rural.pdf. Acesso em: 16.03.2017.

BRANDENBURG, A. **Agricultura e desenvolvimento sustentável**. Agronegócios: desafios e perspectivas, 1998.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Marco Geral de Referência: estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho**. Brasília, 1975.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1988.

BRASIL, Governo Federal; BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da união, v. 20, 1990.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), **Grupo de Trabalho Ater. “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004”**.

_____. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília- DF, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010.

_____. Lei nº 12.188. Presidência da República Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, 2010.

_____. Lei Nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Brasília, 2014.

_____. Lei Nº. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o

Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Brasília, 2010.

CALLOU, A. B. F. **Extensão Rural: polissemia e memória**. Bagaço, 2006.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria. Porto Alegre, 1991.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural sustentável**. Porto Alegre (RS), 2004.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília, 2006.

COSTA, A. L. **Extensão rural e meio ambiente**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. Rio Grande, Vol. 7, out./nov./dez. 2001. <http://www.remea.furg.br/mea/remea/vol7/adriane2.pdf> Acesso em:01/05/2017.

DAROS, E. L. R.; ALBERNAZ, L. R. **Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade do Crescimento**. Revista do TCU, n. 124, p. 82-124, 2012.

DIAS, M. M. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Vol. 1.Nº. 1. Belo Horizonte: Jan/Jun 2008.

_____. **Extensão rural para qual desenvolvimento**. Abordagens Atuais sobre Extensão Rural, p. 35-47, 2007.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª ed. Guaíba: Agropecuária. 1999.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FONSECA, M. T. L. da. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, Coleção Educação Popular nº 3, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

_____. **O partido como educador-educando**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, p. 90, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. (1983). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

FILOCREÃO, A. S. M. **A história do agroextrativismo na Amazônia Amapaense**. Macapá. Editora da UNIFAP, 2014.

FILOCREÃO, A. S. M.. **Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia**: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. 2007. xxf. 2007. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido-Universidade Federal do Pará-UFPA, Belém.

FILOCREÃO, A. S. M. et al. **Reflexões e Proposições sobre a Extensão Rural e o Desenvolvimento Rural do Amapá**. 1991 (MIMEO)

GARCIA FILHO, D. P. **Análise e diagnóstico de sistemas agrários**. Guia metodológico. INCRA/FAO, 1999.

GUZMÁN Y, E. S.; MOLINA, M. G. de M.. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução oliteral de Enio Guterres e Horácio Martins de Carvalho.3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. v. 7, 2014.

LIMA, R. Â. P. de. **Agricultura camponesa e dinâmica de ocupação do Território no Estado do Amapá**. In: PORTO, J. L. R. Amapá: aspectos de uma Geografia em construção. Série percepções do Amapá, volume 1, p. 35-57. Macapá-AP, 2005.

LISITA, F. O. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Embrapa Pantanal, 2005.

LOMBA, R. M.; SILVA, I. C.. **O crédito rural na agricultura familiar no Estado do Amapá - Brasil**. Informe Gepec (Impresso), v. 18, p. 20-35, 2014.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1991.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França**. São Paulo, Global, 1986.

MASSELLI, M. C.. **Extensão Rural entre os sem-terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

OLINGER, G.. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

PEIXOTO, M. **Marcos legais dos serviços precursores de ATER no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural ConbATER, 2008, Londrina. Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural ConbATER Reconversão da Agricultura: busca de novos modelos. Londrina: Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina, 2008.

PORTILHO, M. S. B. **Extensão Rural**: História e prática educativa informal. Educação e Filosofia, jul/dez,1999.

_____. **Extensão Rural**: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor. 1998. (Mestrado). Centro de Ciência Humanas e Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

_____. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo. Ed. Cortez, 2005.

RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: 2000.

ROCHA, R. M. G.. **A Construção do Conceito de Extensão universitária na America Latina**. In: FARIA, D. S. de (Org). *Construção Conceitual da Extensão na America Latina*. Brasília. Editora UNB. 2001.

RODRIGUES, C. M. **Cadernos 114 de Ciência & Tecnologia**. Brasília. Vol. 14, n. 1. p.113-154. 1997.

ROGERS, E. M. **Diffusion of Innovations: modifications of a model for telecommunications**. In: *Die Diffusion von Innovationen in der Telekommunikation*. Springer, Berlin, Heidelberg, 1995. p. 25-38.

ROMANIELLO, M. M. **Extensão Rural e Sustentabilidade: guia de estudos**. Lavras: UFLA, 2015.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável- MEXPAR**. Belo Horizonte: 134 p. 2006.

SANTOS, C. M. D. **Contribuição ao estudo da extensão rural pública em Sergipe: o caso da Microrregião Geográfica de Tobias Barreto**. 1993. (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

SCARAMELO, R. M. et al. **A Extensão rural para os agricultores assentados e o perfil dos extensionistas para esse serviço: o estado brasileiro em novas roupagens**, 2015.

SILVA, A. M.; GREGOLIN, A. C. **Agricultura familiar e extensão rural: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável**. In: MELO, C., et.al. *Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários*. Fundação Banco do Brasil, p. 124-140. São Paulo/SP, Publisher Brasil, 2009.

SILVA, A. P. D.; OLIVEIRA, J. T. A. D. **O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil**. Revista Ceres Viçosa. 57, 2011

SILVA, I. C. da; LOMBA, R. M.; FILOCREÃO, A. S. M. **Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Amapá**. In: XIV Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima. Anais do XIV Encontro de Geógrafos da América Latina. Lima Peru: XIVEGAL2013, 2013.

SILVA, J. G. da et al. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SWANSON, B. E. **Extension Strategies for Poverty Alleviation – Lessons from China and India**. The Journal of Agricultural Education and Extension, Volume 12, Issue 4, Dec. 2006, pages 285 – 299. Disponível em: <<http://www.informaworld.com/smpp/section?content=a763059855&fulltext=713240928>>. Acesso em 31/12/2017.

VIEIRA, L. G. **Extensão rural**. Recife: Ed. da UFRPE, 1988. (Série Cadernos de Extensão Rural, 1).

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM OS DIRIGENTES DA EXTENSÃO RURAL E DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

1. Em que período ou local você dirigiu a extensão rural?
2. Comente como era o funcionamento do órgão de extensão durante o período em que você administrou?
3. Na sua opinião, existiram diferenças entre políticas de ATER entre ACAR, ASTER e RURAP?
4. Você tem lembranças de quantos escritórios e extensionistas existiram na época em que você atuou?
5. Durante a sua gestão como você avalia a política de extensão rural?
6. Qual sua percepção sobre as contribuições da ACAR-AP para o desenvolvimento rural amapaense?
7. Qual sua percepção sobre as contribuições da ASTER-AP para o desenvolvimento da agropecuária amapaense?
8. Como você percebe as contribuições do RURAP para o desenvolvimento da extensão rural no Amapá?
9. Comente as metodologias utilizadas no exercício da assistência técnica e extensão rural no período da ACAR-AP, da ASTER-AP e do RURAP?
10. Como foi o processo de mudança das empresas e órgãos que atuam na ATER, em especial da ACAR, ASTER e RURAP?
11. Relate sobre os créditos concedidos e os programas de incentivo à extensão rural no período da sua gestão na extensão rural?
12. Como você entende o processo de extinção da EMBRATER e SIBRATER para a criação do Instituto de desenvolvimento rural do Amapá o RURAP?
13. Como você avalia a atual política nacional e estadual para a extensão rural?

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM OS EXTENSIONISTAS

1. Em que período ou local você trabalhou na extensão rural?
2. Comente como era o funcionamento do órgão de extensão durante o período em que você trabalhou?
3. Na sua opinião, existiram diferenças entre políticas de ATER entre ACAR, ASTER e RURAP?
4. Você tem lembranças de quantos escritórios e extensionistas existiram na época em que você atuou?
5. Durante seu exercício funcional como você avalia a política de extensão rural? Houve um crescimento contínuo ou descontínuo?
6. Qual sua percepção sobre as contribuições da ACAR-AP para o desenvolvimento rural amapaense?
7. Qual sua percepção sobre as contribuições da ASTER-AP para o desenvolvimento da agropecuária amapaense?
8. Como você percebe as contribuições do RURAP para o desenvolvimento da extensão rural no Amapá?
9. Qual era a metodologia utilizada no exercício da assistência técnica e extensão rural da ACAR-AP?
10. Comente, qual era metodologia utilizada no exercício da assistência técnica e extensão rural da ASTER-AP?
11. Relate a atual metodologia utilizada no RURAP?
12. Como foi o processo de mudança das empresas e órgãos que atuam na ATER, em especial da ACAR, ASTER e RURAP? Foi um período conturbado por se tratar de um período de transição e consolidação de novas políticas?
13. Você saberia informar sobre os créditos concedidos e os principais programas de incentivo à extensão rural no período da ACAR-AP?
14. Você saberia informar sobre os créditos concedidos e os principais programas de incentivo à extensão rural no período da ASTER-AP?
15. Sabe informar sobre os créditos concedidos e os programas de incentivo à extensão rural neste atual órgão de extensão rural o RURAP?
16. Como você entende o processo de extinção da EMBRATER e SIBRATER para a criação do Instituto de desenvolvimento rural do Amapá o RURAP?
17. Como você avalia a atual política nacional e estadual para a extensão rural?

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS AGROPECUÁRIAS, ASSOCIAÇÕES, PRESIDENTE DE COOPERATIVA E SINDICATOS

1. Em que período você se relacionou com a extensão rural?
2. Comente, como era o funcionamento do órgão de extensão durante o período em que você se relacionou?
3. Na sua opinião, existiram diferenças entre políticas de ATER entre ACAR, ASTER e RURAP?
4. Como você avalia a política de extensão rural no período de seu relacionamento?
5. Qual sua percepção sobre as contribuições da ACAR-AP para o desenvolvimento rural amapaense?
6. Qual sua percepção sobre as contribuições da ASTER-AP para o desenvolvimento da agropecuária amapaense?
7. Como você percebe as contribuições do RURAP para o desenvolvimento da extensão rural no Amapá?
8. Você lembra como foi o processo de mudança das empresas e órgãos que atuaram ou atuam na ATER, em especial da ACAR, ASTER e RURAP? Foi um período conturbado por se tratar de um período de transição e consolidação de novas políticas?
9. Você saberia informar sobre os créditos concedidos e os principais programas de incentivo à extensão rural no período da ACAR-AP?
10. Você saberia informar sobre os créditos concedidos e os principais programas de incentivo à extensão rural no período da ASTER-AP?
11. Sabe informar sobre os créditos concedidos e os programas de incentivo à extensão rural neste atual órgão de extensão rural o RURAP?
12. Como você entende o processo de extinção da EMBRATER e SIBRATER para a criação do Instituto de desenvolvimento rural do Amapá o RURAP?
13. Como você avalia a atual política nacional e estadual para a extensão rural?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “**Políticas de Extensão Rural no Estado do Amapá: história, discurso e prática extensionista.**” O objetivo deste trabalho é investigar o discurso e a prática da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Estado do Amapá, enquanto política de disseminação de conhecimento para o desenvolvimento rural, abordando sua trajetória, as contribuições, seus limites e desafios perante as políticas nacionais e estaduais. Para realizar o estudo será necessário que o (a) Sr.(a) se disponibilize a participar de entrevistas, etc, agendadas a sua conveniência (de acordo com o seu tempo e disponibilidade), onde serão feitas entrevistas e ou questionários, para a instituição e para sociedade. Os riscos da sua participação nesta pesquisa será de trazer insegurança na hora da entrevista e ou na aplicação de questionários, em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Eu _____ (nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “Políticas de Extensão Rural no Estado do Amapá: história, discurso e prática extensionista.”

Macapá, _____ de _____ de 2017.

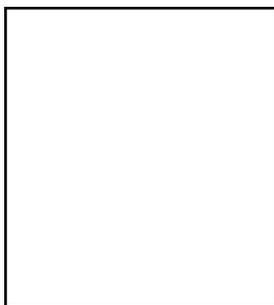
Assinatura do Pesquisador
Andreia Jayme Batista
Universidade Federal do Amapá
Cel: (96 98126-1540)
e-mail: andreiajbatista@hotmail.com

Assinatura do participante

Caso o participante esteja impossibilitado de assinar:

Eu _____, abaixo assinado, confirmo a leitura do presente termo na íntegra para o(a) participante _____,

o(a) qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta pesquisa, o qual utilizou a sua impressão digital (abaixo) para confirmar a participação.



Polegar direito (caso não assine).

Testemunha n°1: _____

Testemunha n°2: _____